



Reportagem

Contabilidade para todos: diversidade, inclusão e o desafio de transformar estruturas

Artigos abordam importantes temas para a profissão

 Clique nas miniaturas ou números para navegar pelo conteúdo da RBC

SUMÁRIO

Palavra do Presidente

3



Reportagem

Contabilidade para todos: diversidade, inclusão e o desafio de transformar estruturas

Poliana Nunes

5



Artigo Convidado

Uso de caso de ensino no processo de ensino-aprendizagem em curso de graduação em Ciências Contábeis

João Paulo da Silva, Mariana Joyce dos Santos Nascimento, Elisângela Aparecida dos Santos e Sayuri Unoki de Azevedo

13



Artigo

Impactos do relatório de sustentabilidade no valor das ações no Brasil

Anderson Emannuel do Nascimento Costa e Thiago de Abreu Costa

31



Artigo

O que revelam as provas do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade entre 2011 e 2023? Uma análise de conteúdo aplicada às questões de Contabilidade Geral

Livia Maria Alves Santos, Yasmim Alves da Silva, Valdemir da Silva e Kleber Luis Alves Guedes

51



Artigo

Estratégias de proteção do resultado no agronegócio: prática do *hedge* econômico e adoção do *hedge accounting*

Lucas Martins Santos e José Alves Dantas

67



Artigo

O uso de *proxies* nas auditorias financeiras

Antonio da Silva Suzart, Diones Gomes da Rocha e Robson Zuccolotto

87



Artigo

Competências exigidas do contador no contexto da transformação digital: uma análise baseada em revisão sistemática

Lohana Silva Medeiros, Lorrán Silva Medeiros e Hélio Rodrigues Araújo

99

PALAVRA DO PRESIDENTE

Compreendemos, cada vez mais, que inclusão e diversidade não são conceitos acessórios, mas fundamentos indispensáveis para uma profissão contábil verdadeiramente representativa, ética e preparada para o futuro. No Conselho Federal de Contabilidade, temos nos empenhado em transformar esses valores em prática concreta não apenas nos discursos, mas principalmente nas ações.

Acreditamos que a Contabilidade, como ciência social aplicada, precisa refletir a pluralidade do Brasil em sua composição, em suas lideranças e em suas decisões. Só assim seremos capazes de oferecer respostas mais humanas, inovadoras e conectadas com as demandas da sociedade. Essa responsabilidade é coletiva, mas começa dentro das nossas próprias instituições: nos conselhos, nas entidades de classe, nas empresas e nos ambientes acadêmicos.

Trabalhamos com a convicção de que a diversidade é uma força estratégica. Quando diferentes trajetórias, saberes e experiências se encontram, ampliamos nossa visão de mundo e fortalecemos a capacidade de pensar soluções coletivas. Ao buscarmos estratégias para promovermos equidade de oportunidades, avançamos não apenas como instituição, mas como classe profissional. Por isso, temos incentivado iniciativas que valorizam a presença feminina na liderança, o protagonismo de profissionais de minorias étnicas e religiosas, o respeito às identidades de gênero e a inclusão de pessoas com deficiência.

Mais do que abraçar causas, estamos construindo caminhos reais de transformação. E é nesse compromisso que seguimos firmes, com escuta ativa, diálogo constante e ações efetivas que apontem para um futuro em que todas as vozes tenham vez e relevância.

Estamos cientes de que ainda há muito a ser feito. Barreiras estruturais, preconceitos velados e desigualdades históricas ainda persistem em nosso meio

Samuel Figueira/acervo CFC



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

– muitas vezes de forma silenciosa, trazendo o pleno desenvolvimento de talentos e limitando o potencial de profissionais que enfrentam múltiplas camadas de exclusão. É nosso dever institucional romper com essas lógicas, abrir espaços de escuta, revisar práticas e criar condições reais de pertencimento.

Temos buscado promover capacitações, fóruns de discussão e políticas afirmativas que não apenas reconheçam as diferenças, mas também as celebrem como componentes fundamentais da inovação e do crescimento sustentável da Contabilidade.

É preciso compreender que um ambiente inclusivo não beneficia apenas os grupos minoritários — ele enriquece todos ao redor. Organizações mais diversas são mais criativas, mais resilientes e mais preparadas para os desafios de um mundo em constante transformação.

Ao olharmos para o futuro da profissão contábil, enxergamos um cenário onde o conhecimento técnico caminhará lado a lado com a sensibilidade social, e onde a competência será medida não apenas pela eficiência dos números, mas pela capacidade de compreender as complexidades humanas que eles representam. É essa visão ampla, inclusiva e consciente que queremos consolidar: uma Contabilidade que honra o seu compromisso com a verdade, com a justiça e, acima de tudo, com as pessoas. Uma excelente leitura a todos!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 273, maio/junho de 2025 –
periódico bimestral - ISSN 0104/8341

> Editor

Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília/DF – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br

> Conselho Diretor

Presidente

Contador Aécio Prado Dantas Júnior

Vice-Presidentes

Contadora Ana Luíza Pereira Lima
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentina
Contador Maria Dorgivânia Arraes Barbará
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contador Sebastião Célio Costa Castro

> Conselheiros Efetivos

Contador Adriano de Andrade Marrocos
Técnico em Contabilidade Aguinaldo Mocelin
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sitônio Fialho de Oliveira
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador Ian Blois Pinheiro
Contador Itajay Maria Soares
Contador José Domingos Filho
Contadora Katiucya Julião de Moura Manfredini
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contador Manoel Carlos de Oliveira Junior
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sérgio Faraco
Contador Wellington do Carmo Cruz

> Conselheiros Suplentes

Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Domingos Sávio Alves da Cunha
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador Helcimar Araujo Belém Filho
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador Jose Luiz Marques Barreto
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Liliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Marcelo Augusto Jorge
Contadora Maria Lery Adânia de Sylos
Contadora Marise Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Norton Thomazi
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contadora Vitória Maria da Silva
Contador Valmir Leônico da Silva
Contador Weberth Fernandes

> Coordenadora do Conselho Editorial da RBC

Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

> Conselho Editorial da RBC

Doutor Alison Martins Meurer
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott

Doutor Fernando de Almeida Santos
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Romualdo Douglas Colauro
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Wenner Glauco Lopes Lucena
Doutor Vanderlei dos Santos

> Jornalista Responsável

Daniel Guerra – 8298-DF

> Redação

Poliana Nunes

> Projeto Gráfico

Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

> Diagramação

Jailson Belfort e Paula Rocha

> Revisão

Maria do Carmo Nóbrega e Elaine Cristina Oliveira

> Ilustrações

Jailson Belfort

> Colaboradora

Maria do Carmo Nóbrega

> Artigos

Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REPORTAGEM

Contabilidade para todos: diversidade, inclusão e o desafio de transformar estruturas

Por Poliana Nunes

No Brasil, a diversidade é um fato, mas a inclusão ainda é um desafio, inclusive na Contabilidade. Esta reportagem reúne vozes de profissionais que rompem barreiras e mostram como a representatividade transforma trajetórias. Mais que justiça social, a inclusão é estratégia para inovação e sustentabilidade.

A diversidade é um dado concreto da realidade brasileira. De acordo com o Censo 2022, mais da metade da população se autodeclara preta ou parda, 24% têm algum tipo de deficiência e, segundo o Ipea, 23,7% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres negras. Ainda assim, a estrutura da sociedade – inclusive da profissão contábil – segue

marcada pela desigualdade de oportunidades e pela baixa representatividade de grupos historicamente segregados.

Nos últimos anos, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) deu importantes passos ao fomentar debates sobre diversidade em todo o país, e ao criar, em 2024, a Comissão Nacional da Inclusão da Diversidade, que tem por ob-

jetivo promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Mas, como revelam os relatos desta reportagem, os desafios ainda são muitos – e a transformação começa ao escutar quem vive, na pele, a luta por legitimidade.

Representatividade trans: a Contabilidade como caminho possível

Auditora e primeira executiva trans feminina do país, Danielle Torres é referência em normas de auditoria e contratos de seguro. É sócia de uma *Big Four* – uma das quatro maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo. Sua trajetória profissional é marcada por excelência técnica, mas também é atravessada pelo desafio de existir como mulher trans em um meio conservador. “Ser trans no ambiente contábil ainda é uma jornada solitária. Mesmo com avanços, a inserção formal de pessoas trans no mercado é pequena. Muitas vezes, tentam nos definir apenas por sermos uma minoria”, explica. “Mas a Contabilidade sempre me acolheu. Nunca senti que a minha identidade foi impeditiva.”

Danielle transformou as dificuldades em força com duas opções à mão: “Quando sabemos que haverá resistência, temos duas opções: desistir ou resistir. Para mim, desistir nunca foi uma alternativa. Fiz mestrado, entrei no campo da inteligência artificial, me desafiei e consegui.”

Para ela, a inclusão de pessoas trans nas Ciências Contábeis depende de mudanças concretas nas políticas das empresas e nos espaços de formação. “Ainda enfrentamos um mosaico de visões sobre o que é a

inclusão de pessoas trans, mas algumas ações práticas são possíveis: cursos preparatórios, programas de incentivo, visibilidade das diferentes áreas da Contabilidade. A profissão é ampla, dinâmica e cheia de possibilidades”, disse.

De acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (Antra), apenas 4% das pessoas trans e travestis estão no mercado de trabalho formal, e 0,02% tiveram acesso ao ensino superior. Danielle Torres faz parte dessa minoria e, por muito tempo, era a única executiva trans do país.

Para as pessoas trans que desejam entrar na área de Contabilidade, Danielle aconselha: “Não desistam. A Contabilidade é uma profissão maravilhosa, que pode abrir portas e construir pontes. Os desafios existem, mas não são exclusivos da nossa profissão — eles refletem a sociedade como um todo. Sigam seus sonhos. A gente consegue.”

Neurodivergência e inclusão: o olhar da professora Ynis

A pós-doutoranda Ynis Cristine Ferreira é autista, assim como seu esposo e os dois filhos do casal. Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, sua história revela o quanto o capacitismo ainda opera de forma silenciosa e cruel nas organizações. Diagnosticada na vida adulta, ela enfrentou preconceito dentro e fora do ambiente acadêmico.

“Durante a graduação em Ciências Contábeis, disseram-me que eu iria ‘contar árvores’ por gostar de sustentabilidade. Fui deslegitimada por trabalhar com temas considerados ‘área meio’. Mas foi justamente meu hiperfoco ambiental que me levou a ser reconhecida nacionalmente”, conta.

Foto: Acervo pessoal



Danielle Torres

Foto: Acervo pessoal



Ynis Cristine Ferreira

Hoje, Ynis coordena o Cipó – Laboratório Interdisciplinar de Empreendedorismo, Inovação e Inclusão nas Amazônias –, projeto de Extensão da Universidade Federal Rural da Amazônia, que alia contabilidade, economia local e justiça ambiental. Em sua atuação, ela defende a acessibilidade em todas as esferas: física, comunicacional, atitudinal e programática. “O mercado trata adaptações como privilégios, mas são direitos. Horários flexíveis, home office, locais de regulação sensorial e acolhimento são medidas básicas. É preciso compreender que o autista não é difícil de conviver: o ambiente é que não está preparado para ele”, afirma.



“A diversidade é um fato. A inclusão é uma escolha que pode definir o futuro da empresa. A presença de pessoas diversas nos espaços contábeis — com diferentes raças, gêneros, identidades, deficiências, histórias e perspectivas — não é apenas uma questão de justiça social, mas é também uma estratégia de inteligência organizacional.”

Segundo dados do IBGE (2022), cerca de 2,4 milhões de brasileiros são autistas. Mas a inclusão ainda é distante. “Já ouvi de um recrutador que a empresa precisava de um ‘deficiente, mas não muito’. Isso é desumano. Reduzir a pessoa à sua limitação é ignorar sua complexidade, potencialidades e direitos”, lamenta.

Para Ynis, a Contabilidade representou não apenas uma carreira, mas uma ferramenta de emancipação. “Através dela, construí reconhecimento acadêmico e fortaleci minhas convicções de que a Contabilidade pode, e deve, ser um instrumento de inclusão social. Minha experiência mostra que a Contabilidade vai além dos números.

Ela pode nos ajudar a transformar realidades, significar identidades, promover justiça e estimular a autonomia de grupos marginalizados, autoidentificados, ou não, como diferentes”, concluiu.



O racismo estrutural: trajetórias negras na Contabilidade

André Luis Barbosa dos Santos, mestre em Ciências Contábeis, empresário e professor, sabe bem o que é romper barreiras. Filho de uma família periférica de Salvador, alcançou o cargo mais alto do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA) – a presidência. E, mesmo com constante aprimoramento técnico, viu o racismo estrutural atravessar sua trajetória profissional.

“Em algumas ocasiões, percebi que precisava trabalhar duas vezes mais para conquistar a mesma autoridade ou reconhecimento, enfrentando preconceitos ou estereótipos inconscientes”, relata. Para ele, a exclusão não é pontual, mas sistemática. “Lidar com estereótipos e a falta de oportunidades iguais exigiu resistência emocional e confiança em minhas habilidades”, registra.

Hoje, André é membro da Comissão Nacional da Inclusão da Diversidade do CFC e lidera uma empresa de contabilidade que atua com foco em responsabilidade social e que promove ações de valorização da população negra na profissão contábil. Ele

Foto: Acervo pessoal



André Luis Barbosa

acredita que o avanço da diversidade exige compromisso institucional, mas também revisão de mentalidades. Na sua visão, “a representatividade negra na Contabilidade desempenha um papel fundamental na inspiração e na criação de oportunidades para as próximas gerações. Quando jovens veem profissionais negros atuando com destaque na área, eles passam a enxergar a Contabilidade como uma carreira acessível e possível para todos, independentemente de sua origem. Essa representatividade quebra barreiras e combate estereótipos, mostrando que o talento e a dedicação são os principais fatores para alcançar o sucesso.”

Deficiência não define competência: vivência com novos contornos

Renildo Oliveira, contador, empresário da contabilidade e palestrante. Aos 25 anos, uma lesão o levou à condição de tetraplegia. Desde então, sua atuação profissional ganhou novos contornos: além da expertise técnica, passou a ser referência em acessibilidade e inclusão no mundo dos negócios. “O primeiro grande desafio foi a acessibilidade — não só física, mas também social e atitudinal. Quando me tornei cadeirante, percebi rapidamente que os ambientes não estavam preparados. Rampas, banheiros adaptados, estacionamentos acessíveis. Tudo isso parecia um luxo, não um direito”, conta.

Renildo enfrentou também o capacitismo — preconceito baseado na deficiência — e encontrou forças na qualificação profissional e na ressignificação da própria trajetória. “Cada cliente atendido, cada palestra e desafio superado mostrou que deficiência não define competência, pelo contrário: minha vivência me deu voz, abriu portas e me tornou consultor de empresas que querem ser, de fato, inclusivas”, destaca.

Segundo ele, a representatividade é essencial para romper barreiras

ras: “quando uma pessoa com deficiência se vê no lugar de contador, empresário ou palestrante, ela entende que é possível. A diversidade precisa deixar de ser vista como obrigação legal e passar a ser um valor estratégico nas organizações”.

Na análise de Renildo, ainda há um longo caminho para que a Contabilidade seja verdadeiramente inclusiva e que “faltam ambientes acessíveis, processos seletivos inclusivos e formação continuada para combater o capacitismo. Não basta adaptar espaços, é preciso adaptar mentalidades”. E ao fim, ele deixa a sua mensagem: “você não é sua deficiência. Você é sua competência, sua ética, sua determinação. As barreiras existem, mas não podem ser maiores do que os seus sonhos”.

Afeto e visibilidade: a resistência LGBTQIA+ no ambiente contábil

Adriano Gordiano, mestre em Ciências Contábeis e doutor em Educação, lembra com clareza dos desafios enfrentados como homem gay. Ele destaca que, no começo, era comum ouvir comentários preconceituosos e piadas de cunho homofóbico, lamentando que, “mesmo quando não eram ditos diretamente, os olhares diziam muito. Era como se meu corpo precisasse ser moldado para caber.”

Mesmo com essas barreiras, Adriano persistiu. “Penso minha orientação sexual como uma força. Se não fosse assim, nem conseguiria existir no ambiente contábil. Já ouvi que minha criatividade, sensibilidade e capacidade de antecipar problemas não combinavam com a Contabilidade, como se não houvesse espaço para emoção, para dinamismo. Mas há, sim. Um contador pode ser alegre, sensível, criativo e dinâmico.”

Foto: Acervo pessoal



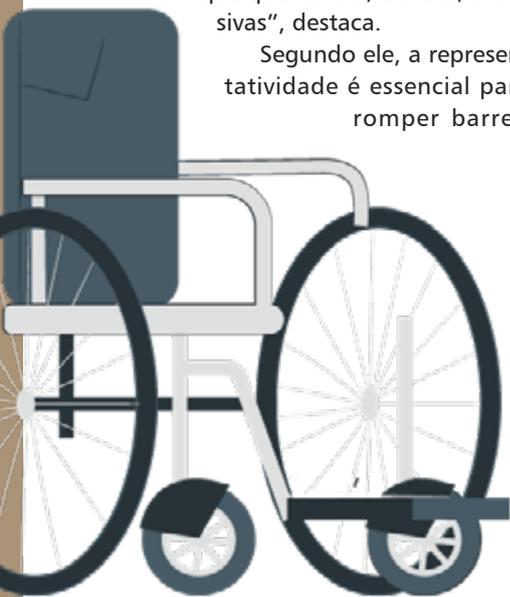
Renildo Oliveira

Foto: Acervo pessoal



Adriano Gordiano

A liderança é uma das características de Adriano, e ele nunca deixou de exercê-la. É coordenador do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, já participou de diretórios acadêmicos, organizou eventos e seguiu firme em sua formação. “Hoje vejo mudanças. O ambiente acadêmico avançou e, aos poucos, empresas estão permitindo que pessoas LGBTQIA+ expressem afeto e identidade sem medo. Mas ainda é preciso lutar para que as pessoas possam ser do jeito que são, sem que isso seja assunto durante o cafezinho ou nas reuniões de chefia”, relatou.



Hoje, Adriano Gordiano defende mudanças estruturais, assegurando que “é preciso tornar natural o direito de as pessoas serem quem são. O respeito precisa ser regra, não exceção. Lideranças devem dar o exemplo, abrir canais de denúncia, conversar sobre diversidade de forma aberta. Acredito em uma pedagogia da inclusão, que parte do afeto e da escuta.”

E para quem começa na trajetória profissional, Adriano orienta: “Una-se aos seus! Iniciativas como o Coletivo Contábil de Inclusão e Diversidade (Colid) mostram que não estamos sozinhos. Para quem faz parte de um grupo minoritário, as oportunidades não chegam ou pouco chegam, mas, se você integra uma comunidade, as coisas acontecem, as oportunidades aparecem. Em rede, a gente cresce, se fortalece, se empodera, e ninguém nos para.”

Ser mulher e negra na Contabilidade: uma luta diária por legitimidade

A conselheira do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Ellen de Oliveira Mello, é uma voz intensa na defesa da equidade racial e de gênero na profissão. Integrante da Comissão da Inclusão da Diversidade do CFC e empresária contábil, a contadora vê na rede de apoio, na participação de grupos, associações ou coletivos de profissionais negros o caminho para a superação. “Enfrentamos falta de referências negras e lideranças na Contabilidade; sempre colocam nossa competência à prova. Além disso, enfrentamos barreiras invisíveis e visíveis para ascensão. Mas a superação vem diariamente, com as quebras de barreiras que colocam à nossa frente. No meu caso, além de toda a rede

de apoio, conto também com a Rede de Contadoras Negras, a Recon”, afirma.

Para ela, o racismo e o machismo se entrelaçam no ambiente contábil, criando barreiras invisíveis. “Somos cobradas além da conta. Temos que provar o tempo todo que somos competentes. E, mesmo assim, muitas vezes não somos vistas”, revela.

Ellen atua em projetos de extensão antirracistas e acompanha de perto os debates. Ela ressalta que é preciso transformar os discursos em ações concretas. “Acho que temos muito chão pela frente, muitas barreiras a serem enfrentadas. Entendo que a inclusão de profissionais negros nas organizações contábeis pode promover uma cultura mais inclusiva, oferecendo oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional”, disse.

Diversidade em pauta: quando ser quem se é ainda desafia o padrão

Daniel Pereira é doutor em Ciências Contábeis e Administração, professor universitário e servidor público federal. Pardo, nordestino e homossexual, trilha uma trajetória marcada por enfrentamentos diários contra estigmas que ainda persistem na sociedade. “Não sigo padrões heteronormativos, e isso, por si só, já causa estranhamento. Muitos sequer me reconheciam como contador, como se a seriedade da profissão estivesse ligada a uma masculinidade específica”, relata. Ainda na graduação, Daniel encontrou apoio em professores e amigos, que o ajudaram a enfrentar portas fechadas, não por falta de competência, mas por preconceitos velados.

Ao longo dos anos, Daniel acumulou títulos acadêmicos,

Foto: Acervo pessoal



Ellen de Oliveira Mello

Foto: Acervo pessoal



Daniel Pereira

passou a atuar no ensino público federal e a desenvolver projetos voltados à diversidade, à equidade e ao pertencimento. É um dos cofundadores do Colid, que promove visibilidade e acolhimento a profissionais de grupos historicamente marginalizados. Para ele, o maior desafio segue sendo romper estruturas que ainda matêm padrões excludentes.



“A representatividade importa. Um aluno negro, periférico e gay, do curso de Ciências Contábeis, me disse que se sentia feliz em ter um professor também gay, assumido e irradiando felicidade pelos corredores e na sala de aula. Aquelas palavras me atravessaram. Ali percebi que minha presença era, também, uma forma de resistência”, lembra. Embora a academia represente um espaço mais permissivo, Daniel relata episódios de discriminação explícita, como uma banca em que um avaliador se retirou da sala em protesto contra sua presença. Em outra ocasião, foi pressionado a retirar um piercing para manter o emprego. “Meu desempenho técnico era elogiado, mas minha aparência era vista como um problema.”

Mesmo reconhecendo avanços, acredita que a inclusão só será plena quando atingir os espaços de liderança. “É preciso que presidentes, diretores e demais lideranças passem por formações específicas e, acima de tudo, aprendam a escutar — sem presumirem saber tudo sobre as múltiplas humanidades que compõem nossa profissão. Precisamos, com urgência, revisar o nosso Código de Ética Profissional do Contador, à luz de uma perspectiva inclusiva, antidiscriminatória e comprometida com os direitos humanos”, defende. Para ele, diversidade não é apenas um discurso institucional. Conhecer as desigualdades estruturais, as exclusões simbólicas e os apagamentos sociais são uma exigência ética.

Integridade alinhada aos objetivos globais

A promoção da equidade, da inclusão e da justiça social é dever universal e estão previstos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). No Quadro 1, destaque para os quatro ODS que se alinham aos relatos desta reportagem. Esses objetivos não são apenas metas globais, mas são chamados à ação local, os quais exigem o engajamento de instituições, empresas e profissionais. A Contabilidade, enquanto ciência social aplicada, tem papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa, diversa e sustentável.

- Esses objetivos buscam promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. No contexto da profissão contábil, isso se traduz em:
- **Combate à discriminação institucional:** criando ambientes onde decisões são tomadas de forma participativa e representativa, especialmente em conselhos, comissões e cargos de liderança.
- **Fortalecimento da governança ética:** promovendo a transparência, a equidade e a responsabilidade social nas práticas contábeis.
- **Acesso igualitário à justiça fiscal e econômica:** assegurando que grupos historicamente marginalizados tenham acesso a in-

Foto: Acervo pessoal



Dorgivânia Arraes, vice-presidente do CFC

formações, serviços e oportunidades no ecossistema contábil. “Ao integrar os ODS 5, 8, 10 e 16, a Contabilidade se posiciona não apenas como uma ciência técnica, mas como uma ferramenta de transformação social, capaz de romper ciclos de exclusão e construir um futuro mais justo e sustentável para todos”, enfatizou a vice-presidente de Política Institucional do CFC e coordenadora da Comissão Nacional da Inclusão da Diversidade, Dorgivânia Arraes Barbará.

Ambientes diversos são mais inovadores, criativos e sustentáveis

A diversidade é um fato. A inclusão é uma escolha que pode definir o futuro da empresa. A presença de pessoas diversas nos espaços contábeis — com diferentes raças, gêneros, identidades, deficiências, histórias e perspectivas — não é apenas uma questão de justiça social, mas é também uma estratégia de inteligência organizacional. Estudos nacionais e internacionais comprovam que a diversidade, quando aliada à inclusão genuína, impulsiona a inovação, melhora o clima organizacional e gera melhores resultados para empresas e instituições.

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas

“Diversidade e inclusão se traduzem em ganhos concretos: ampliar o alcance de soluções, compreender melhor a realidade dos clientes, aprimorar a governança e fortalecer o papel social da profissão. Transformar estruturas exige escuta, coragem e ação.”

Segundo o relatório *Diversity Wins: How Inclusion Matters*, divulgado pela McKinsey & Company (2020), empresas com maior diversidade étnico-racial na liderança executiva têm 36% mais chances de obter desempenho financeiro acima da média do mercado. Já aquelas com equilíbrio de gênero na liderança têm 25% mais chances. A pesquisa também alerta: a diversidade sem inclusão não gera resultados sustentáveis. É preciso criar ambientes nos quais todas as pessoas possam participar plenamente, serem ouvidas e crescer.

Em consonância, o *Great Place to Work Brasil*, na edição especial *Diversidade nas Empresas* (2022), reforça que a inovação cresce proporcionalmente à percepção de inclusão nas equipes: quando os colaboradores sentem que podem ser autênticos no trabalho, a criatividade flui, a colaboração aumenta e os erros diminuem.

O Conselho Federal de Contabilidade, por sua vez, promove ações de incentivo para que a participação das mulheres na Contabilidade seja cada vez mais presente. Com o CFC Mulher, a instituição elencou metas alinhadas ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, que visam garantir 30% das profissionais da Contabilidade em car-

gos de liderança em 2025, 50% em cargos de liderança até 2030, e que 100% das profissionais da Contabilidade tenham salário digno.

Mulheres na liderança são cada vez mais notáveis, destacou a vice-presidente Dorgivânia Arraes. “O nosso Conselho Diretor é igualitário. 50% de vice-presidentes são mulheres e esse feito é inédito no CFC”, disse. Ademais, o Conselho Federal de Contabilidade possui 19 conselheiras regionais e 4 coordenadoras de Câmaras.

Para o presidente do CFC, Aécio Dantas, essas práticas de inclusão e diversidade são pilares indispensáveis para a construção de uma profissão contábil mais ética, plural e preparada para os desafios contemporâneos. A promoção da equidade de gênero, o respeito às diferentes identidades e a valorização das múltiplas realidades regionais são compromissos que o CFC tem buscado incorporar em suas ações e políticas.

“Nós acreditamos que a Contabilidade precisa refletir a diversidade do Brasil. Por isso, trabalhamos para criar um ambiente profissional mais inclusivo, onde todas as pessoas tenham oportunidade de participar, contribuir e liderar. Diversidade é mais do que um valor ético, é também um motor de inovação e desenvolvimento. Quando diferentes



Aécio Dantas, presidente do CFC

perspectivas se encontram, criamos soluções mais criativas, sustentáveis e conectadas com a realidade da sociedade”, afirma o presidente do CFC.

Diversidade e inclusão se traduzem em ganhos concretos: ampliar o alcance de soluções, compreender melhor a realidade dos clientes, aprimorar a governança e fortalecer o papel social da profissão. Transformar estruturas exige escuta, coragem e ação. E, como mostram os profissionais ouvidos nesta reportagem, é possível trilhar esse caminho — mesmo quando ele ainda não está pronto. Porque diversidade é potência, inclusão é compromisso e equidade é o único futuro possível.



Artigo Convidado

Uso de caso de ensino no processo de ensino-aprendizagem em curso de graduação em Ciências Contábeis

Os recém-formados em Ciências Contábeis, ao ingressarem no mercado de trabalho, encontram um ambiente competitivo que exige do profissional habilidades voltadas para o raciocínio crítico e a capacidade de tomar decisões considerando os diversos cenários. Diante dessa realidade desafiadora, desponta o caso de ensino como uma metodologia ativa de ensino, favorecendo a preparação dos futuros profissionais mediante a obtenção do protagonismo estudantil. O presente estudo propõe analisar a contribuição do método de caso de ensino no processo de ensino-aprendizagem de estudantes de graduação em Ciências Contábeis. A pesquisa, realizada de forma descritiva e qualitativa, ocorreu na turma do 8º período de Ciências Contábeis do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade do Rio Grande do Norte (Ceres/UFRN). A coleta de dados ocorreu por meio de uma intervenção pedagógica, utilizando a observação participante e a aplicação de um questionário com questões abertas via Google Forms®. O tratamento dos dados foi conduzido com o auxílio dos *softwares* ATLAS.ti® e Microsoft Excel®. Os resultados evidenciaram que o caso de ensino favorece o processo decisório, o desenvolvimento da autonomia estudantil e o estímulo à análise crítica. Além disso, destacou-se que os estudantes não concordam exclusivamente com a utilização do método de ensino tradicional. Esses achados ressaltam a relevância do caso de ensino como uma abordagem pedagógica, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem em consonância com as necessidades dos estudantes e às especificidades da área das Ciências Contábeis e proporciona uma visão prática e integrada à teoria.

João Paulo da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é técnico em Eletrotécnica formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).
E-mail: joaop3255@gmail.com

Mariana Joyce dos Santos Nascimento

Doutoranda em Contabilidade na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui experiência docente na UFRN e na Universidade Potiguar (UnP), nos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Comunicação e Marketing, e no Senac.
E-mail: marianajoyce@ufpr.br

Elisangela Aparecida dos Santos

Mestranda em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), possui experiência profissional em Gestão Contábil e Tributária, com destaque no gerenciamento de resultados, revisão e recuperação de tributos. Atua como perita judicial no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e é Auditora Independente registrada no CNAI, habilitada para assinar relatórios de auditoria.
E-mail: elisangela.santos@ufpr.br

Sayuri Unoki de Azevedo

Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - PGCONT/UFPR - Universidade Federal do Paraná, é membro do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Contabilidade (LEPEC/UFPR) e do Laboratório de Pesquisas Gerenciais (LAPEG/UFPR). É doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2017).
E-mail: sayuri.unoki@ufpr.br

1 Introdução

O mercado de trabalho evidencia uma demanda crescente por profissionais que não apenas possuam *hard skills* (habilidades técnicas e administrativas), mas também *soft skills* (habilidades interpessoais, conceituais e de liderança) (Weber *et al.*, 2009; Quirino *et al.*, 2019). De acordo com Quirino *et al.* (2019), o mercado exige dos profissionais *soft skills* como aptidão para comunicação, trabalho em equipe, proatividade, motivação e liderança. Para os autores, esses aspectos são essenciais para que os profissionais consigam se destacar em um ambiente competitivo e dinâmico.

A atual geração de estudantes está cada vez mais conectada à tecnologia e, portanto, tende a mostrar menos paciência com métodos tradicionais de ensino que não integram a tecnologia ou a aplicabilidade prática (Abbasi, 2013). Em um mundo globalizado, onde o acesso à informação é fácil e imediato, os alunos podem se tornar menos engajados com métodos tradicionais, pois as respostas estão prontamente disponíveis (Guisso *et al.*, 2019). Nesse contexto, os métodos ativos de aprendizagem, como o método de caso de ensino, auxiliam na solução para promover um envolvimento mais profundo dos estudantes, garantindo uma

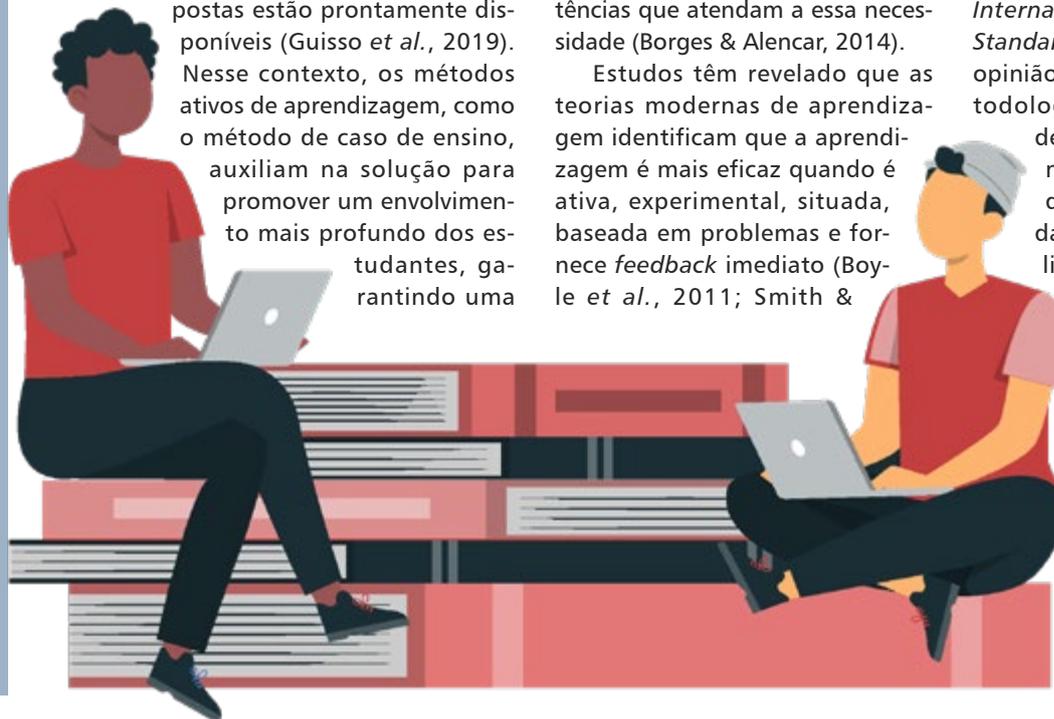
aprendizagem mais relevante e capacitando-os a se tornarem profissionais mais perspicazes e competentes em suas áreas de atuação (Azevedo *et al.*, 2019).

Além disso, novas formas de aprender e ensinar são não apenas importantes, mas também necessárias para atender às exigências atuais (Guisso *et al.*, 2019). O ambiente educacional moderno deve ir além do simples ensino de conteúdos, equipando os alunos com habilidades que lhes permitam analisar, discernir e transformar o mundo ao seu redor, promovendo um processo de ensino-aprendizagem verdadeiramente significativo (Zaluski & Oliveira, 2019). O novo paradigma educacional exige um modelo de ensino que posicione o aluno como um participante ativo em seu próprio processo de aprendizagem, considerando suas experiências de vida e integrando a teoria com a prática (Azevedo *et al.*, 2019). Ademais, a formação crítico-social dos alunos tornou-se uma demanda urgente no ensino superior, o que direciona para que os professores desenvolvam competências que atendam a essa necessidade (Borges & Alencar, 2014).

Estudos têm revelado que as teorias modernas de aprendizagem identificam que a aprendizagem é mais eficaz quando é ativa, experimental, situada, baseada em problemas e fornece *feedback* imediato (Boyle *et al.*, 2011; Smith &

Brauer, 2018). Entre as metodologias inovadoras, o caso de ensino tem ganhado destaque, conforme destacado por Franco Júnior (2010), pois oferece uma alternativa eficaz ao facilitar a autoaprendizagem e estimular os alunos a refletirem e desenvolverem soluções práticas, algo que o modelo tradicional de ensino não consegue proporcionar. Berbel (2011) destaca que os métodos ativos, como o uso de estudos de caso, guiam os alunos para uma maior autonomia no processo de aprendizagem.

Diante desse cenário, o ensino da Contabilidade necessita de uma transformação que inclua novas abordagens pedagógicas. Estudos como Costa *et al.* (2018) e Jost *et al.* (2022), evidenciam que o uso de casos de ensino é eficaz para melhorar a compreensão dos alunos e promover o desenvolvimento de habilidades práticas. Costa *et al.* (2018), ao estudarem o uso do caso de ensino em Teoria da Contabilidade e no estudo das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), relatam que, na opinião dos estudantes, essa metodologia demonstra efetividade na aquisição de conhecimentos genuínos por meio das experiências vivenciadas nas simulações, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de realizar estimativas e julgar as mais adequadas. De forma semelhante, Soares *et al.* (2019) apontam que a aplicação de casos de ensino permite a integração de conceitos em situações reais, promovendo o avanço do aluno mesmo ao tratar da recriação de contextos já existentes.



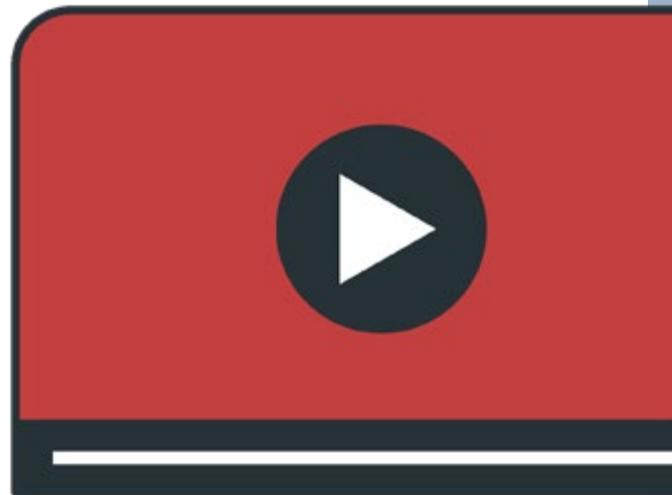
“A atual geração de estudantes está cada vez mais conectada à tecnologia e, portanto, tende a mostrar menos paciência com métodos tradicionais de ensino que não integram a tecnologia ou a aplicabilidade prática (Abbasi, 2013).”

Alinhados com a perspectiva de aprendizagem, Jost *et al.* (2022) relatam o uso do caso de ensino no estudo do orçamento público, no qual os discentes relatam uma melhor compreensão e clareza do conteúdo. Esses alunos também destacaram que essa metodologia deveria estar presente em todas as disciplinas, dada sua eficácia no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar a contribuição da aplicação do método de caso de ensino no processo de ensino-aprendizagem de alunos de graduação em Ciências Contábeis. Justifica-se a relevância do estudo devido à crescente necessidade de métodos pedagógicos que transcendam o ensino tradicional, frequentemente baseado na simples memorização e reprodução de conteúdo. Ao estabelecer uma conexão direta entre teoria e prática, essa metodologia se mostra particularmente relevante para o desenvolvimento de habilidades e competências específicas, bem como o pensamento crítico essencial nas atividades de auditoria, foco deste estudo. Dessa forma, a Contabilidade, como uma ciência social aplicada, se beneficia substancialmente da aplicação prática do conhecimento teórico, viabilizada

pelo uso de casos de ensino no processo de aprendizagem.

O caso de ensino preenche lacunas deixadas por outros métodos, permitindo que os alunos enfrentem desafios reais ou simulados em um ambiente controlado (Machado e Callado, 2008). Essa abordagem não apenas melhora a capacidade de análise crítica, como também promove a autonomia, fatores essenciais para a formação de profissionais reflexivos e adaptáveis. Espera-se que o estudo possa contribuir com a discussão teórica sobre o uso de caso de ensino no processo de ensino-aprendizagem, e de forma prática contribua com docentes e discentes na elaboração e utilização do método. Dado o cenário atual, no qual o mercado de trabalho valoriza habilidades práticas e a capacidade de resolver problemas complexos, o uso de casos de ensino se destaca como uma ferramenta pedagógica de extrema relevância para a formação de contadores e auditores aptos ao enfrentamento as demandas contemporâneas.



2 Referencial Teórico

2.1 Processo de ensino-aprendizagem

Ensinar e aprender são procedimentos contínuos na vida do ser humano, à vista das consecutivas e, progressivamente, mais céleres transformações que acontecem na sociedade. A todo instante os indivíduos estão ensinando e aprendendo entre si (Soares, 2008). Porém, para que isso aconteça de forma efetiva, torna-se imprescindível o entendimento do objeto de ensino e das metodologias que serão aplicadas, mas também a necessidade de compreender o destinatário desse processo.

O processo educacional deve estimular uma visão ampla, além de suscitar transformações sociais, com o desenvolvimento da consciência individual e geral. Venturelli (1997) afirma que uma aprendizagem direcionada à prática envolve alterações no método de ensino, no qual se expressa em uma aprendizagem centrada no estudante, inserindo o mesmo no centro das atenções do processo educativo. Assim, os benefícios das metodologias ativas estão concentrados em uma atividade pedagógica reflexiva, crítica, ética e revolucionária, transcendendo as limitações de um ensino exclusivamente técnico (Mitre *et al.*, 2008), destacado na metodologia tradicional evidenciando o ensino ao contrário da aprendizagem, atenta mais à atuação do docente que do discente, mais orientada ao conteúdo do que à aprendizagem (Kruger & Ensslin, 2013).

Diante do atual cenário social no qual o processo de comunicação é intensificado pelas inovações tecnológicas e pela compreensão do mundo com conexões intensas e em constante modificação, tem-se debatido a demanda de indispensáveis transformações nas instituições de ensino superior voltadas para a reestruturação do seu papel social (Mitre *et al.*, 2008). Sob o aspecto pedagógico, com o intuito de desenvolver o progresso profissional e pessoal dos discentes, os professores precisam selecionar métodos ativos de aprendizagem pertinentes à obtenção de competências compatíveis com a inovação (Lapina & Slaidins, 2014)

O século XXI, também nomeado “Era da informação e do conhecimento”, destaca-se pelas transformações decorrentes da globalização na esfera sociocultural. A partir da acessibilidade para se obter informações, o ambiente educacional também passou por mudanças profundas para reconciliar o ensino com a realidade com a qual o estudante se relaciona (Lima, 2019). A ascensão da economia mundial evidencia a urgência em estabelecer modificações no ensino da Contabilidade.

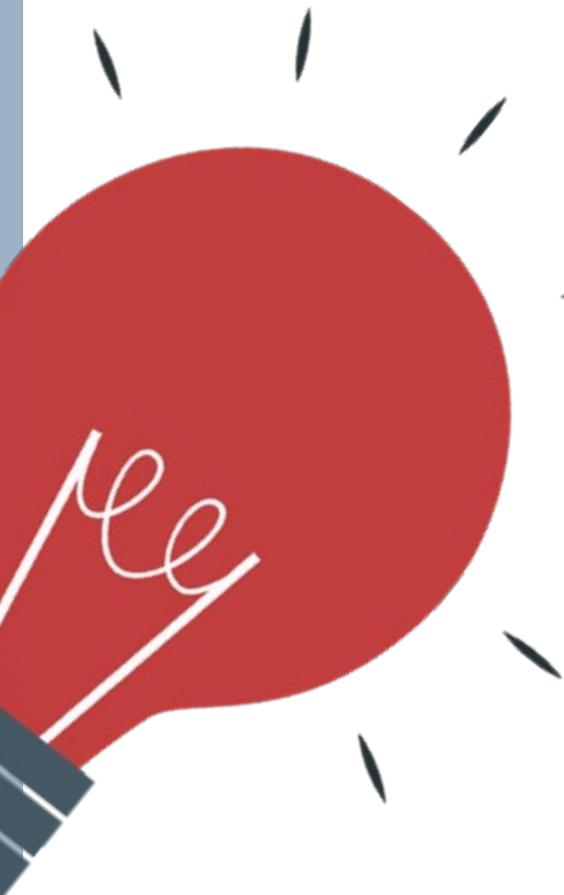
Anteriormente, a formação dos contadores era centralizada em conceitos, normas, fatos contábeis e princípios (Fahl & Manhani, 2006). No entanto, a partir dos anos de 1980, despertou uma maior preocupação com o treinamento do profissional da contabilidade, com foco no método de ensino que concedia ao estudante aprender a aprender, de modo a estar constantemente atualizado (Fahl & Manhani, 2006).

Ainda, as alterações das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Ciências Contábeis, estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 1, de 27 de março de

2024, enfatizam uma abordagem baseada em competências, focando no desenvolvimento de habilidades e atitudes que são essenciais para o mercado de trabalho contemporâneo. Isso inclui a capacidade de utilizar o pensamento científico e desenvolver uma perspectiva multidisciplinar e transdisciplinar.

O formato de ensino tradicional, com uma concepção individualista do processo de ensino, enfatiza o professor como o elemento principal na transferência dos assuntos que o aluno recebe de maneira passiva e, como resultado, o conhecimento é transmitido sob uma perspectiva cumulativa (Silva & Borba, 2011). Consequentemente, o ensino é definido pelo verbalismo do docente e pela memorização no processo educativo. Assim, esse método pode ser caracterizado pelo repasse e pelo recebimento de exercícios em a avaliação constituir-se, basicamente, em averiguar a repetição do conteúdo ministrado anteriormente (Silva & Borba, 2011).

Por esse motivo e, considerando a nova perspectiva do perfil do egresso de Ciências Contábeis, que destaca a importância de uma formação que combine teoria com prática e que esteja alinhada com as demandas sociais e ambientais atuais, o ensino tradicional nas Instituições de Ensino Superior (IES) carece de metodologias que melhorem a capacidade de aprendizagem dos alunos (Moutinho & Soares, 2019). Como uma forma de aprofundar e redefinir os conhecimentos, compete ao ensino superior corresponder de forma efetiva com métodos inovadores e metodologias ativas que permitam uma educação direcionada à autonomia, para a exploração que recorre ao envolvimento dos alunos, às tarefas em grupo, à aproximação teórico-prática e ao desenvolvimento da pesquisa (Borges & Alencar, 2014).



“O formato de ensino tradicional, com uma concepção individualista do processo de ensino, enfatiza o professor como o elemento principal na transferência dos assuntos que o aluno recebe de maneira passiva e, como resultado, o conhecimento é transmitido sob uma perspectiva cumulativa (Silva & Borba, 2011).”

A implementação de metodologias ativas nas práticas de ensino têm proporcionado resultados favoráveis, com a oportunidade de produzir cenários de aprendizagem que se afastam da memorização mecânica e desenvolvem o raciocínio lógico do estudante, incentivando a solução de problemas conceituais com mecanismos práticos (Guisso *et al.*, 2019). Wommer *et al.* (2020) constatam que as metodologias ativas são responsáveis por incitar o estudante a apreciar a sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem. Barbosa e Moura (2014) corroboram afirmando que é importante que o discente desenvolva o raciocínio e a reflexão, independentemente do método ativo utilizado. Desse modo, a característica marcante dos métodos ativos de aprendizagem consiste na atitude ativa do estudante, em contraste com os métodos tradicionais que evidenciam uma atitude passiva do discente.

A aprendizagem ativa, fundamentada nos métodos ativos de ensino, é caracterizada por uma relação próxima entre o discente e o conteúdo, incentivando o aluno a compreender, questionar, debater e argumentar (Zaluski & Oliveira, 2019). Nessa abordagem de ensino, o papel do professor se transforma em um intermediário, orientando

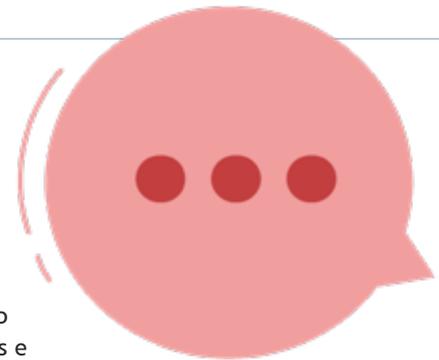
os estudantes na análise da realidade e na compreensão do conhecimento que eles obtiveram dela (Prado *et al.*, 2012).

Os métodos ativos partem da ideia de apresentar um contexto prático ou criar uma ligação próxima entre elementos teóricos e a experiência do estudante (Azevedo *et al.*, 2019). Essa construção requer o reconhecimento desse elo, estabelecendo o aluno como protagonista central no processo de ensino.

A utilização de métodos ativos no ensino objetiva desenvolver o raciocínio crítico e o uso de aptidões cognitivas e físicas, com a intenção de conceder aos alunos os conhecimentos indispensáveis para lidar com as adversidades do mundo contemporâneo, sejam elas ambientais, sociais, econômicas, tecnológicas ou políticas (Guisso *et al.*, 2019). Logo, essa metodologia visa não apenas à mudança no cenário social, econômico e político, mas também à redução das disparidades sociais (Prado *et al.*, 2012).

2.2 Caso de ensino

O método do caso de ensino é definido como uma estratégia de ensino fundamentada na exibição de situações reais ou factíveis com intuito de conduzir os estudantes a raciocinarem sobre as soluções



do caso apresentado (Ikeda *et al.*, 2006). Refere-se a um conjunto de procedimentos relacionados à elaboração ou utilização de casos no contexto de ensino, requer o relato estruturado de uma situação, dilema que promova o debate entre estudantes oportunizando integração entre teoria e prática, orientado para aprendizagem e competências específicas de uma disciplina (Alberton, 2018). Geralmente estruturado em duas partes: a primeira refere-se à descrição do dilema associado a um problema, abrangendo elementos como introdução, contexto, dilema, fechamento, anexos e/ou apêndices; e a segunda refere-se às notas de ensino que orientam o docente na resolução do caso em sala de aula contendo elementos como: fonte de dados, objetivos, questões para discussão, sugestão de plano de ensino, revisão de literatura com as principais perspectivas associadas ao caso, discussão ou análise do caso e referências (Alberton, 2018).

Graham (2010) ressalta que os métodos tradicionais de ensino são alicerçados em aula expositivas. Entende-se que o conhecimento seja de domínio exclusivo do docente que, através de exposições, segue uma única orientação que vai do professor para o estudante. Contudo, o caso de ensino dá vida à teoria e teoria à vida. A introdução do caso de ensino em sala de aula promove a liberdade de escolha para os estudantes, permitindo que apliquem suas próprias concepções e busquem soluções com base na aplicação da teoria (Soares *et al.*, 2019).

No caso de ensino, tanto o educador como o educando colaboram para o processo de aprendizagem. O conhecimento do docente não é considerado como definitivo, já que os alunos trazem novas interpretações e percepções acerca das questões apresentadas (Graham, 2010). De acordo com Mclean (2016), um dos benefícios da utilização do método de caso é que o processo de aprendizagem ocorre de maneira significativa. Isso implica que o aprendizado vai além da busca por soluções definitivas e está intrinsecamente relacionado à capacidade de realizar uma reflexão crítica.

Soares *et al.* (2019) buscaram averiguar os benefícios do uso do método de caso, assim como suas restrições, baseado na Teoria da Difusão da Inovação. Os autores utilizaram pesquisa qualitativa, na qual os dados foram coletados por meio de questionários, entrevistas, grupo focal e observação participante. Compuseram este estudo 46 estudantes, distribuídos entre as disciplinas de Controladoria Empresarial do curso de graduação em Ciências Contábeis e Marketing do curso de graduação em Administração. Os resultados encontrados indicaram uma aceitação positiva do método pelos alunos, os quais relataram que por meio dessa metodologia foi possível estabelecer uma associação entre teoria e prática.

Na pesquisa de Leal e Oliveira (2018) foram investigadas as habilidades e competências desenvolvidas através da aplicação do método de caso de ensino no processo de aprendizagem de alunos da pós-graduação em Ciências Contábeis. A amostra deste estudo foi composta por 180 discentes, sendo utilizada a análise fatorial exploratória. De acordo com os estudantes, o caso de ensino é uma ferramenta que auxilia o desenvolvimento do aprendizado e promove as habilidades de comunicação, trabalho em equipe, reflexão sobre assuntos reais que estão associados à teoria vista em sala de aula e ao incentivo a análise crítica.

Devido às restrições impostas durante a pandemia de Covid-19, Nascimento *et al.* (2021) aplicaram o método de caso de ensino em um curso de pós-graduação em Ciências Contábeis, através de uma abordagem descritiva e qualitativa, no qual os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, questionário e observação participante



após uma intervenção pedagógica na disciplina de Metodologia do Ensino Superior. Os pesquisadores identificaram que, mesmo no contexto do ensino remoto, o método se mostra relevante e a metodologia insere o aluno no contexto real, favorecendo o diálogo e o debate.

Outros exemplos da aplicação do método de caso de ensino foram evidenciados através dos trabalhos de Vasconcelos *et al.* (2012), que consistiram em uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de apresentar o método de caso de ensino como estratégia de ensino de Contabilidade e Administração de Custos. Concluiu-se que a metodologia favorece o posicionamento crítico do estudante, apresentação do cotidiano empresarial, desenvolve uma formação autônoma, crítica e apta ao processo decisório.

Januário *et al.* (2020), por sua vez, investigaram a efetividade da aplicação do método caso de ensino no curso de pós-graduação em Ciências Contábeis. Os resultados encontrados evidenciaram a necessidade da utilização de outras metodologias ativas aliadas ao caso de ensino, também identificadas limitações, como o pouco tempo para a aplicação do método e a dificuldade de encontrar casos de ensino.

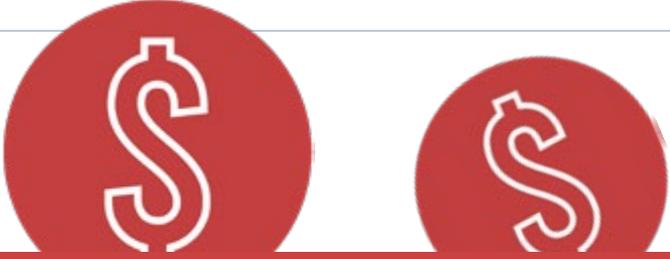
“No caso de ensino, tanto o educador como o educando colaboram para o processo de aprendizagem. O conhecimento do docente não é considerado como definitivo, já que os alunos trazem novas interpretações e percepções acerca das questões apresentadas (Graham, 2010).”

3 Metodologia

Com o propósito de alcançar o objetivo delineado, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva. Quanto à abordagem do problema, adotou-se uma perspectiva qualitativa, dado que esse tipo de análise é essencialmente interpretativo, a partir dos dados obtidos pelo pesquisador (Lira, 2014).

A pesquisa foi realizada por meio de uma intervenção pedagógica, com a aplicabilidade de um caso de ensino, na turma do 8º período, da disciplina de Auditoria Governamental, no semestre 2023.2, do curso de Ciências Contábeis da UFRN, no Ceres, no município de Caicó/RN. A turma era composta por 30 alunos, no qual 14 alunos participaram da intervenção e os demais não estavam presentes. Os participantes foram divididos em 3 grupos, sendo 2 grupos com 5 participantes e 1 com 4 participantes.

O caso de ensino aplicado foi “A pregoeira que era honesta demais”, publicado no repositório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap, 2015). O caso de ensino foi aplicado no dia 20/10/2023, e foi conduzido por um dos autores deste trabalho, sob a supervisão e auxílio da docente responsável pelo componente cur-



Quadro 1 – Plano de aula

Tempo	Atividade
19h às 19h15	Entrada dos alunos em sala
19h15 às 19h30	Apresentação do método de ensino
19h30 às 19h35	Separação dos grupos e entrega dos estudos de caso
19h35 às 20h	Realização da leitura do caso de ensino
20h às 20h40	Debate do caso de ensino
20h40 às 21h20	Conclusão e realização do questionário e da entrevista

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

ricular. Ressalta-se que o caso de ensino foi previamente apresentado e aprovado pela docente.

No Quadro 1, têm-se as etapas da aplicação do método em sala de aula.

Após a entrada dos alunos na sala de aula, fez-se uma breve apresentação do caso de ensino como uma ferramenta de ensino. Em seguida os grupos foram formados e o caso de ensino foi entregue a cada um para a realização individual da leitura do caso. Ao finalizarem a leitura, foi iniciado um debate de modo que todos pudessem participar e expor as suas conclusões acerca do caso de ensino. Por fim, durante o encontro solicitou-se a participação dos alunos em uma entrevista estruturada produzida no

GoogleForms® e encaminhada para os alunos através do WhatsApp®.

3.1 Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta dos dados ocorreu em duas etapas: observação participante e questionário com perguntas abertas e fechadas. Na primeira etapa, o pesquisador realizou a intervenção pedagógica, por meio de observação participante, buscando situar-se no ambiente real que está sendo estudado, bem como participando, observando e coletando dados dos participantes (Yin, 2016). Na segunda etapa do estudo, os alunos responderam a um questionário, com perguntas abertas e fechadas.

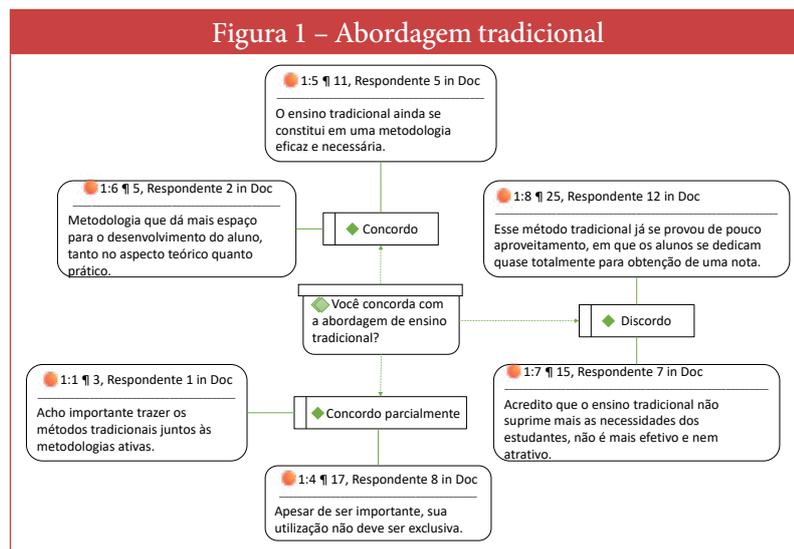
Para a análise dos dados das perguntas objetivas (fechadas), utilizou-se a estatística descritiva, empregando o *software* Microsoft Office Excel®. As respostas subjetivas (abertas) foram analisadas a partir do conteúdo, seguindo as etapas estabelecidas por Bardin (2011). A primeira etapa, a pré-análise, envolveu a organização inicial dos dados, a familiarização com o conteúdo e a definição dos objetivos da análise. Na segunda etapa, a exploração do material, foi realizada uma leitura aprofundada dos dados, em que a categorização e codificação foram baseadas nas perguntas da entrevista, permitindo identificar temas e padrões emergentes. Na terceira etapa, o tratamento dos resultados e a interpretação foram conduzidos para analisar os dados codificados, interpretar seus significados e elaborar conclusões com base nas categorias e temas identificados. A análise das respostas subjetivas foi facilitada pelo *software* ATLAS.ti®

4 Análise e Discussão

4.1 Descrição da aplicação do caso de ensino

Durante a análise do caso, alguns alunos registraram anotações, enquanto outros se limitaram à leitura. Após essa etapa individual, procedeu-se a uma leitura coletiva, envolvendo praticamente todos os participantes. Essa leitura foi conduzida de maneira intercalada, parágrafo por parágrafo. Ao término desse exercício, alguns alunos optaram por revisitar o caso.

O debate subsequente baseou-se em questionamentos elaborados pelos autores do caso e envolveu todos os alunos. Durante as discussões, os estudantes se sentiram à vontade para expressar suas conclusões. O aspecto marcante desse momento foi a diversidade de soluções apresentadas, uma vez que, em al-



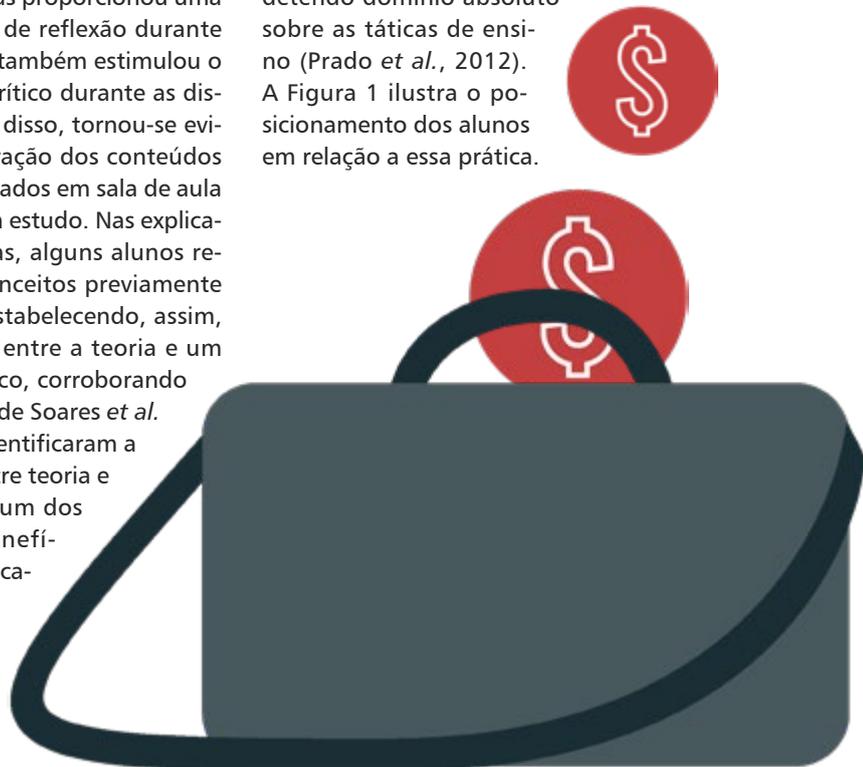
Fonte: dados da pesquisa (2023).

guns momentos, os alunos concordaram ou discordaram das respostas de seus colegas. Tal dinâmica reforça os achados de Leal e Oliveira (2018), que destacam o desenvolvimento de habilidades de comunicação e reflexão durante a aplicação de casos de ensino.

Observou-se que o caso de ensino não apenas proporcionou uma oportunidade de reflexão durante a leitura, mas também estimulou o pensamento crítico durante as discussões. Além disso, tornou-se evidente a integração dos conteúdos teóricos abordados em sala de aula com o caso em estudo. Nas explicações oferecidas, alguns alunos recorreram a conceitos previamente aprendidos, estabelecendo, assim, uma conexão entre a teoria e um contexto prático, corroborando as conclusões de Soares *et al.* (2019), que identificaram a associação entre teoria e prática como um dos principais benefícios do uso de casos de ensino.

4.2 Metodologias tradicionais versus metodologias ativas

A abordagem tradicional de ensino frequentemente se manifesta como uma simples transferência de informações do educador para o educando, na qual o docente assume uma posição preponderante na gestão do processo educacional, detendo domínio absoluto sobre as táticas de ensino (Prado *et al.*, 2012). A Figura 1 ilustra o posicionamento dos alunos em relação a essa prática.

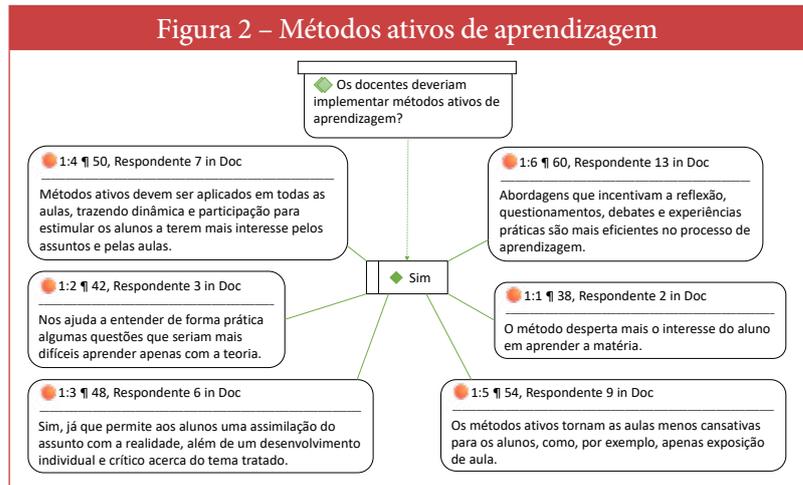


Na abordagem tradicional, acredita-se que os discentes são facilmente instigados à aquisição de conhecimento por meio desse método (Soares, 2008). Contudo, as respostas coletadas mostram que alguns alunos argumentam que o método não é eficaz e não atende às demandas individuais. No entanto, há concordância por parte de alguns alunos de que a abordagem tradicional não deve ser a única metodologia em sala de aula; métodos ativos também devem ser implementados.

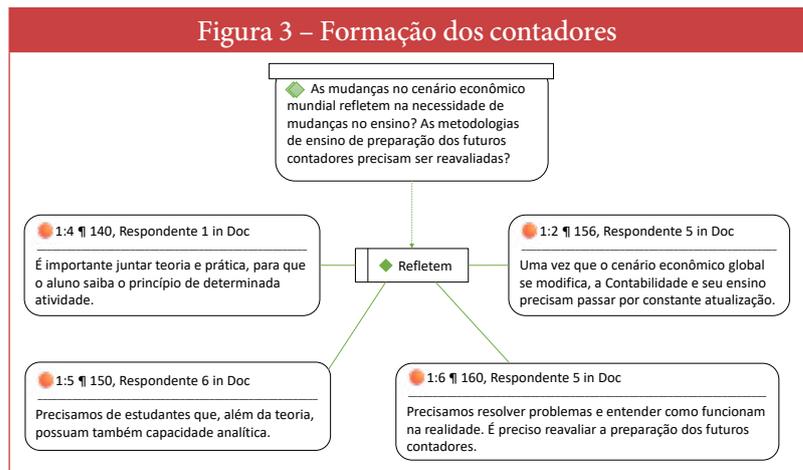
Conforme destacado por Wommer *et al.* (2020), os métodos ativos de aprendizagem têm ganhado espaço entre os educadores, que buscam tornar suas aulas mais atraentes e proporcionar uma aprendizagem significativa, incentivando a conexão entre teoria e prática. Ao questionar os alunos sobre a implementação desses métodos, todos concordaram com suas vantagens, evidenciadas na Figura 2. Entre essas vantagens, destacam-se a participação ativa dos alunos, a associação entre teoria e prática, a análise crítica e a promoção da reflexão e do debate.

Os discentes expressaram o desejo de que as aulas incorporem atividades voltadas para a prática, semelhantes ao caso de ensino. A inovação e a necessidade de atualização das práticas de ensino alinham-se com o uso de métodos que incentivem a participação dos discentes. Eles enfatizam que o ensino atual precisa ser repensado por meio da reflexão sobre os métodos existentes. Castro (2009) destaca que a utilização exclusiva da teoria não prepara adequadamente para o mercado de trabalho, o que evidencia a necessidade de integrar teoria e prática no ambiente acadêmico.

De acordo com Soares (2008), as mudanças globais reverberam no ensino e na aprendizagem. Logo, é essencial que os professores cul-



Fonte: dados da pesquisa (2023).

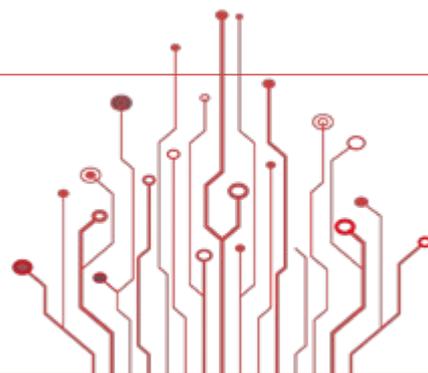


Fonte: dados da pesquisa (2023).

tivem competências para educar os alunos por meio de uma abordagem crítica e socialmente consciente (Zaluski & Oliveira, 2019). A Figura 3 aborda a formação dos contadores, conforme a visão de Franco Júnior (2010), que destaca o objetivo do curso de Ciências Contábeis em fornecer uma base sólida e atualizada de conhecimentos. Os alunos refletem sobre a necessidade de adquirirem conhecimentos e habilidades que considerem as mudanças constantes na sociedade, no mercado de trabalho e nas demandas da profissão contábil.

É importante notar que o ensino da Contabilidade no Brasil frequentemente adota uma abordagem tra-

dicional, com muitas salas de aula ainda utilizando métodos convencionais (Soares, 2008). No modelo tradicional, o professor apresenta todo o conteúdo aos alunos sem oferecer estímulos adicionais. É necessário proporcionar questionamentos e desafios, permitindo que os discentes associem o conteúdo ao objeto de estudo, motivando o protagonismo na procura por respostas e desenvolvendo a aprendizagem e a capacidade de resolver problemas (Debald, 2020). O ensino tradicional nas IES está sendo questionado e há uma necessidade urgente de novas metodologias que melhorem a capacidade de aprendizagem dos alunos (Moutinho, 2019).



4.3 Aplicabilidade do caso de ensino no processo de ensino-aprendizagem

Inicialmente, buscou-se entender a percepção dos alunos sobre a inserção de métodos ativos com mais frequência pelos docentes, bem como o método de caso de ensino e sua aplicação na disciplina de Auditoria Governamental. Os dados da Tabela 1 indicam a opinião dos respondentes sobre a utilização dos métodos ativos e os benefícios do caso de ensino no contexto de sua formação profissional.

As respostas dos participantes no questionário mostraram uma notável prevalência para a opção “Concordo totalmente”. Não houve marcações nas opções neutro, discordo e discordo totalmente, motivo pelo qual essas opções não foram incluídas nas tabelas correspondentes.

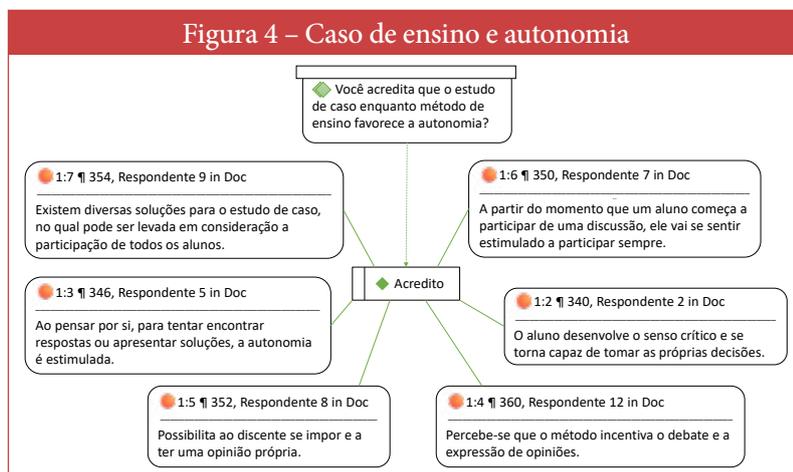
Segundo os dados obtidos, 71,4% dos alunos concordam integralmente que metodologias ativas deveriam ser empregadas com mais frequência pelos docentes. Esse dado corrobora as observações de Monteiro e Cittadin (2020), que destacam a busca da universidade pela interconexão entre ensino, pesquisa e extensão. Eles enfatizam que o ato de ensinar transcende a mera transmissão de conhecimentos, incluindo o estímulo ao pensamento crítico para promover autonomia e participação ativa dos estudantes no contexto social.

Em relação à análise crítica, 78,6% dos participantes indicaram que o caso de ensino favorece o desenvolvimento da criticidade, e 71,4% afirmaram que esse método facilita a compreensão de questões relacionadas ao contexto do caso. Adicionalmente, 78,6% dos alunos ressaltaram que o caso de ensino contribui significativamente para o processo de ensino e aprendi-

Tabela 1 – Percepções do método

Percepções dos discentes	Concordo totalmente		Concordo parcialmente	
	%	Total	%	Total
As metodologias ativas através dos seus variados métodos de ensino deveriam ser utilizadas com mais frequência pelos docentes.	71,4	10	21,4	3
A utilização do caso de ensino favorece o desenvolvimento da análise crítica em relação ao contexto abordado no caso.	78,6	11	14,3	2
O caso de ensino aplicado na área pública auxilia nos entendimentos de questões pertinentes a esse setor.	71,4	10	21,4	3
A utilização do caso de ensino contribui com o processo de ensino aprendizagem na disciplina de Auditoria Governamental.	78,6	11	14,2	2

Fonte: elaborado pelo autor (2023).



Fonte: dados da pesquisa (2023).

dizagem, especialmente em relação ao conteúdo de uma disciplina. Menezes (2009) destaca que o caso de ensino representa uma nova abordagem no processo pedagógico das instituições de ensino, promovendo a preparação dos futuros profissionais.

O caso de ensino é apresentado como uma maneira de possibilitar o contato com cenários reais ou simulados, permitindo uma análise multifacetada sob diversos pontos de vista (Berbel, 2011). De acordo com a Figura 4, os alunos foram

questionados sobre a autonomia nesse método de ensino.

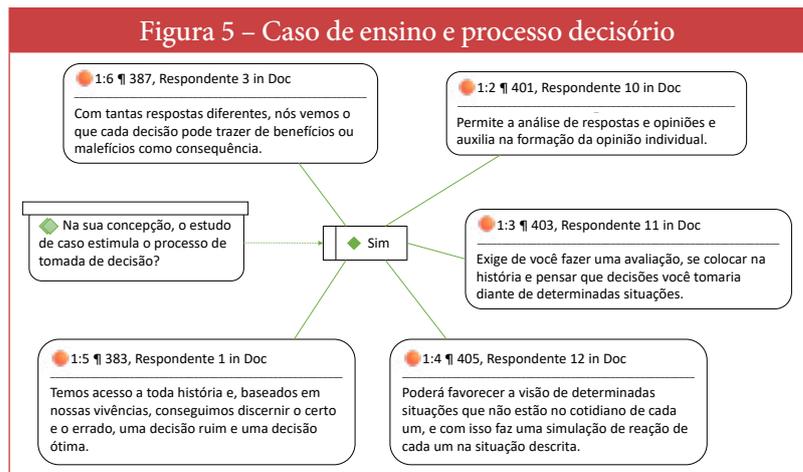
Os discentes destacaram que, nesse método, o aluno precisa desenvolver uma opinião própria, pensar para encontrar respostas e aprimorar o senso crítico. Graham (2010) reforça que situações reais ou simuladas encontradas em casos estimulam os alunos a aplicar seus conhecimentos teóricos para resolver dificuldades ou chegar a consensos, sendo o aluno responsável pela obtenção do seu próprio conhecimento.

“Alguns alunos relataram que não houve impedimentos e que todos se sentiram à vontade, enquanto outros destacaram a timidez e a ansiedade como fatores que influenciaram a participação.”

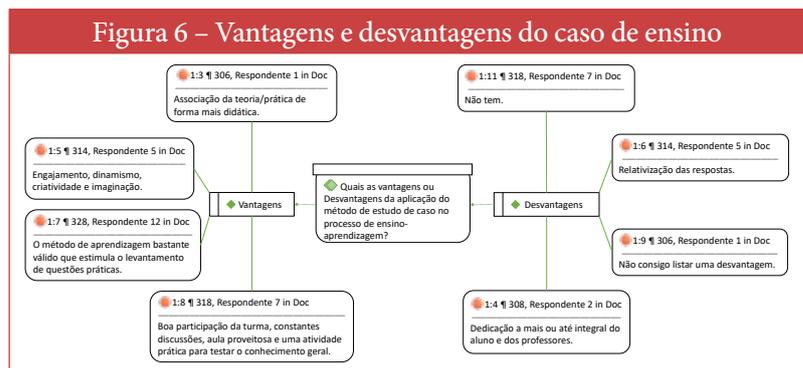
Na Figura 5, os alunos foram questionados sobre a relação entre o caso de ensino e o processo decisório. Participar desse método exige que o discente desenvolva um posicionamento, analise criticamente o caso e escolha a melhor alternativa.

As respostas dos participantes corroboram as dos participantes da pesquisa de Srinivasan *et al.* (2007), que afirmaram que o caso de ensino possibilita uma investigação aberta de questões e estimula a promoção do debate, do diálogo e o reconhecimento da ambiguidade. Ademais, tais achados reforçam os resultados evidenciados na pesquisa de Berbel (2011), na qual destaca-se que o caso de ensino orienta os alunos na análise de problemas e na tomada de decisões.

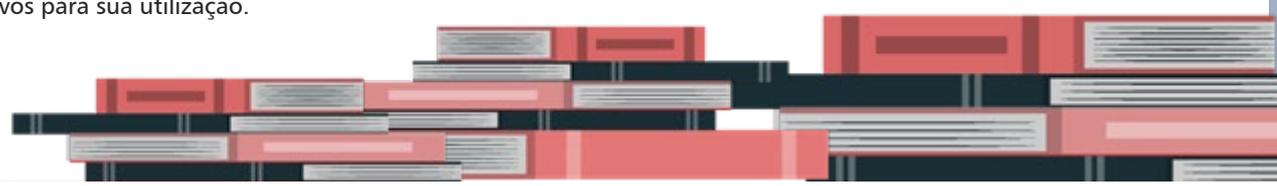
A Figura 6 apresenta as vantagens e desvantagens listadas pelos alunos a partir da utilização do método ativo. A variedade de vantagens elencadas demonstra os benefícios proporcionados pelo método, enquanto as desvantagens listadas não representam impedimentos significativos para sua utilização.



Fonte: dados da pesquisa (2023).



Fonte: dados da pesquisa (2023).

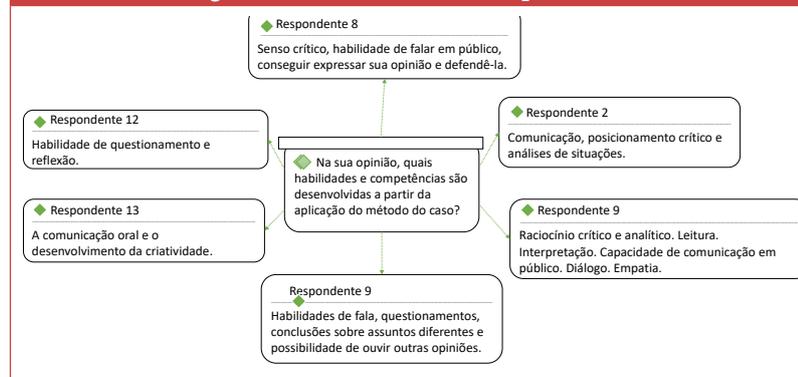


O método de caso de ensino enriquece o futuro profissional ao possibilitar um contato direto com o contexto atual. Por meio desse método, o aluno confronta o conteúdo teórico com a prática, aproximando-se mais da realidade do mercado de trabalho (Menezes, 2009). A Figura 7 destaca as habilidades e competências desenvolvidas pelo caso de ensino, com o raciocínio crítico e a comunicação sendo as respostas mais frequentes. A diversidade das respostas confirma as vantagens pedagógicas dos métodos ativos.

Soares (2021) ressalta que a característica básica dos métodos ativos é o protagonismo dos discentes, que produzem seu próprio conhecimento, atuam como pesquisadores e autores de sua trajetória pedagógica, e participam ativamente no processo de aprendizagem.

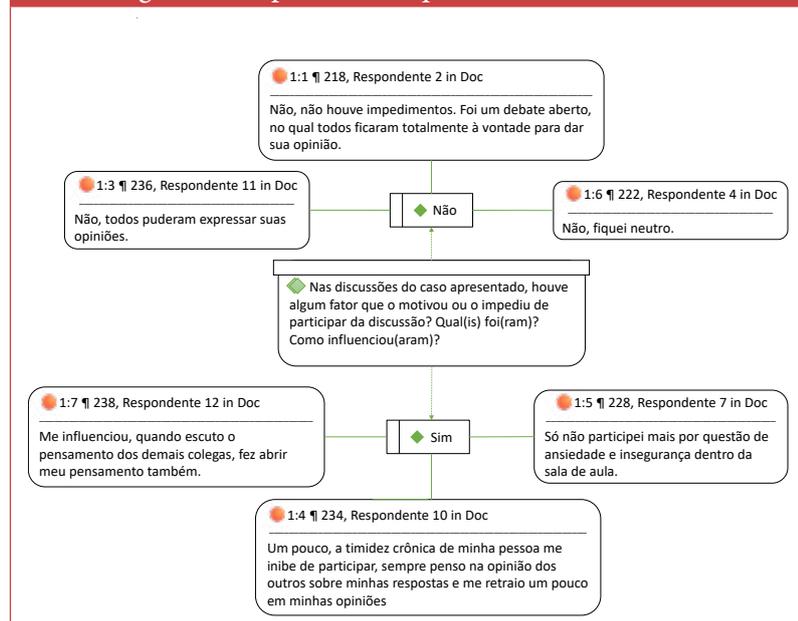
Por fim, a Figura 8 mostra os impedimentos que afetaram a discussão e como influenciaram. Alguns alunos relataram que não houve impedimentos e que todos se sentiram à vontade, enquanto outros destacaram a timidez e a ansiedade como fatores que influenciaram a participação. Esses fatores são relevantes, visto que o caso de ensino trabalha o desenvolvimento da comunicação e do diálogo, assim como outros métodos ativos.

Figura 7 – Habilidades e competências



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Figura 8 – Impedimentos que afetaram a discussão



Fonte: dados da pesquisa (2023).



“Diante das transformações e demandas do mercado de trabalho, o ensino da Contabilidade exige que os discentes estejam em contato com contextos de sua futura área de atuação. Nesse sentido, o caso de ensino como um método ativo de ensino-aprendizagem promove essa interação e estabelece uma conexão entre a teoria e a prática.”

Assim, com base nos resultados apresentados, pode-se destacar que a aplicação do caso de ensino como método ativo no processo de ensino-aprendizagem em Ciências Contábeis traz contribuições importantes, como o desenvolvimento da análise crítica, no estímulo à autonomia e na integração entre teoria e prática. Ademais, observou-se que o método proporcionou uma experiência significativa, permitindo aos alunos participarem ativamente do processo de aprendizagem, desenvolverem competências relacionadas à tomada de decisão e refletirem sobre cenários práticos aplicáveis à sua futura atuação profissional.

Os resultados também apontam para a relevância de integrar o método de caso com outras abordagens, promovendo uma formação mais completa e alinhada às demandas contemporâneas do mercado de trabalho. Obser-

ve-se ainda que a utilização do caso de ensino permite superar os desafios tradicionais da sala de aula, como a passividade discente, incentivando o protagonismo e a colaboração entre os participantes.

5 Considerações Finais

Diante das transformações e demandas do mercado de trabalho, o ensino da Contabilidade exige que os discentes estejam em contato com contextos de sua futura área de atuação. Nesse sentido, o caso de ensino como um método ativo de ensino-aprendizagem promove essa interação e estabelece uma conexão entre a teoria e a prática.

É imprescindível que nas instituições de ensino superior os docentes da graduação em Ciências Contábeis adotem metodologias ativas no contexto de suas aulas, principalmente considerando as mudanças significativas tanto no processo de ensino quanto no perfil do egresso estabelecidas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis. Nesse sentido, é essencial aos discentes contato prévio com aspectos práticos da rotina contábil. As metodologias ativas em seus mais diversos métodos de aprendizagem são capazes de proporcionar essa experiência. Além disso, métodos como o caso de ensino desenvolvem competências e habilidades essenciais para o atual mercado de trabalho.



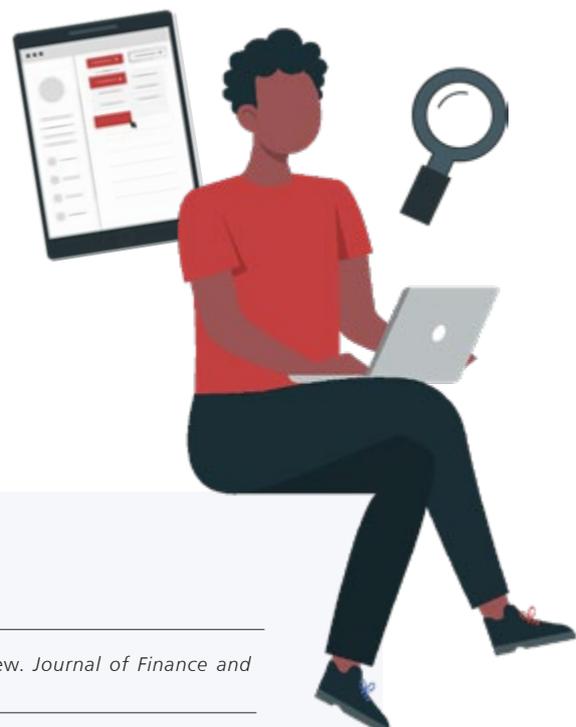
O caso de ensino é um método de ensino que propõe uma nova concepção do processo pedagógico e possibilita que o aluno tome decisões perante de diversas situações. Diante disso, considerando o atual cenário em que o futuro profissional da contabilidade irá atuar, torna-se imprescindível a utilização de métodos ativos voltados para uma formação reflexiva.

A utilização de metodologias inovadoras não implica necessariamente na erradicação do modelo de ensino tradicional, historicamente utilizado em sala de aula, porém os participantes desta pesquisa não concordam que esse deva ser o único e exclusivo método de ensino aplicado, concluindo-se que os métodos ativos devem ser aplicados em sintonia com o modelo tra-

dicional de ensino. Dessa forma, a pesquisa reforça a importância de recompensar práticas pedagógicas no ensino superior, destacando o potencial do caso de ensino em preparar os estudantes de Ciências Contábeis para os desafios de um ambiente profissional dinâmico e complexo. Esses resultados não apenas apresentam evidências sobre a eficácia do método, mas também direcionam para o aprimoramento do ensino da Contabilidade, orientando novos estudos e práticas educativas inovadoras.

Estudos futuros podem se basear na utilização de mais de um método ativo e outros conteúdos (disciplinas) da área das Ciências Contábeis, assim como na divisão da turma em grupos para realizar uma comparação entre a aplicação

do modelo tradicional e do método ativo. Além disso, sugere-se analisar o impacto da adoção das metodologias ativas com base nas notas obtidas pelos alunos, permitindo a realização de um estudo com abordagem quantitativa e qualitativa.



Referências

- Abbasi, N. (2013). Competency approach to accounting education: A global view. *Journal of Finance and Accountancy*, 13(1), 1-18.
- Alberton, A., & Silva, A. B. da. (2018). Como escrever um bom caso para ensino? Reflexões sobre o método. *Revista de Administração Contemporânea*, 22(5), 745-761. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018180212>
- Azevedo, S. B., Pacheco, V. A., & Dos Santos, E. A. (2019). Metodologias ativas no ensino superior: percepção de docentes em uma instituição privada do Distrito Federal. *Revista Docência do Ensino Superior*, 9, 1-22.
- Barbosa, E. F., & Moura, D. G. (2014). Metodologias ativas de aprendizagem no ensino de engenharia. In *Anais International Conference on Engineering and Technology Education*, Cairo, Egito (pp. 110-116).
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70. Brasil.(2014a).
- Berbel, N. A. N. (2011). As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 32(1), 25-40.
- Borges, T. S., & Alencar, G. (2014). Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. *Cairu em Revista*, 3(4), 119-143.
- Castro, A. F. (2009). Visão e características do ensino da contabilidade adotado no Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, 2(34), 6-13.
- Costa, P. D. S., Gomes, G. D. S., Braunbeck, G. O., & Santana, M. E. G. (2018). A safari in Brazil: evidence regarding the framework-based approach to teaching. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(76), 129-147.

Debald, B. S., & Golfeto, N. V. (2016). Protagonismo estudantil e metodologias ativas de aprendizagem em tempos de transformação na educação superior. *Revista Pleiade*, 10(20), 5-11.

Debald, B. (2020). *Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno*. Porto Alegre, RS: Penso.

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). (2015). *A pregoeira que era honesta demais*. ENAP. <https://repositorio.enap.gov.br/ljspu/handle/1/2731>

Fahl, A. C., & Manhani, L. P. S. (2006). As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. *Revista de Ciências Gerenciais*, 10(12), 25-33.

Franco Junior, A. M. et al. (2010). *Ensino da contabilidade introdutória nos cursos de graduação em ciências contábeis das instituições de ensino superior do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

Guisso, D. P., & et al. (2019). Aprendizagem baseada em problemas (PBL) no ensino superior: concepções introdutórias. *Revista Científica Intellecto*, 4(3).

Ikeda, A. A., Veludo-de-Oliveira, T. M., & Campomar, M. C. (2006). O caso como estratégia de ensino na área de Administração. *Revista de Administração-RAUSP*, 41(2), 147-157.

Januário, A. H. A. et al. (2020). Método do caso: um relato sobre sua efetividade e aplicabilidade no ensino de contabilidade. *Revista Ambiente Contábil*, 12(1), 317-338.

Jost, J. P., Souza Neto, J. M. A. de, Miranda, R. L. de, & Domingues, M. J. C. de S. (2021). Aplicação de um caso de estudo no ensino de contabilidade: percepções dos discentes. *Revista GESTO: Revista De Gestão Estratégica De Organizações*, 10(1), 21-35. <https://doi.org/10.31512/gesto.v10i1.366>

Krüger, L. M., & Ensslin, S. R. (2013). Método tradicional e método construtivista de ensino no processo de Aprendizagem: uma investigação com os acadêmicos da disciplina Contabilidade III do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Organizações em Contexto*, 9(18), 219-270.

Lapina, G., & Slaidins, I. (2014). Ensinar inovação aberta nas universidades da Letônia. *Revista de Gestão Empresarial*, 8.

Leal, E. A., & Oliveira, R. L. (2018). O método de estudo de caso aplicado no ensino em cursos de pós-graduação em ciências contábeis. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 35, 69-87.

Lima, H. C. (2019). O ensino da contabilidade no Brasil sob a ótica de estudantes de graduação. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 1(237), 30-43.

Lira, B. C. (2014). *O passo a passo do trabalho científico*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Machado, A. G. C., & Callado, A. A. C. (2008). Precauções na adoção do método de estudo de caso para o ensino de administração em uma perspectiva epistemológica. *Cadernos Ebape.br*, 6, 1-10.

McLean, S. F. (2016). Case-based learning and its application in medical and healthcare fields: A review of worldwide literature. *Journal of Medical Education and Curricular Development*, 3, JMCD.S20377.

Menezes, M. A. A. (2009). Do método do caso ao case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica. *Educação e Pesquisa*, 35(1), 129-143.

Ministério da Educação (2024). *Resolução CNE/CES, nº 1, de 27 de março de 2024 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado*. Brasil. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2024/257031-rces001-24/file>

Mitre, S. M. et al. (2008). Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13, 2133-2144.

Moutinho, N., Soares, R., & Alves, J. (2019). SimEmp: a aplicação da metodologia PBL ao ensino da contabilidade. *In 14th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*.

Monteiro, J., & Cittadin, A. (2020). Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na construção dos saberes contábeis. *ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação*, 11(22).

Nascimento, M. J. S. et al. (2021). A aplicabilidade do método de estudo de caso no ensino remoto em um curso de pós-graduação em ciências contábeis. *Revista de Informação Contábil*, 15.

Prado, M. L. et al. (2012). Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. *Escola Anna Nery*, 16, 172-177.

Quirino, M. C. O., Azevedo, Y. G. P., Gomes, H. B., & Lins, D. C. (2019). Jogos de empresas no ensino contábil: competências desenvolvidas e dificuldades percebidas na implementação do jogo Puerto Rico®. *Revista de Contabilidade & Controladoria*, 11(3), 8.

Silva, R. N., & Borba, E. O. (2011). A importância da didática no Ensino Superior.

Soares, C. (2021). *Metodologias ativas: uma nova concepção de aprendizagem*. São Paulo, SP: Cortez.

Soares, J. M. M. V. et al. (2019). Metodologias ativas de ensino: evidências da aplicação do método de caso nos cursos de ciências contábeis e administração. *Revista Mineira de Contabilidade*, 20(3), 92-103.

Soares, M. A. (2008). *Aplicação do método de ensino problem based learning (PBL) no curso de ciências contábeis: um estudo empírico* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.

Srinivasan, M. et al. (2007). Comparing problem-based learning with case-based learning: effects of a major curricular shift at two institutions. *Academic Medicine*, 82(1), 74-82.

Vasconcelos, Y. L., & et al. (2012). Método de caso e estudo de caso: usos no exercício da docência em contabilidade de custos. *In Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.

Venturelli, J., & et al. (1997). *Educación médica: nuevos enfoques, metas y métodos*. OPS.

Weber, MR, Finley, DA, Crawford, A., & Rivera Jr, D. (2009). Um estudo exploratório identificando competências de soft skills em gerentes iniciantes. *Tourism and hospitality Research*, 9 (4), 353-361.

Wommer, F. G. B., & et al. (2020). Métodos ativos de aprendizagem: uma proposta de classificação e categorização. *Revista Cocar*, 14(28), 109-131.

Yin, R. K. (2016). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos* (5ª ed.). Bookman Editora.

Zaluski, F., & Oliveira, T. D. (2019). A utilização de jogos como metodologia ativa: o processo de ensino e aprendizagem no ensino superior de administração e contabilidade. *Temática*, 227-241.



Apêndice

Perguntas do questionário

Perguntas	Autores
Você concorda com a abordagem de ensino tradicional?	Prado <i>et al.</i> , 2012
Os docentes deveriam implementar métodos ativos de aprendizagem?	Lapina & Slaidins, 2014
As mudanças no cenário econômico mundial refletem na necessidade de mudanças no ensino? As metodologias de ensino de preparação dos futuros contadores precisam ser reavaliadas?	Fahl & Manhani, 2006
Você acredita que o caso de ensino enquanto método de ensino favorece a autonomia?	Soares <i>et al.</i> , 2018
Na sua concepção o caso de ensino estimula o processo de tomada de decisão?	Berbel, 2011
Nas discussões do caso apresentado, houve algum fator que o motivou ou o impediu de participar da discussão? Qual(is) foi(ram)? Como influenciou(aram)?	Nascimento <i>et al.</i> , 2021
Na sua opinião, quais habilidades e competências são desenvolvidas a partir da aplicação do método do caso?	Nascimento <i>et al.</i> , 2021
Quais as vantagens ou desvantagens da aplicação do método de caso de ensino no processo de ensino-aprendizagem?	Nascimento <i>et al.</i> , 2021
As metodologias ativas através dos seus variados métodos de ensino deveriam ser utilizadas com mais frequência pelos docentes?	Debald & Golfeto, 2016
A utilização do caso de ensino favorece o desenvolvimento da análise crítica em relação ao contexto abordado no caso?	Wommer <i>et al.</i> , 2020,
Em relação ao caso de ensino "A pregoeira que era honesta demais", você discutiu com os questionamentos do caso com os seus colegas antes do debate com toda a turma?	Srinivasan <i>et al.</i> , 2007
Ainda em relação a esse caso de ensino utilizado, você participou do debate com toda a turma?	Srinivasan <i>et al.</i> , 2007
O caso de ensino aplicado na área pública auxilia no entendimento de questões pertinentes a esse setor?	Graham, 2010
A utilização do caso de ensino contribui no processo de ensino aprendizagem na disciplina de Auditoria Governamental?	Guisso <i>et al.</i> , 2019
Com relação ao ensino tradicional e os métodos ativos, você acredita que apenas um dos métodos deveria ser utilizado ou os dois em sintonia?	Zaluski & Oliveira, 2019

Fonte: elaborada pelos autores (2023).





Impactos do relatório de sustentabilidade no valor das ações no Brasil

O desenvolvimento sustentável está se tornando uma parte essencial nas estratégias organizacionais. As questões ambientais cada vez mais ganham destaque, não apenas no mundo dos negócios, mas na sociedade em geral. As informações associadas a tais questões, em geral, são retratadas pelas empresas na divulgação voluntária chamada de relatório de sustentabilidade, por se mostrar como relevante fonte informacional, merece ser investigado. Diante disso, surge o questionamento: como o relatório de sustentabilidade afeta o mercado de capitais? Assim, o objetivo é analisar se a divulgação do Relatório de Sustentabilidade de 2023 pelas empresas brasileiras de capital aberto pode impactar o valor das ações. A pesquisa foi dividida na análise de duas hipóteses. A hipótese 1 declara que a data da divulgação do relatório de sustentabilidade no mercado de capitais tem impacto nos preços das ações, para tal utilizou-se a técnica de estudo de eventos. A hipótese 2 diz que existe relação entre o conteúdo de divulgação da dimensão ambiental e os preços das ações. A condução metodológica dessa segunda hipótese, inicia-se pelo registro dos valores dos indicadores ambientais quantitativos, que representarão o conteúdo ambiental em uma análise baseada no modelo de Ohlson. Os resultados não evidenciaram impactos na data de divulgação dos relatórios de sustentabilidade no valor das ações. No entanto, o conteúdo da dimensão ambiental, estatisticamente, apresentou efeitos significativos nos preços das ações.

Anderson Emmanuel do Nascimento Costa

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor colaborador do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRJ. Possui graduação em Ciências Contábeis pela UFRJ, em Engenharia Elétrica pela UERJ e pós-graduação *Lato Sensu* em Teleinformática pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá.
E-mail: anderson.costa.mp@gmail.com

Thiago de Abreu Costa

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor adjunto do curso de Ciências Contábeis da UFRJ e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRJ. Atua como pesquisador em Contabilidade Financeira, com ênfase em normas internacionais de contabilidade (IFRS) e qualidade da informação contábil.
E-mail: thiago@facc.ufrj.br

1 Introdução

A sociedade, como um todo, de forma ainda tímida, tem buscado algumas soluções como energia limpa, logística reversa, fechamento de lixões e redução da emissão de carbono; no entanto, ainda com resultados pouco expressivos (Gallego-Álvarez *et al.*, 2018).

Questões como o aumento do aquecimento global, o agravamento da poluição, o aumento da exploração de recursos naturais, assuntos relacionados com a qualidade e segurança dos produtos e responsabilidade social ganham cada vez mais evidência na esfera social, no mundo empresarial e na academia (Hasan *et al.*, 2022).

Bandeira *et al.* (2022) acrescentam que, por meio da divulgação de informações de cunho ambiental, ainda que voluntárias, as organizações po-

dem informar os riscos, efeitos e impactos ambientais causados por suas atividades econômicas aos seus *stakeholders*, o que proporciona a percepção de uma empresa ambiental responsável e correta. Essas questões ambientais progressivamente ganham destaque pelos governos, no mundo dos negócios, na sociedade em geral, e, claro, na própria comunidade acadêmica.

Segundo Ricardo *et al.* (2017), a divulgação, de cunho social e ambiental, teve início em alguns países nos primórdios do século XX. Porém, em meados dos anos 90, com o advento da internet, o tema se popularizou e essas informações passaram a integrar os relatórios anuais financeiros tradicionais das organizações.

Ricardo *et al.* (2017), ainda esclarecem que entidades como *Global Reporting Initiative* (GRI) propuseram guias de orientação às empresas para relatarem seus aspectos sociais e ambientais, o modelo proposto pelo GRI é denominado *Global Reporting Initiative's Sustainability Reporting Guidelines* (GRI *Guidelines*) (GRI, 2023) ou Relatório de Sustentabilidade (RS). O GRI *Guidelines* define os princípios e o conteúdo a serem abordados e um manual de implementação para a elaboração de Relatório de Sustentabilidade (RS), abrangendo as categorias econômica, ambiental e social. No entanto, o presente estudo irá se ater apenas à dimensão ambiental.

Existe relativo conflito entre o que as organizações vêm informando em seus RS e suas ações práticas, assim sendo, o assunto constitui uma problemática atual, isto é, a partir da divulgação dos RS, investidores podem tomar decisões enviesadas no mercado de

capitais (Castro *et al.*, 2010). Nesse contexto, as divulgações, sejam voluntárias, como o RS ou compulsórias, como a demonstração financeira, têm possibilidade de afetar o comportamento dos investidores, os quais competem no mercado de capitais (Dantas *et al.*, 2005).

Murata e Hamori (2021) apontam que, de acordo com o *Global Sustainable Investment Alliance*, em 2020, o investimento em ativos sustentáveis da Europa foi da ordem de US\$ 14 trilhões (quatorze trilhões de dólares), significando 25,7% do total de investimento nesses ativos. Já nos Estados Unidos da América (EUA), esses investimentos somaram cerca de US\$ 12 trilhões (doze trilhões de dólares), representando 48,8% do total do investimento local. Costa *et al.* (2022) acrescentam que a previsão é de tais ativos globais ultrapassarem a cifra de US\$ 53 trilhões até 2025. Esse cenário denota a relevância em se investigar a existência de relação entre a divulgação ambiental e o valor das empresas no mercado de capitais.

Ferreira *et al.* (2024), com base na Teoria da Divulgação, salientam que, para alcançar a transparência pretendida com a evidenciação, a organização deve divulgar informações qualitativas e quantitativas, que possibilitem aos *stakeholders* formar uma compreensão das atividades desenvolvidas e dos seus riscos.

Na literatura local e internacional, foram identificados diversos estudos sobre o impacto da divulgação do RS e afins no desempenho das empresas ou nos preços das ações. No entanto, os achados não são unânimes em confirmar a existência desse efeito. Os achados de Feng *et al.* (2020) sugerem existir impactos, mas os achados de Schmutz *et al.* (2020) e Pedron *et al.* (2021), sugerem não haver impactos.



“O GRI Guidelines define os princípios e o conteúdo a serem abordados e um manual de implementação para a elaboração de Relatório de Sustentabilidade (RS), abrangendo as categorias econômica, ambiental e social.”

Pelo exposto, a relevância das divulgações ambientais e as assimetrias de resultados nos trabalhos mencionados justificam o presente estudo, que parte da seguinte indagação: **A divulgação do RS pela empresa impacta o valor de suas ações no mercado de capitais?**

O objetivo geral do estudo é analisar se a divulgação do RS pelas empresas de capital aberto no Brasil, com base em suas responsabilidades e ações ambientais contidas em seus RS podem impactar o valor das ações. Para tal, será examinada a relação entre a divulgação ambiental do RS de 2023 das companhias abertas brasileiras e o preço de suas ações no mercado de capitais.

De modo a viabilizar o atendimento a esse objetivo, a pesquisa lista os seguintes objetivos específicos:

- 1) Verificar se o anúncio das divulgações dos RS tem impacto no retorno anormal de preços das ações das empresas.
- 2) Verificar se existe relação entre o conteúdo da divulgação da dimensão ambiental dos RS e os preços das ações das empresas.

2 Referencial Teórico

2.1 Evidenciação da contabilidade ambiental

O início da responsabilidade social corporativa se deu na década de 50, que identificava a referida responsabilidade como escolhas e ações empresariais que são empreendidas por razões fora do âmbito do interesse econômico ou técnico de uma empresa. Até hoje, o conceito de responsabilidade social corporativa alargou o seu âmbito para incluir e evidenciar componentes adicionais, em destaque para os aspectos ambientais (Hassan *et al.*, 2022).

Em consequência às mudanças climáticas, aos desastres naturais e às agressões ambientais, na sociedade tem crescido a consciência acerca das questões ambientais. Isso resulta no aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, um desenvolvimento que garanta qualidade de vida para as gerações atuais e futuras sem a destruição da sua base de sustentação (Akhter *et al.*, 2023).

Um importante ponto é que as organizações ainda operam com orientação econômica, se concentrando na maximização do lucro. Desse modo, a questão que se apresenta é se a sustentabilidade

adiciona benefícios financeiros aos acionistas.

No modelo econômico moderno, a sustentabilidade é inicialmente mencionada como posição de equilíbrio entre a geração de riqueza sem criar danos ambientais e sociais excessivos, que visa garantir que a empresa possa usar recursos naturais sem produzir resíduos que excedam a capacidade do meio ambiente se recuperar (Zhang *et al.*, 2018).

No mercado de capitais, os investidores começaram a incluir em suas lógicas de investimentos, critérios ambientais, sociais e de governança, atentos às empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis. Obviamente que esse contexto também pressionou a contabilidade a acompanhar essa mudança, aumentando o volume e a qualidade das divulgações empresariais, tendo uma visão holística dos negócios, incluindo metas futuras entre desempenho financeiro e responsabilidade corporativa socioambiental (Ribeiro *et al.*, 2020).



Cabe acrescentar que a *International Financial Reporting Standards* (IFRS) criou um conselho de definição de padrões de divulgações sobre questões ambientais, sociais e de governança (ASG) ou em inglês: *Environmental, Social and Governance* (ESG) pelas empresas, denominado *International Sustainability Standards Board* (ISSB), que instituiu as normas: IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima. A Resolução CVM n.º 193, de 2023, estabeleceu a incorporação das normas emitidas pelo ISSB à estrutura regulatória brasileira a partir de 2024, com uso obrigatório a partir de 2026 (Santos, 2024).

A divulgação de tais normas atraiu críticas de alguns *stakeholders*, sobre o foco da instituição em como as questões sociais e ambientais afetam o risco e as perspectivas futuras da organização de relatórios, em vez de como as ações da organização de relatórios podem afetar o ambiente natural e a sociedade (El Khatib; de Iudibus, 2024).

Salgado *et al.* (2025) ressaltam que as diferentes perspectivas acerca da sustentabilidade

Quadro 1 – Principais normas e estruturas de divulgações de práticas de sustentabilidade empresarial

Norma	Descrição
<i>AccountAbility 1000</i> (AA 1000)	Não tem uma estrutura de apresentação definida, configura-se como uma ferramenta, uma orientação para articular resultados financeiros com não financeiros provenientes das ações ambientais e sociais usada na elaboração do relato integrado.
<i>International Integrated Reporting Council</i> (IIRC)	Estabelece a estrutura do relato integrado, em que seu conteúdo baseia-se nos seguintes princípios: materialidade, geração de valor, capitais, modelo de negócio e conectividade. Esses princípios devem balizar os capitais da empresa: financeiro; manufaturado; intelectual; humano; social e de relacionamento; e natural.
<i>Global Reporting Initiative's Sustainability Reporting Guidelines</i> (GRI Guidelines) ou Relatório de Sustentabilidade (RS).	Define os princípios e conteúdo a serem abordados para a elaboração de RS, abrangendo as categorias econômica, ambiental e social, possibilitando analisar os impactos positivos ou negativos dos atos de uma organização sobre a sociedade.

Fonte: elaborado com base em Santos e Damiano (2015).

podem gerar questões materiais diferentes, denotando a relevância de pesquisas acerca das divulgações ambientais, o que realça a contribuição do presente trabalho em ajudar a estudar o impacto das questões ambientais das organizações na sociedade.

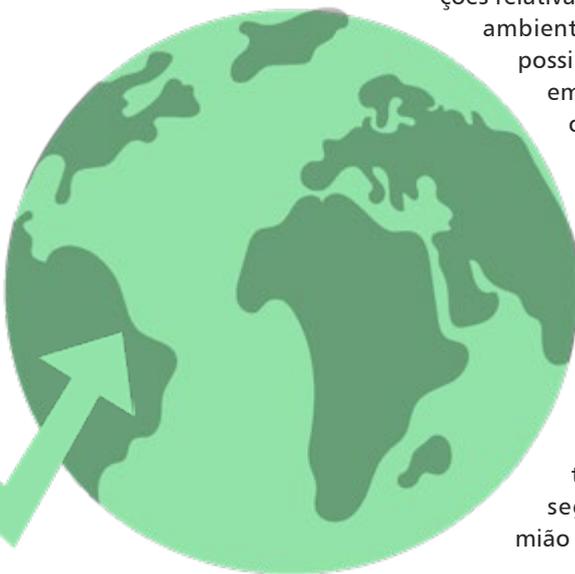
As organizações de capital aberto pertencentes à lista de empresas da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), têm que preencher o Formulário de Referência, que é uma divulgação obrigatória, na qual, em seu item 1.9 – Informações Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), as empresas prestam suas informações relativas aos aspectos sociais, ambientais e de governança, possibilitando selecionar as empresas que publicam o RS (B3, 2024).

Para a divulgação de práticas de sustentabilidade empresarial, é importante as empresas seguirem padrões específicos existentes, o Quadro 1 resume as principais normas e estruturas desses padrões, segundo Santos e Damiano (2015).

O RS, seguindo as diretrizes da GRI, visa medir e divulgar o desempenho econômico, social e ambiental da organização, proporcionando, dessa forma, maior transparência organizacional (Peixoto e Martins, 2015). Uma organização, ao divulgar o RS, está preocupada em responder à sociedade, protegendo sua imagem e construindo sua reputação, de forma a garantir sua legitimidade (Farias *et al.*, 2017).

Silberman e Consenza (2023) acrescentam que os RS deveriam, portanto, tornar-se um fator essencial para a construção de uma economia global sustentável, contribuindo para estabelecer melhores negócios empresariais e construir um mundo melhor.

O nível informacional do RS deve atender a dois fatores, o primeiro consiste no fato de ser elaborado para diferentes *stakeholders*, e o segundo, que deve abarcar as dimensões econômicas, sociais e ambientais, de forma interdependente. Nos anos 90, firmou-se o que ficou conhecido como *triple bottom line* (TBL), que unia estas 3 dimensões: econômicas, sociais e ambientais, tratando-as de forma interdependente. Segundo o conceito de TBL, as organizações criam ou destroem valor em múltiplas dimensões, no caso econômico, social e ambiental (Elkington, 2006).



O RS tem o propósito de informar o desempenho da organização considerando as 3 dimensões do TBL. As empresas publicam seus RS com o objetivo de responder às expectativas dos seus *stakeholders* e paralelamente contribuir para o bem-estar da sociedade. Não obstante, em vários países, incluindo o Brasil, trata-se de uma divulgação voluntária. Em contraponto, em alguns países, começa a ser um requisito obrigatório, como na Dinamarca, Espanha e Finlândia (Rodrigues, 2019).

Carvalho (2007) informa que a primeira versão das diretrizes GRI para o RS, denominada de G1, foi construída em 2000, sendo aperfeiçoada nas versões G2, G3, G4 e GRI *Standards* esta última foi revista em 2021, com alguns ajustes de texto para melhor compreensão das normas, estando ainda em vigência (GRI, 2023).

As diretrizes GRI *Standards* englobam o módulo econômico, GRI 200, o módulo ambiental, GRI 300 e o módulo social, GRI 400. O presente estudo irá se ater apenas à dimensão ambiental que abarca os seguintes aspectos: materiais e energia; água e efluentes; biodiversidade; emissões; resíduos; conformidade ambiental; e avaliação ambiental de fornecedores (GRI, 2023).

2.2 Teoria da Divulgação

De acordo com Salotti e Yamamoto (2005), desde a década de 80, a teoria da divulgação tem sido abordada, com destaque para o autor seminal Verrecchia (2001), que propõe uma taxonomia que engloba três categorias amplas de pesquisa, quando se trata de estudos sobre divulgação em Contabilidade:

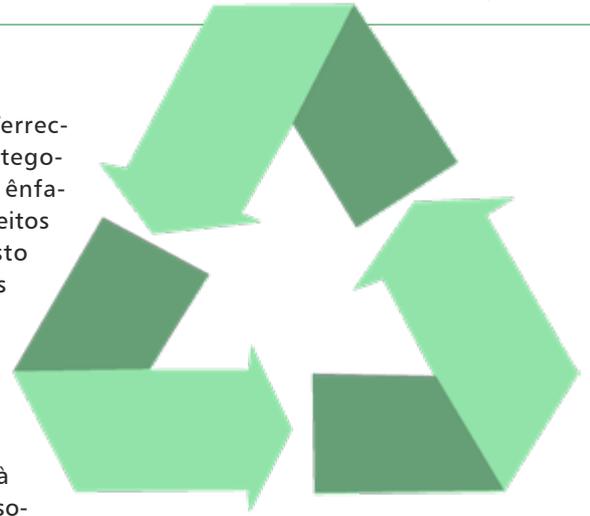
- 1) Divulgação Baseada em Associação (*Association-Based Disclosure*);
- 2) Divulgação Baseada em Discrecionalidade (*Discretionary-Based Disclosure*); e
- 3) Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Eficiência (*Efficiency-Based Disclosure*).

No entendimento de Verrecchia (2001), a primeira categoria envolve trabalhos com ênfase central no estudo dos efeitos exógenos do *disclosure*, isto é, nos impactos no valor das ações de investidores que competem no mercado de capitais. Já a segunda categoria analisa como as empresas exercem discricionariedade em relação à divulgação de informações sobre as quais elas possam ter conhecimento. A principal característica é considerar o processo de divulgação como um evento endógeno, assumindo que a administração pode optar entre divulgar ou não determinada informação. A terceira categoria discute que tipos de informações são preferidas e mais eficientes, considerando-se a ausência de prévio conhecimento da informação.

Trocet *et al.* (2022) ressaltam que, no conjunto total do *disclosure* de uma empresa, não está contida apenas a informação que é regulada por lei e normas (obrigatórias), mas, também, a veiculação de informação voluntária que seja útil aos *stakeholders* para a tomada de decisões.

Verrecchia (2001), Rocha *et al.* (2020) e Trocet *et al.* (2022), entre outros autores, concordam que o *disclosure* pode ser tanto obrigatório, englobando as informações requeridas pela legislação e/ou por organismos reguladores, quanto voluntário.

Prates *et al.* (2023) acrescentam que para atrair novos investidores e captar recursos, as empresas sinalizam, por meio de suas divulgações voluntárias e práticas de governança, serem oportunidades interessantes de investimento. Assim, pela Teoria da Divulgação, quanto mais informações uma empresa divulga, mais os investidores são capazes de avaliar, de forma



eficaz, o quão bem a direção da empresa está explorando as oportunidades disponíveis.

A partir da classificação apresentada por Verrecchia (2001), salienta-se que o presente estudo se enquadra em *disclosure* voluntário na categoria de Divulgação Baseada em Associação, haja vista que tem como objetivo avaliar a influência da divulgação do RS sobre o preço da ação no mercado de capitais.

2.3 Estudos correlatos

Os estudos sobre aspectos ambientais iniciaram-se nos anos 1950 nos EUA, onde o aumento da produção acadêmica acompanhou o interesse da sociedade pela temática, bem como o aumento de empresas que passaram a divulgar seus RS (Marimon *et al.*, 2012).

Nascimento *et al.* (2009) conduziram estudo bibliográfico internacional sobre a temática ambiental no intervalo de 1999 a 2007 e Naime e Bauer (2012) pesquisaram a mesma temática no período de 2001 a 2010, ambos identificaram maior volume de pesquisas nos países Reino Unido, Austrália, EUA, Canadá, Zelândia e Austrália. Oliveira *et al.* (2024), que também encaminharam pesquisas no mesmo tema no período de 2011 a 2020, observaram uma taxa média de crescimento de publicações anuais de 27% ao longo dos 10 anos.

Quadro 2 – Resumo da literatura acadêmica sobre a temática socioambiental

Autor (ano)	Descrição do estudo	Resultado
Aureli, <i>et al.</i> (2020)	Investigaram, no período 2009 a 2016, se os anúncios de publicação de RS de companhias de 17 países, incluindo 3 brasileiras, listadas na DJSI World, tiveram impactos estatisticamente significativos sobre o valor de suas ações.	Os resultados, para um número considerável de países, mostraram evidências de existência de impactos significativos. No entanto, em relação ao Brasil, não foi possível afirmar.
Chiu <i>et al.</i> (2020)	Investigaram a relação da notícia da divulgação obrigatória de Relatório de Responsabilidade Social Corporativa e a reação do mercado de ações de Taiwan de 2012 a 2017, usando o método de estudo de eventos.	Os resultados indicam retornos negativos das ações nos dias de anúncio. Isso pode ter relação com a expectativa de que a preparação de Relatório de Responsabilidade Social Corporativa incorre em despesas iniciais que têm efeitos diretos nas finanças.
Feng <i>et al.</i> (2020)	Investigaram a passividade das empresas de luxo em adotar práticas de sustentabilidade. Estudaram firmas listadas nas bolsas de valores dos Estados Unidos entre 1990 e 2019.	Os resultados sugerem que há uma reação negativa nos preços das ações aos anúncios de práticas sustentáveis de empresas de luxo. Esse estudo descobriu ainda que os retornos negativos das ações se atenuam à medida que a norma institucional de sustentabilidade se amplia com o tempo.
Santos <i>et al.</i> (2020)	Averiguaram a qualidade da informação ambiental <i>versus</i> a rentabilidade de empresas brasileiras do índice ISE no período de 2014 a 2017.	Os autores constataram que as organizações analisadas divulgam suas ações sustentáveis com qualidade, mas essas não influenciam na rentabilidade.
Schmutz <i>et al.</i> (2020)	Pesquisaram se o valor de mercado das empresas nos Estados Unidos e na União Europeia estava relacionado com as regras e regulamentos ambientais e a adoção de estratégias de sustentabilidade.	Os resultados mostraram que as regras e regulamentos ambientais não evidenciaram aumentar o valor das empresas que adotam estratégias de sustentabilidade. Além disso, as diferenças no ambiente, políticas e diretrizes de sustentabilidade entre a União Europeia e os Estados Unidos sugerem não ter influência sobre a alteração das atitudes dos investidores.
Murata e Hamori (2021)	Estudaram a existência de relação das divulgações ESG e risco de queda nos preços das ações de empresas da Europa, dos Estados Unidos e do Japão em 2020.	Os resultados sugerem que a divulgação ESG pode diminuir os preços das ações na Europa e no Japão. Por outro lado, a divulgação ESG não exibiu poder preditivo para a queda dos preços das ações nos Estados Unidos. Os autores salientam que existem características de mercado distintas por regiões que podem explicar tais achados.
Pedron <i>et al.</i> (2021)	Avaliaram os efeitos da divulgação ambiental sobre os retornos e o valor de mercado de empresas brasileiras no período de 2006 a 2012.	Os resultados não sugerem que a divulgação ambiental esteja associada a mudanças nos retornos e no valor de mercado das empresas. Os autores acrescentam que o mercado financeiro percebe valor nas empresas que oferecem informação sobre as suas questões ambientais, sendo esse efeito de longo prazo.
Pacheco <i>et al.</i> (2023)	Examinaram a associação entre a divulgação do RS de companhias brasileiras listadas na B3 e classificadas como de maior risco ambiental e o preço de suas ações no período de 2006 a 2018.	O resultado sugere que, em situações específicas, existe associação entre a divulgação do RS dessas companhias e o preço de suas ações.
Desai (2024)	Estudaram como os investidores no mercado de capitais respondem à regulamentação do reporte ESG obrigatório. No contexto do mercado de ações da Índia, no período de abril/2020 a maio/2021, usando a metodologia de estudo de eventos.	Os resultados indicam que o anúncio da regulamentação ESG produz retornos anormais significativos e positivos. Essa resposta positiva pode ser explicada sob a perspectiva que as divulgações obrigatórias farão com que as empresas tenham um melhor desempenho nos parâmetros relacionados com ESG para melhorar a reputação da empresa e mitigar as ações regulatórias.

Fonte: elaboração própria.

Nota: *DJSI World* é um índice que avalia o desempenho de sustentabilidade das 10% principais empresas do Dow Jones Global Total Stock Market Index; índice ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial é um indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial; ESG – *Environmental, Social e Governance*; B3 – Instituição Brasil, Bolsa, Balcão é a bolsa de valores brasileira que funciona de forma autorregulada sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e RS – Relatório de *Sustentabilidade*.

No Quadro 2, são reportadas, de forma resumida, algumas pesquisas, a partir de 2020, sobre a temática ambiental, abrangendo predominantemente estudo de eventos e modelo de *value relevance*.

Os trabalhos de Aureli *et al.* (2020), Feng *et al.* (2020) e Pacheco *et al.* (2023) analisaram a relevância da divulgação do RS e afins no desempenho das empresas ou nos preços das ações e todos fo-

ram unânimes em confirmar que empresas que fazem essa publicação, em algum momento, apresentaram melhores desempenhos ou valorização de suas ações, em relação às organizações que não o fazem. Já Murata e Hamori (2021) observaram efeito significativo para empresas da Europa e do Japão, mas não para empresas dos Estados Unidos.

No entanto, outros autores não encontraram efeitos estatisticamen-

te significativos em suas pesquisas, como Santos *et al.* (2020), Schmutz *et al.* (2020) e Pedron *et al.* (2021).

Conforme exposto, a partir dos achados dos autores, os resultados não são harmoniosos. Essas assimetrias de resultados, entre outras razões, podem ser motivadas pela diferença de períodos analisados, ou por modelos estatísticos distintos ou ainda por abrangerem regiões geográficas distintas.

“Os estudos sobre aspectos ambientais iniciaram-se nos anos 1950 nos EUA, onde o aumento da produção acadêmica acompanhou o interesse da sociedade pela temática, bem como o aumento de empresas que passaram a divulgar seus RS (Marimon *et al.*, 2012).”

2.4 Hipóteses

Para a construção das hipóteses, usou-se como base a Teoria da Divulgação, investigando se as divulgações dos RS pelas empresas influenciam os investidores na tomada de decisões de investimento. Ferreira *et al.* (2024) sugerem que, a partir da Teoria da Divulgação, a qualidade e quantidade de divulgações são indicativos da saúde e das intenções da empresa, ajudando investidores a tomarem decisões de investimento, ou seja, se os preços das ações são impactados pelas divulgações dos RS pelas empresas.

Para cada objetivo específico, construiu-se uma hipótese associada, conforme descrito:

Objetivo específico 1: verificar se o anúncio das divulgações dos RS causa impacto no retorno anormal de preço das ações das empresas. **Hipótese 1: Existe diferença nos retornos anormais do preço das ações das empresas para o anúncio de divulgação de RS.**

Objetivo específico 2: verificar se existe associação entre o conteúdo da divulgação da dimensão ambiental dos RS e o preço das ações das empresas. **Hipótese 2: Existe relação entre o conteúdo da divulgação da dimensão ambiental dos RS e o preço das ações das empresas.**

3 Procedimentos Metodológicos

Esta seção aborda a tipologia da pesquisa, de modo a caracterizar o estudo em questão. Em seguida, são expostos os procedimentos usados na elaboração das amostras e a coleta de dados. Por fim, é apresentado o modelo de estudo, no qual são detalhados os procedimentos efetuados para atingir os objetivos da presente pesquisa.

3.1 Tipologia da pesquisa

Este estudo possui natureza descritiva, quantitativa. De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada amostra ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Por sua vez, tipologia quantitativa significa traduzir em números, opiniões e informações, para classificá-las e analisá-las, além de aplicar procedimentos empíricos, visando ao máximo de objetividade possível no estudo realizado (Vergara, 2006).

3.2 População, amostra e coleta de dados

O processo de amostragem é não probabilístico, pois as empresas da amostra foram escolhidas



por disponibilidade e acessibilidade às informações necessárias ao estudo, partindo-se de uma população naturalmente restrita. Isso traz algumas limitações de inferência, mas não invalida os resultados da pesquisa, já que não se tem por objetivo generalizar os achados (Fávero; Belfiore, 2017).

A população do estudo compreende as empresas brasileiras de capital aberto, contidas na base de dados da Economática com ações ordinárias, no ano de 2023, totalizando 382 companhias. Pimenta (2015) revela que as ações ordinárias, que são representativas do controle da empresa, se mostram apropriadas para verificar o comportamento dos investidores que são os detentores dessas ações. O propósito de focar a análise em 2023 justifica-se por ser o ano mais recente com disponibilidade das informações necessárias.

Gonçalves *et al.* (2013), Michelon *et al.* (2015) e Marino (2016) salientam que, nos setores econômicos, existem níveis diferenciados de sensibilidade ambiental, sendo o setor financeiro pouco sensível. Como a presente pesquisa tem foco apenas nos indicadores ambientais dos RS, as empresas do setor financeiro foram expurgadas da amostra.

Na construção da amostra, foram utilizados dados disponíveis nas seguintes fontes: i) *website* da Economática, que disponibiliza uma lista com as empresas brasileiras de capital aberto com vários indicadores temporais *ex post facto*; ii) *website* da B3, que disponibiliza as respostas do Formulário de Referência das empresas de capital aberto; e iii) *websites* oficiais das empresas brasileiras de capital aberto que responderam divulgar seus RS em 2023.

Com base nas respostas do item 1.9 dos Formulários de Referência (Informações ambientais, sociais e de governança corporativa) das empresas brasileiras de capital aberto, contidas no *website* da B3, foi possível distinguir a lista das companhias abertas que divulgaram seus RS em 2023 e a lista das que não publicaram esse relatório.

A data de divulgação do RS das organizações que responderam ter divulgado o RS em 2023 foi obtida nos *websites* das respectivas empresas. A partir da população de 382 companhias com ações ordinárias contidas na base da Economática, chega-se à Amostra 1 com 30, construída conforme as tratativas apresentadas no Quadro 3.

Salienta-se que das 173 empresas listadas na B3 que responderam divulgar seus RS em 2023, apenas 30 empresas (18%) formaram a Amostra 1, pois a maioria das companhias não registra a data de divulgação de seus RS. Fato esse corroborado por Aureli *et al.* (2020), que investigaram se os anúncios de publicação de RS



Quadro 3 – Construção da Amostra 1 - Estudo de Eventos

Procedimento	Tratativas	Quantidade
Base Econômica		382
	Eliminação das empresas do setor financeiro.	-50
	Eliminação das empresas em recuperação judicial ou controlada ou sem operação ou não responderam o Formulário de Referência.	-53
	Eliminação das empresas que, no item 1.9 do Formulário de Referência, responderam não terem divulgado o RS em 2023.	-106
	Eliminação das empresas que não registraram a data de divulgação de seu RS em 2023 em seus <i>websites</i> .	-137
	Eliminação das empresas que não tinham dados suficientes na base de dados Economática.	-6
Amostra 1		30

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 – Indicadores ambientais GRI quantitativos com métrica padronizada

	Descrição	Unid. métrica
302-1	Consumo de energia dentro da organização	GJ
302-2	Consumo de energia fora da organização	GJ
303-5	Consumo total de água	MI
305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de GEE	tCO2 equiv.
305-2	Emissões indiretas (Escopo 2) de GEE	tCO2 equiv.
305-3	Outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE	tCO2 equiv.
305-6	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)	CFC11 equiv.
305-7	Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	Kg
306-3	Resíduos gerados	t
306-4	Resíduos não destinados para disposição final	t
306-5	Resíduos destinados para disposição final	t

Fonte: elaboração própria.

Nota: GJ – Giga Joule; GEE – Gases de efeito estufa; MI – Mega litros; tCO2 equiv. – Tonelada de gás carbono equivalente é uma unidade de medida que compara as emissões de diferentes gases de efeito estufa (GEE); CFC11 – triclórofluorometano é um clorofluorcarbono (CFC) que destrói a camada de ozônio. Uma tonelada de CFC-11 equivale a cerca de 5 mil toneladas de dióxido de carbono (CO2); NOX – Óxidos de nitrogênio, são gases produzidos por fontes naturais, veículos automotores e outros processos de queima de combustível; SOX – Óxidos de enxofre, são considerados poluentes atmosféricos e perigosos para a saúde humana e o meio ambiente; Kg – Quilograma; t – Tonelada.

de companhias de diversos países tiveram impactos sobre o valor de suas ações, o que se traduz como limitação do estudo.

Para representar o conteúdo da divulgação da dimensão am-

biental dos RS, a partir dos indicadores da dimensão ambiental GRI *Standards*, foram selecionados os indicadores quantitativos com métrica padronizada, listados no Quadro 4.

Para a relação dos 11 indicadores ambientais do Quadro 3, cada empresa divulga apenas os indicadores considerados significativos em suas operações. Assim, buscou-se a combinação dos indicadores que resultassem em uma amostra com mais de 30 observações, para atender ao pressuposto de normalidade, e o maior número desses indicadores, que levou à seleção dos seguintes indicadores: 302-1; 303-5; 305-1; 305-2; 305-3; e 306-3, totalizando 6 indicadores para representação do conteúdo da dimensão ambiental dos RS das empresas, perfazendo 44 observações na Amostra 2, conforme as tratativas de sua composição mostradas no Quadro 5.



Quadro 5 – Construção da Amostra 2 - Estudo de Conteúdo dos RS

Procedimento	Tratativas	Quantidade
Base Econômica		382
	Eliminação das empresas do setor financeiro.	-50
	Eliminação das empresas em recuperação judicial ou controlada ou sem operação ou não responderam o Formulário de Referência.	-53
	Eliminação das empresas que, no item 1.9 do Formulário de Referência, responderam não terem divulgado o RS em 2023.	-106
	Eliminação das empresas com RS fora do padrão GRI Standards, contrariando a sua resposta do Formulário de Referência.	-23
	Eliminação das empresas que não divulgaram os indicadores 302-1; 303-5; 305-1; 305-2; 305-3 e 306-3	-106
Amostra 2		44

Fonte: elaboração própria.

3.3 Modelo de Estudo

3.3.1 Estudo de eventos

Na operacionalização da pesquisa, utilizou-se a técnica de estudo de eventos para a investigação do objetivo específico 1. O estudo de evento, tradicionalmente, consiste na análise do efeito da divulgação de informações específicas de determinadas empresas sobre o preço de suas ações (Santos, 2010).

Santos (2010) acrescenta que, se o mercado recebe nova informação sobre uma empresa, o preço da ação da companhia pode mover-se positivamente ou negativamente, dependendo do teor e da importância da informação. A diferença entre o retorno normal previsto pelo modelo de precificação empregado e o retorno efetivo da empresa em um determinado dia (ou período), isto é, o erro do previsto em relação ao ocorrido, é usado como uma medida do retorno anormal atribuído à liberação da referida nova informação sobre a empresa.

Seguindo a metodologia usada por Pimenta (2015) no Brasil e Aktas *et al.* (2002) na Inglaterra, uma vez associada a data da divulgação

do RS como a data do evento (data zero) são definidas a janela de estimação e a janela de evento. A definição do tamanho das janelas carrega o risco de haver distorções de comportamento do mercado por conta de outros eventos significativos, sendo a melhor opção estabelecer janelas de evento curtas.

Assim, Pimenta (2015) sugere a janela de estimação ser composta por 30 dias de negociação na B3 e a janela de evento ser composta por 5 dias antes e 5 dias após a data do evento (data zero), perfazendo um total de 11 dias. O passo seguinte é: para cada empresa da amostra, obter as cotações diárias de fecha-

mento e o índice Ibovespa referentes a todas as datas de suas janelas (evento e estimação), de modo a permitir a realização das regressões lineares dos retornos anormais, através da Equação 1.

Vale salientar que, para algumas companhias, foi utilizado o procedimento *trade-to-trade*, em que se considera só os dias de efetiva negociação do título, isto é, desconsideram-se os dias sem negociação; e, para tratar os casos de *outliers* utilizou-se a técnica de *winsorização* aplicada nos percentis 1% e 99%, que torna os dados menos extremos, não havendo perda de observações da amostra nesse processo.

$$E(r_{i,t}) = \alpha_{i,t} + \beta * r_{m,t} + \varepsilon \quad (1)$$

sendo:

$E(r_{i,t})$ = retorno esperado da empresa i no período t ;

$\alpha_{i,t}$ = interceptor da empresa i obtido por meio do método dos mínimos quadrados;

β = coeficiente de variação da empresa i no período t , obtido pelo método dos mínimos quadrados;

$r_{m,t}$ = retorno do mercado no período t , obtido pelo logaritmo do índice Ibovespa;

ε = erro.

A partir da equação de estimação resultante da regressão linear (Equação 1), é possível calcular o retorno anormal pela Equação 2.

$$RA = r_{i,t} - E(r_{i,t}) \quad (2)$$

sendo:

RA = retorno anormal para a empresa i no período r ;

$r_{i,t}$ = retorno observado da empresa i no período r ;

$E(r_{i,t})$ = retorno esperado da empresa i no período t .

Norteados ainda por Pimenta (2015), em seguida, efetua-se o cálculo dos retornos anormais acumulados ou *Cumulative Abnormal Return* (CAR) e o cálculo de suas médias. Essa técnica também foi utilizada por Santos (2010) e Desai (2024).

O próximo passo foi examinar se as médias são estatisticamente diferentes, porém antes foram efetuados o teste de pressuposto de normalidade. Destaca-se que em todos os testes utilizou-se o nível de significância de 0,05.

Definiu-se como Hipótese Nula: o evento de anúncio da divulgação do RS não surte impacto nos retornos das empresas. A Hipótese Alternativa é que o evento de anúncio da divulgação do RS é estatisticamente significativo e impacta o mercado de capitais.

3.3.2 Modelo de Ohlson

Para instrumentalizar a investigação da Hipótese 2 da pesquisa: Existe relação entre o conteúdo da divulgação da dimensão ambiental dos RS e os preços das ações das empresas, utilizou-se o modelo de Ohlson.

O modelo original de Ohlson (1995), que propõe que o valor de mercado dado por uma função linear com variáveis que representam o valor contábil; e uma variável que representa outras informações, que possibilita a união das informações contábeis com outras variáveis não

explicadas pela contabilidade representada em seu modelo como Outras Informações (OI), permite a junção de diferentes teorias econômicas, financeiras e contábeis (Lara, 2020).

O modelo de Ohlson tem sido utilizado por várias pesquisas: Delvizio *et al.* (2020), Lara (2020) e Feltes *et al.* (2021), possibilitando desenvolver uma linha de estudos conhecida como *value relevance*, a qual busca comprovar a relevância da informação pesquisada para o mercado de capitais.

O modelo de Ohlson foi adaptado conforme os estudos de Da Costa e Mendes (2023), Siqueira *et al.* (2023) e Carvalho *et al.* (2023), que efetuaram a divisão de todos os termos da equação do modelo de Ohlson pela quantidade de ações da empresa (A), com o intuito de realizar um ajuste de grandeza, devido à diferença dos portes econômicos das empresas, resultando na Equação 3.

$$P_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 VPA_{i,t} + \beta_2 LLA_{i,t} + \beta_3 OI/A_{i,t} + \varepsilon \quad (3)$$

Onde:

$P_{i,t}$: preço da ação da empresa i no ano t ;

β_0 : interceptador da reta da regressão linear;

$VPA_{i,t}$: valor do patrimônio líquido por ação da empresa i no ano t ;

$LLA_{i,t}$: lucro líquido por ação da empresa i no ano t ;

$OI/A_{i,t}$: "outras informações" dividida pela quantidade de ação da empresa i no ano t ;

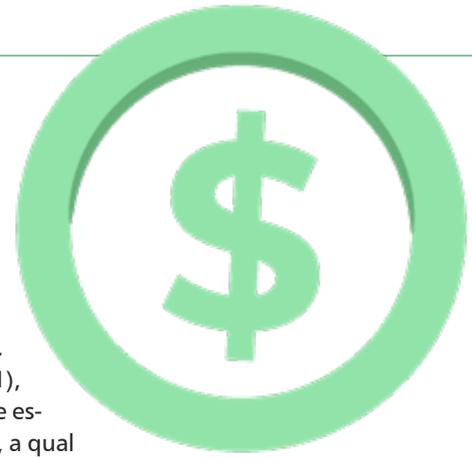
$\beta_1, \beta_2, \beta_3$: representam os coeficientes angulares; e

ε : termo de erro.

No presente estudo, como já explicado, para representar o conteúdo da divulgação da dimensão ambiental do RS, foram selecionados 6 indicadores, a saber: 302-1; 303-5; 305-1; 305-2; 305-3 e 306-3, usados como variáveis explicativas de interesse, lembrando de dividi-los pela quantidade de ações da empresa (A), do dia 29 de dezembro de 2023 (encerramento do exercício 2023), resultando na Equação 4, tendo como variável explicada (variável dependente) o Preço da ação (P) e como variáveis explicativas de controle: o Lucro Líquido por Ação (LLA) e o Valor Patrimonial por Ação (VPA), ambos do dia 29 de dezembro de 2023 (encerramento do exercício 2023). Em seguida, efetuou-se a análise da regressão linear.

$$P_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 VPA_{i,t} + \beta_2 LLA_{i,t} + \beta_3 (302-1)/A_{i,t} + \beta_4 (303-5)/A_{i,t} + \beta_5 (305-1)/A_{i,t} + \beta_6 (305-2)/A_{i,t} + \beta_7 (305-3)/A_{i,t} + \beta_8 (306-3)/A_{i,t} + \varepsilon \quad (4)$$

Para a análise da regressão linear, utilizou-se o coeficiente de determinação, representado pelo R^2 , que demonstra a capacidade explicativa do modelo (Fávero e Belfiore, 2017). Para utilizar o modelo de regressão, alguns pressupostos devem ser atendidos: ausência de multicolinearidade, independência dos resíduos, homoscedasticidade e normalidade.



4 Resultados

4.1 Resultado do estudo de eventos

Inicialmente, conduziu-se a análise estatística de diferenças de médias dos retornos anormais das janelas de estimação e evento para cada empresa da Amostra 1, tendo sido primeiro analisado o pressuposto de normalidade, através de testes Kolmogorov-Sminov (Tabela 1), considerado $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 1, nos casos em que foi atendida a normalidade, isto é, aceita a hipótese nula (Sig. > 0,05), aplicou-se o teste t de Student (teste paramétrico), considerado $\alpha = 0,05$, com resultados mostrados na Tabela 2. Salienta-se que foi feita a verificação da homoscedasticidade pelo teste de Levene.

Voltando à Tabela 1, para os casos de não atendido do pressuposto de normalidade, aplicou-se o teste U de Mann-Whitney, teste não paramétrico, considerado $\alpha = 0,05$, com os resultados contidos na Tabela 3.

Para todas as empresas analisadas da Tabela 2 e Tabela 3, a hipótese nula foi aceita, isto é, estatisticamente não se observou diferença de média dos retornos anormais das janelas de estimação e evento, essa evidência aponta para a não existência de retornos anormais diferenciados entre as janelas para a amostra de empresas do presente estudo. No entanto, em continuidade, será feita a análise das médias dos retornos anormais acumulados, como previsto na técnica de estudo de eventos, de modo a confirmar, ou não, esses resultados.

Assim, para a análise da média dos retornos acumulados, o primeiro procedimento foi verificar o atendimento ao pressuposto de normalidade, através de teste Kolmogorov-Sminov, considerando o nível de significância de 0,05, o resultado encontrado foi p-va-

Tabela 1 – Testes de normalidade - Teste Kolmogorov-Sminov ($\alpha = 0,05$)

Empresa	Statistic	Sig.	Empresa	Statistic	Sig.
Altona	,066	0,200	Intelbras	,117	0,174
Aeris	,110	0,200	Lavvi	,130	0,081
Alphaville	,139	0,044	Mills	,160	0,010
Blau	,161	0,009	Oncoclinicas	,117	0,174
Brasilagro	,161	0,009	Orizon	,112	0,200
Brisanet	,137	0,051	Petroreca	,092	0,200
Cyrela Realt	,107	0,200	Petrório	,110	0,200
Direcional	,068	0,200	Planoeplano	,090	0,200
Embraer	,130	0,077	Portobello	,119	0,151
Enjoei	,123	0,122	Positivo	,085	0,200
Even	,085	0,200	Priner	,075	0,200
Gafisa	,194	0,000	Quero-Quero	,068	0,200
Gps	,108	0,200	Unipar	,156	0,013
Grendene	,090	0,200	Vulcabras	,105	0,200
Helbor	,104	0,200	Wilson	,066	0,200

Fonte: resultado dos testes estatísticos conduzidos pelo autor.

Tabela 2 – Testes paramétricos

t-test for Equality of Means			t-test for Equality of Means		
Empresa	t	Sig. (2-tailed)	Empresa	t	Sig. (2-tailed)
Altona	,889	,380	Lavvi	,061	,952
Aeris	1,529	,134	Oncoclinicas	,944	,351
Brisanet	1,021	,313	Orizon	-,427	,671
Cyrela Realt	-1,090	,282	Petroreca	-,956	,358
Direcional	-1,391	,172	Petrório	1,136	,263
Embraer	,988	,329	Planoeplano	,694	,492
Enjoei	-1,055	,298	Portobello	-,304	,763
Even	1,803	,079	Positivo	-,753	,456
Grendene	,523	,604	Priner	-,097	,923
GPS	,943	,351	Quero-Quero	,113	,911
Helbor	-,531	,599	Vulcabras	,311	,761
Intelbras	-,847	,402	Wilson	,560	,579

Fonte: resultado dos testes estatísticos conduzidos pelo autor.

Tabela 3 – Testes não paramétricos

Empresa	Sig.	Empresa	Sig.
Alphaville	,421	Gafisa	,783
Blau	,124	Mills	,329
Brasilagro	,761	Unipar	,828

Fonte: resultado dos testes estatísticos conduzidos pelo autor.

lor de 0,000, o que indica que o pressuposto de normalidade não foi atendido, direcionando para a

aplicação de teste não paramétrico U de Mann-Whitney, considerando $\alpha = 0,05$.

O resultado do teste mostrado na Tabela 4, em que o valor de p-valor > 0,05 revela que realmente os anúncios das divulgações dos RS 2023 pelas empresas não impactaram o mercado de ações. Em confronto com pesquisas de trabalhos correlatos aplicando a técnica de Estudo de Eventos, o presente resultado confronta o estudo de Chiu *et al.* (2020), que analisaram empresas de Taiwan e Taipei, de 2012 a 2017, utilizando janela de evento de 5 dias e encontraram impactos da divulgação dos RS no mercado de ações. Já a pesquisa de Aureli *et al.* (2020), que envolveu 55 companhias distribuídas em 17 países, sendo três empresas brasileiras, no período de 2009 a 2019, usando janela de evento de 9 dias; na maioria dos países, os resultados sugeriram ser significativos os impactos da divulgação dos RS no mercado de ações, porém, no Brasil, não foi possível confirmar tal impacto.

4.2 Resultados do modelo de Ohlson

A Tabela 5 mostra a estatística descritiva da Amostra 2 utilizada.

De acordo com a Tabela 5, a média e mediana ficaram próximas em todas as variáveis, com exceção da variável 303-5/A, indicando pouca dispersão dos dados e não existência de *outliers*. Para testar a hipótese 2 da pesquisa, foi estimado o modelo de Ohlson dado pela Equação 4, mencionada nos procedimentos metodológicos.

Tabela 4 – Teste de diferença de médias - Mann-Whitney U Test

Null Hypothesis		Test	Sig.	Decision
1	The distribution of CAR médios is the same across categories of Estimação 0 - Evento 1.	Independent-Samples Mann-Whitney U Test	,827	Retain the null hypothesis.
Asymptotic significances are displayed. The significance level is ,05.				

Fonte: resultado dos testes estatísticos conduzidos pelo autor.

Tabela 5 – Estatística Descritiva – Modelo de Ohlson

Variáveis	N	Média	Desvio padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
P	44	16,725120	12,320210	14,079614	1,320000	51,920000
LLA	44	0,569209	2,531840	0,622105	-8,411765	4,796771
VPA	44	9,900748	12,111485	9,904851	-55,359153	26,984423
302-1/A	44	18,675909	43,119059	1,380681	0,040064	235,041050
303-5/A	44	0,763543	5,015669	0,000380	0,000000	33,277322
305-1/A	44	0,831160	2,179335	0,041306	0,000111	12,600452
305-2/A	44	0,067862	0,235680	0,004642	0,000010	1,362272
305-3/A	44	3,962633	14,354031	0,227335	0,000008	86,088274
306-3/A	44	1,195688	3,703059	0,021663	0,000022	18,808247

Fonte: resultado dos testes estatísticos conduzidos pelo autor.

Nota: P – Preço por ação; LLA – Lucro líquido por ação; VPA – Valor do patrimônio líquido por ação; 302-1/A – Consumo de energia dentro da organização por ação; 303-5/A – Consumo total de água por ação; 305-1/A – Emissões diretas (Escopo 1) de GEE por ação; 305-2/A – Emissões indiretas (Escopo 2) de GEE por ação; 305-3/A – Outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE por ação; 306-3/A – Resíduos gerados por ação.

Quadro 5 – Modelos de inserção das variáveis independentes - teste da Hipótese 2

Model	variáveis independentes
1	LLA, VPA
2	LLA, VPA, 302-1/A, 303-5/A, 305-1/A, 305-2/A, 305-3/A, 306-3/A
3	LLA, VPA, 303-5/A, 305-1/A, 305-2/A, 305-3/A, 306-3/A
4	LLA, VPA, 302-1/A, 303-5/A, 305-2/A, 305-3/A, 306-3/A

Fonte: testes estatísticos conduzidos pelo autor.

Nota: LLA – Lucro líquido por ação; VPA – Valor do patrimônio líquido por ação; 302-1/A – Consumo de energia dentro da organização por ação; 303-5/A – Consumo total de água por ação; 305-1/A – Emissões diretas (Escopo 1) de GEE por ação; 305-2/A – Emissões indiretas (Escopo 2) de GEE por ação; 305-3/A – Outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE por ação; 306-3/A – Resíduos gerados por ação.



O Quadro 5 mostra que se iniciou a análise de regressão pelo modelo envolvendo apenas as variáveis de controle LLA e VPA. Em seguida, um segundo modelo envolvendo todas as variáveis (total de 8 variáveis). Os resultados são apresentados nas tabelas 6 e 7, na Tabela 6, na coluna VIF – Fator de Inflação da Variância (*Variance Inflation Factor*), fator que verifica o pressuposto de multicolinearidade das variáveis independentes dos modelos, sendo aceitável $1 < VIF < 10$. Observa-se, que no modelo 2, as variáveis 302-1/A e 305-1/A apresentaram fator FIV de 11,084 e 14,742, respectivamente ($FIV > 10$), provocando o descarte do referido modelo e levando à separação de tais variáveis em modelos separados.

Salienta-se, ainda, que as variáveis de interesse dos modelos 3 e 4 tiveram efeito significativo de predição, uma vez que os valores da coluna R^2 Ajustado (*Adjusted R Square*) para ambos foram maiores que o valor do modelo base (envolvendo apenas as variáveis de controle LLA e VPA).

Voltando à Tabela 6, pela coluna coeficiente não padronizado β (*Unstandardized Coefficients B*), é possível verificar se o impacto de cada variável do modelo tem efeito positivo ou negativo no Preço (P), no qual observa-se nos modelos 3 e 4 que as variáveis 305-2/A, 305-3/A e 306-3/A possuem efeito negativo. Enquanto as variáveis 303-5/A, 305-1/A e 302-1/A têm efeito positivo.

Tabela 6 – Tabela de coeficientes – teste da Hipótese 2

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics		
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF	
1	(Constant)	12,710	1,898		6,695	,000		
	LLA	2,552	,607	,531	4,208	,000	,904	1,106
	VPA	,236	,129	,231	1,828	,075	,904	1,106
2	(Constant)	8,426	2,258		3,731	,001		
	LLA	3,487	,602	,725	5,796	,000	,745	1,342
	VPA	,461	,150	,450	3,068	,004	,542	1,845
	302-1/A	,043	,103	,149	,416	,680	,090	11,084
	303-5/A	,044	,267	,018	,165	,870	,990	1,010
	305-1/A	2,881	2,349	,508	1,226	,228	,068	14,742
	305-2/A	-10,584	9,453	-,202	-1,120	,270	,358	2,791
	305-3/A	-,094	,099	-,109	-,947	,350	,882	1,133
3	(Constant)	8,167	2,145		3,807	,001		
	LLA	3,493	,594	,726	5,876	,000	,746	1,341
	VPA	,484	,137	,473	3,522	,001	,632	1,583
	303-5/A	,046	,264	,019	,173	,864	,990	1,010
	305-1/A	3,757	1,026	,663	3,661	,001	,347	2,878
	305-2/A	-12,425	8,253	-,237	-1,505	,141	,459	2,178
	305-3/A	-,093	,098	-,108	-,947	,350	,883	1,132
	306-3/A	-,408	,378	-,122	-1,078	,288	,884	1,131
4	(Constant)	9,774	1,986		4,920	,000		
	LLA	3,344	,594	,695	5,627	,000	,774	1,291
	VPA	,358	,126	,350	2,850	,007	,783	1,276
	303-5/A	,030	,269	,012	,112	,911	,992	1,009
	305-2/A	-2,573	6,880	-,049	-,374	,711	,686	1,458
	305-3/A	-,082	,099	-,095	-,823	,416	,891	1,122
	306-3/A	-1,044	,443	-,313	-2,358	,024	,671	1,490
	302-1/A	,156	,046	,545	3,407	,002	,462	2,164

Fonte: testes estatísticos conduzidos pelo autor.

Nota: LLA – Lucro líquido por ação; VPA – Valor do patrimônio líquido por ação; 302-1/A – Consumo de energia dentro da organização por ação; 303-5/A – Consumo total de água por ação; 305-1/A – Emissões diretas (Escopo 1) de GEE por ação; 305-2/A – Emissões indiretas (Escopo 2) de GEE por ação; 305-3/A – Outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE por ação; 306-3/A – Resíduos gerados por ação.

Tabela 7 – Resumo dos modelos de regressão – teste da Hipótese 2

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics					Durbin-Watson
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change	
1	0,641	,410	,382	9,713	,410	14,264	2	41	,000	1,950
2	0,769	,592	,499	8,744	,592	6,348	8	35	,000	2,126
3	0,768	,590	,510	8,643	,590	7,401	7	36	,000	2,158
4	0,758	,574	,492	8,805	,574	6,943	7	36	,000	1,995

Fonte: testes estatísticos conduzidos pelo autor.

Por esses resultados, os indicadores: Emissões indiretas (Escopo 2) de GEE (305-2); Outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE (305-3); e Resíduos gerados (306-3) tiveram efeito nos preços das ações de forma negativa, isto é, ao aumentarem seus valores provocam redução do preço. Enquanto os indicadores: Consumo de energia dentro da organização (302-1); Consumo total de água (303-5) e Emissões diretas (Escopo 1) de GEE (305-1) tiveram impacto positivo no preço, isto é, quando seus valores aumentam o preço também aumenta.

Tais achados apontam que o investidor brasileiro considera que o consumo de energia, água e emissões diretas de GEE sugerem o aumento de produtividade das empresas, proporcionando o aumento do preço da ação; porém, emissões indiretas e outras emi-

sões de GEE e geração de resíduos, são vistas como fatores de risco para o investimento, resultando na redução do preço da ação.

Em relação à verificação da Hipótese 2: Existe relação entre o conteúdo da

divulgação da dimensão ambiental dos RS e os preços das ações das empresas, onde foram utilizados 6 indicadores ambientais para representar o conteúdo do RS no modelo regressivo, os resultados sugerem que o conteúdo ambiental dos RS impacta os preços das ações. Tal achado corrobora o estudo de Carvalho *et al.* (2023), que pesquisaram o efeito no valor de mercado de empresas brasileiras de setores com impacto ambiental, no período de 2006 a 2012, e encontraram relação positiva entre a divulgação do RS e os preços das ações.

Já Murata e Hamori (2021), que averiguaram a existência de impacto nos preços das ações de empresas da Europa, dos Estados Unidos e do Japão em 2020, os resultados sugerem que a divulgação ESG pode diminuir os preços das ações na Europa e no Japão, porém não exibiu poder preditivo nos preços das ações nos Estados Unidos.

5 Considerações Finais

A cada dia, a sociedade aumenta sua pressão para as empresas buscarem práticas empresariais que garantam um desenvolvimento sustentável, com especial atenção para a dimensão ambiental. Assim, espera-se que os investidores considerem as divulgações a respeito desse tema em suas tomadas de decisões. Sob essa perspectiva, torna-se pertinente a presente pesquisa investigar a existência de impacto da divulgação de relatório de sustentabilidade pelas empresas no mercado de capitais.

De acordo com a Teoria da Divulga-



ção, é de se presumir que as empresas busquem divulgar suas estratégias e ações ambientais em relatórios padronizados. O padrão GRI para relatório de sustentabilidade é uma dessas formas, de modo que, quanto maior a visibilidade desses aspectos, mais elas irão atender à demanda dos seus *stakeholders*, incluindo os investidores que, em geral, prezam por maior transparência das informações divulgadas.

Dentro desse prisma, esta pesquisa teve como objetivo principal averiguar como a divulgação do relatório de sustentabilidade impacta no valor das ações no mercado de capitais. Para tanto, conduziu-se a investigação de 2 hipóteses: para a análise da Hipótese 1, utilizou-se a técnica de estudo de eventos usando como evento a data da divulgação do RS de 2023, de uma amostra composta por 30 empresas de capital aberto com ações listadas na B3 e investigando seu efeito nos preços das ações das empresas. Os resultados não evidenciaram relação de impacto da data de divulgação do relatório de sustentabilidade com o mercado de capitais.



“A cada dia, a sociedade aumenta sua pressão para as empresas buscarem práticas empresariais que garantam um desenvolvimento sustentável, com especial atenção para a dimensão ambiental. Assim, espera-se que os investidores considerem as divulgações a respeito desse tema em suas tomadas de decisões.”

Tal achado pode encontrar explicação na baixa atenção dada pelas empresas ao registro da data de divulgação de seus RS, uma vez que, por ser uma divulgação voluntária, não existe obrigatoriedade de registro. Esse fato foi verificado por este estudo, que encontrou 173 empresas que declararam ter divulgado o RS em 2023, em que apenas cerca de 20% (36 empresas) fizeram o citado registro, possivelmente os investidores não reagem no curtíssimo prazo às informações divulgadas nos RS das empresas ou, ainda, se tais informações são disponibilizadas antecipadamente por outros meios, sendo irrelevante na data de publicação dos RS.

Em seguida, efetuou-se a análise da existência de impacto nos preços das ações provocado pelo conteúdo dos indicadores ambientais dos RS 2023. Para isso, utilizou-se o modelo de Ohlson, no qual os resultados indicaram que tais informações produziram *value relevance*, sendo que alguns indicadores têm efeito positivo nos preços das ações, porém outros têm efeitos negativos.

Os resultados aqui apresentados sugerem que os investidores percebem o poder informacional dos RS das empresas, não em curtíssimo prazo, mas ao longo do ano.

Como limitação do estudo, não se pode generalizar os resultados, pois a pesquisa abrange a análise de apenas um exercício, o que pode conduzir a resultados distintos de outras análises horizontais. Outro fator limitante foi a moderada quantidade de observações das amostras (30 observações na Amostra 1 e 44 observações na Amostra 2), sendo tal limitação fruto do tamanho do mercado de capitais brasileiro, de algumas empresas optarem por substituírem o RS pelo relato integrado e ainda pela própria qualidade informacional dos relatórios, em que as empresas, por discricionariedade, escolhem que indicadores divulgar em seus RS.

Para futuros estudos, sugere-se ampliar o escopo da investigação às dimensões sociais e econômicas dos RS e, se possível, alargar a amostra por meio do conjunto de empresas de países onde a divulgação do RS seja amplamente praticada.

Finalmente, o intuito da presente pesquisa foi inserir o estudo no conjunto de pesquisas relativas à sustentabilidade e aspectos ESG, corroborando os achados anteriores e servindo de referência para pesquisas futuras.



Referências

Akhter, F., Hossain, M. R., Elrehail, H., Rehman, S. U., & Almansour, B. (2023). Environmental disclosures and corporate attributes, from the lens of legitimacy theory: a longitudinal analysis on a developing country. *European Journal of Management and Business Economics*, 32(3), 342-369.

Aktas, N., de Bodt, E., & Declerck, F. (2002, March). Is there Information Leakage around business combinations on the French Market?. In *EFMA 2002 London Meetings*.

Aureli, S., Gigli, S., Medei, R., & Supino, E. (2020). The value relevance of environmental, social, and governance disclosure: Evidence from Dow Jones Sustainability World Index listed companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(1), 43-52.

Brasil, Bolsa, Balcão (2024). *Formulário de Referência das Empresas*. Recuperado de: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm.

Bandeira, L. S., Ott, E., & Rover, S. (2022). Influência do potencial poluidor e do histórico de infrações ambientais na evidenciação ambiental corporativa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 21, e3262-e3262.

Carvalho, F. M. (2007) *Análise da utilização dos indicadores da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas* (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Castro, F. D., Siqueira, J. D., & Macedo, M. D. S. (2010). Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul-americano. *Revista de Informação Contábil*, 4(4), 83-102.

Chiu, A. A., Chen, L. N., & Hu, J. C. (2020). A study of the relationship between corporate social responsibility report and the stock market. *Sustainability*, 12(21), 9200.

Costa, R., Costa, T. P., Conceição, M. M., & Conceição, J. T. P. (2022). ESG—Os pilares para os desafios da sustentabilidade. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, 3(9), e391920-e391920.

Da Costa, L. G. B., & Mendes, A. R. (2023). Value Relevance da Perda de Impairment do Goodwill: Um Estudo das Empresas Listadas na B3. *Epitaya E-books*, 1(55), 405-426.

Dantas, J. A., Zendersky, H. C., Santos, S. C. D., & Niyama, J. K. (2005). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *Revista Economia & Gestão*, 5(11), 56-76.

Delvizio, P., Macedo, M. A., Queiroz, J., & Lopes, P. (2020). Análise do efeito moderador da liquidez no modelo de relevância da informação contábil no Brasil (Analysis of the Moderating Effect of Liquidity on Value Relevance in Brazil). *Advances in Scientific and Applied Accounting*.

Desai, R. (2024). Nexus between mandatory ESG disclosure regulation and abnormal stock returns: a study of an emerging economy. *International Journal of Law and Management*, 66(2), 236-258.

El Khatib, A. S., & de Iudicibus, S. (2024). Entre a forma e a essência: efeitos da legislação brasileira nas divulgações dos relatórios de sustentabilidade. *Revista de Direito Contábil Fiscal*, 6(12), 71-98.

Elkington, J. (2006). *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business*. Oxford: *Capstone Publishing Limited*.

Farias, L. D. G. Q. D., Andrade, J. C. S. e Gomes, S. M. (2017). Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas pelas empresas brasileiras destinatárias do pedido do Carbon Disclosure Project.

Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.

Feltes, T., Vicente, E. F. R., & Ribeiro, A. M. (2021). Relevância do goodwill e períodos de recessão: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte- ISSN 2176-9036*, 13(2), 63-79.

Feng, Y., Tong, X., & Zhu, Q. (2020). The market value of sustainable practices in the luxury industry: An identity mismatch and institutional theoretical perspective. *Transportation Research Part E: Logistics and Transportation Review*, 137, 101919.

Ferreira, J. R. de S., Barros, L. da S. L., Custódio, E. M. O., Carneiro, A. de F., & Silveira, F. E. (2024). Proposição de um modelo de relatório socioambiental ESG para cooperativas de transportes com base na teoria da divulgação. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 10(5), 1544–1567. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.13865>.

Gallego-Álvarez, I., Lozano, M. B., & Rodríguez-Rosa, M. (2018). An analysis of the environmental information in international companies according to the new GRI standards. *Journal of cleaner production*, 182, 57-66.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.

Gonçalves, R. D. S., Medeiros, O. R. D., Niyama, J. K., & Weffort, E. F. J. (2013). Social disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24, 113-124.

Global Reporting Initiative (GRI). (2023). Normas GRI traduções em português. Recuperado de: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>

Hasan, I., Singh, S., & Kashiramka, S. (2022). Does corporate social responsibility disclosure impact firm performance? An industry-wise analysis of Indian firms. *Environment, Development and Sustainability*, 24(8), 10141-10181.

Lara, S. (2020). *Quem (não) participa do índice de sustentabilidade empresarial-ISE B3 (?) é mais valorizado? 2020* (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife).

Marimon, F., del Mar Alonso-Almeida, M., del Pilar Rodríguez, M., & Alejandro, K. A. C. (2012). The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point?. *Journal of cleaner production*, 33, 132-144.

Marino, P. D. B. L. P. (2016). *Influência do ambiente institucional na extensão da divulgação de informações de responsabilidade social corporativa no Brasil e Canadá* (Dissertação de Mestrado em Administração e Controladoria). Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical perspectives on accounting*, 33, 59-78.

Murata, R., & Hamori, S. (2021). ESG disclosures and stock price crash risk. *Journal of Risk and Financial Management*, 14(2), 70.

Naime, R., & Bauer, M. (2012). Estado da arte da evidencição social e ambiental voluntária. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 2(2), 39-60.

Nascimento, A. D., Santos, A. D., Salotti, B. M., & Murcia, F. D. R. (2009). Disclosure social e ambiental: análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. *Contabilidade Vista & Revista*, 20 (1).

Oliveira, U. R., Menezes, R. P., & Fernandes, V. A. (2024). A systematic literature review on corporate sustainability: contributions, barriers, innovations and future possibilities. *Environment, development and sustainability*, 26(2), 3045-3079.

Ohlson, J. A. (1995). Earnings, Book Values, and Dividends in Equity Valuation. *Contemporary Accounting Research*.

Pacheco, J., Ferreira, J., Carvalho, A., & Rover, S. (2023). Os investidores se importam com a sustentabilidade?. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 13(2), 76-93.

Prates, J. C. R., Cabral, A. M. R., Avelino, B. C., & Lamounier, W. M. (2023). Afinal, vale a pena divulgar emissões de carbono no Brasil? *Enfoque: Reflexão Contábil*, 42(1), 17-32.

Pedron, A. P. B., Macagnan, C. B., Simon, D. S., & Vancin, D. F. (2021). Environmental disclosure effects on returns and market value. *Environment, Development and Sustainability*, 23, 4614-4633.

Peixoto, N. O., & Martins, V. F. (2015). Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: Um estudo em empresas brasileiras. *RAGC*, 3(7).

Pimenta, M. M. (2015). *Retornos anormais versus criação de valor e sinergias operacionais de firmas brasileiras envolvidas em combinações de negócios* (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ribeiro, C. D. M. A., Vieira, J., Neto, Cosenza, J. P., & Zotes, L. P. (2020). Evidenciação da responsabilidade social corporativa nos estudos sobre relato integrado: uma revisão estruturada da literatura. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 53.

Ricardo, V. S., Barcellos, S. S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: fatores determinantes de divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90.

Rocha, E. M., Rebouças, L.S.; Silva, J. D., Costa, W. P. L. B., & Silva, S. L. P. (2020). Teoria do disclosure: Hedge accounting nas entidades bancárias. *Revista Pretexto*, 24(24).

Rodrigues, S. (2019). *Relatórios de Sustentabilidade em Portugal e Espanha: sua publicação e auditoria* (Master's thesis, Instituto Politecnico de Leiria (Portugal)).

Salgado, N. de N. B., Souza, P. V. S. de, & Sousa, A. M. de. (2025). IFRS S1 e S2: Avanço na Qualidade das Informações Contábeis? *Revista Paraense de Contabilidade*, 10(1), 1-9. <https://doi.org/10.36562/rpc.v10i1.166>.

Salotti, B. M., & Yamamoto, M. (2005). Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. *BBR - Brazilian Business Review*, 2(1).

Santos, A. L., da Silva Prado, A. G., Moreira, C. S., & Soares, J. M. M. V. (2020). Qualidade da informação ambiental versus rentabilidade de empresas do setor elétrico listadas no ISE. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 19(3), 537-566.

Santos, D. F. L.; Damião, D. R. R. (2015). Responsabilidade Social e Econômica: O Desafio do Relatório Integrado. *Anais do 8º Congresso IFBAE*, Gramado, RS, Brasil.

Santos, J. F. P. D. (2024). *As Normas IFRS S1 e IFRS S2 e o Problema da Comparabilidade dos Relatórios de Sustentabilidade: O Caso do Setor Energético* (Doctoral dissertation).

Santos, O. M. D., Filho, (2010). *O índice de sustentabilidade empresarial e o impacto no valor das ações: um estudo de evento* (Dissertação de Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

Schmutz, B., Tehrani, M., Fulton, L., & Rathgeber, A. W. (2020). Dow Jones sustainability indices, do they make a difference? The US and the European Union companies. *Sustainability*, 12(17), 6785.

Silberman, I. M., & Cosenza, J. P. (2023). Planejamento e controle da qualidade ambiental: uma proposta de evidenciação de custos aplicável aos relatórios de sustentabilidade. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 27(1), 17-41.

Siqueira, D. D., Lucena, W. G. L., & da Silva Viana, D. M. (2023). A divulgação das informações dos fatores de risco e o value relevance no novo mercado da B3. *Revista Ciências Administrativas*, 29.

Troczyński, P. J. O., Lorenzini, L. P., Dal Vesco, D. G., & WALTER, S. A. (2022). Prática de responsabilidade corporativa sustentável: legitimidade a partir da evidência e do disclosure voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 14(1).

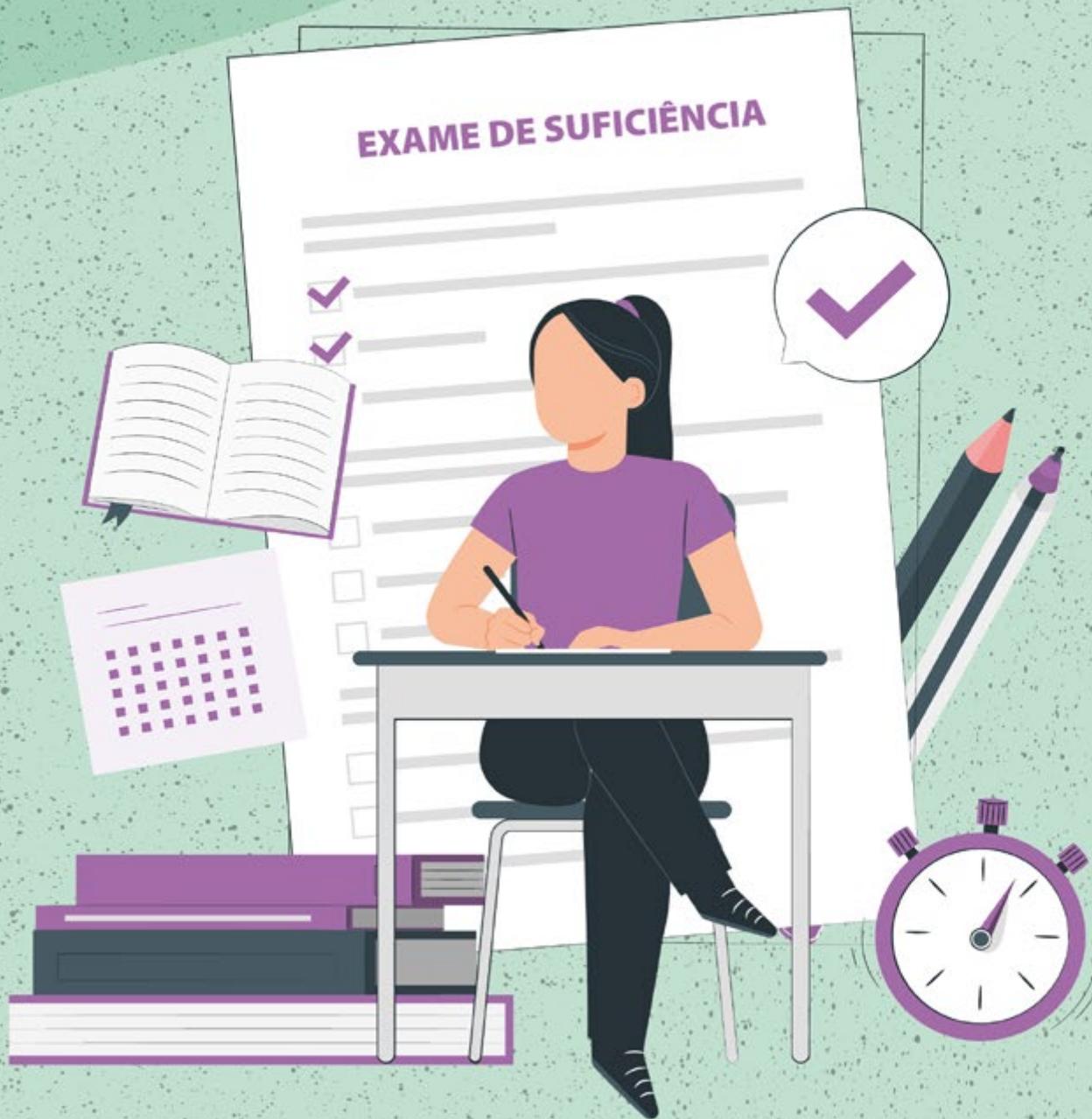
Vergara, S. C. (2006). Projetos e relatórios de pesquisa. São Paulo: *Atlas*, 34, 38.

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32.

Zhang, J., Djajadikerta, H. G., & Zhang, Z. (2018). Does sustainability engagement affect stock return volatility? Evidence from the Chinese financial market. *Sustainability*, 10(10), 3361.



EXAME DE SUFICIÊNCIA



O que revelam as provas do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade entre 2011 e 2023? Uma análise de conteúdo aplicada às questões de Contabilidade Geral

O Exame de Suficiência em Contabilidade (ESC), além de imprescindível ao exercício profissional, é também um instrumento para impulsionar o aprimoramento da qualidade do ensino ministrado na área. Sendo assim, o presente estudo objetiva identificar os conteúdos das questões referentes à Contabilidade Geral, bem como identificar os assuntos e subassuntos e suas respectivas frequências nas provas realizadas entre 2011 e 2023. Para tal, realizou-se uma análise de conteúdo focada na disciplina supracitada, ratificando sua expressiva representatividade e destacando a Mensuração e o Reconhecimento de Operações (30,2%) – em especial Operações com Mercadorias, Produtos e Serviços –, Avaliação de Ativos e Passivos (16,3%) – no que tange à Depreciação, Amortização e Exaustão – Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente (10,6%) – com foco na DRE – e Balanço Patrimonial (9,4%) – quanto às suas bases – como os assuntos e subassuntos mais recorrentes ao longo das vinte e seis edições verificadas. Os resultados encontrados contribuem com discentes, docentes e gestores na formação de novos profissionais, e, visando à melhoria da educação contábil brasileira, recomenda-se que novas pesquisas sigam sendo realizadas na área. Os resultados também podem nortear programas universitários, cursos preparatórios e estudos individuais para um melhor desempenho dos candidatos.

Livia Maria Alves Santos

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e estagiária da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Alagoas (Sefaz/AL).

E-mail: livia.santos@feac.ufal.br.

Yasmim Alves da Silva

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e auxiliar de contabilidade na Atribut Assessoria Contábil.

E-mail: yasmimsilvaacademico@gmail.com.

Valdemir da Silva

Doutorando em Ciências Contábeis pela Fucape Business School, mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e docente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

E-mail: valdemir.academico@gmail.com.

Kleber Luis Alves Guedes

Doutor em Administração e Ciências Contábeis pela Fucape Business School, mestre em Administração de Empresas e docente pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

E-mail: kla.guedes@hotmail.com

1 Introdução

O Exame de Suficiência em Contabilidade (ESC) foi instituído por meio da Resolução CFC n.º 853, de 1999, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No entanto, por ter sido criado por meio de uma resolução interna, o exame foi suspenso no ano de 2005 a partir de uma medida judicial requerida pelo Ministério Público, que alegou falta de respaldo legal para tal exigência (Souza *et al.*, 2017). Somente após alguns anos, alcançou-se o seu restabelecimento com a aprovação da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010. Diante disso, a

Resolução CFC n.º 1.373, de 8 de dezembro de 2011, regulamentou a volta do Exame de Suficiência como requisito para a obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

Para Bugarim *et al.* (2014), o ESC é tido como um instrumento para impulsionar a melhoria da qualidade do ensino ministrado na área, e sua relevância é ressaltada por diversos outros autores, como Coelho (1999), Madeira *et al.* (2009) e Coelho (2010). O propósito do ESC é comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante o conteúdo abordado nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, e garantir à sociedade brasileira profissionais adequados ao mercado (Bugarim *et al.*, 2014).

A prova é realizada duas vezes por ano, sendo requerido dos candidatos o percentual mínimo de acerto de cinquenta por cento para sua aprovação, e trata de assuntos relacionados à Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Noções de Direito e Legislação Aplicada, Matemática Financeira e Estatística, Teoria da

Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil e Língua Portuguesa Aplicada (CFC, 2015).

De acordo com Galvão (2016), um questionamento que emerge a respeito do exame é se ele efetivamente mensura o conhecimento dos bacharéis e se ser aprovado assegura que o profissional ingressante no mercado de trabalho realmente detém as competências essenciais para desempenhar as funções pertinentes à sua área de atuação.

Dentre os conteúdos contemplados pelo exame, a Contabilidade Geral se destaca como aquele que possui o maior volume de tópicos detalhados no edital, bem como também apresenta o maior número de questões nas edições de 2011 a 2023. Para Sena e Sallaberry (2021), a disciplina é a base teórica fundamental para o entendimento de qualquer outro tema abordado pela Contabilidade, mostrando assim a sua importância na formação acadêmica e profissional. Nessa perspectiva, observa-se a carência das pesquisas nacionais em analisar os conteúdos de maior frequência apresentados nas questões de Contabilidade Geral das provas do ESC.

Considerando esse contexto, o questionamento que norteia este estudo é o seguinte: **Quais assuntos e subassuntos referentes à Contabilidade Geral apresentam maior frequência nas provas do Exame de Suficiência dos anos de 2011 a 2023?** Diante desse questionamento, o objetivo geral deste estudo é identificar frequências dos assuntos e subassuntos nas provas do Exame de Suficiência em Contabilidade dos anos de 2011 a 2023.

A pesquisa mostra-se relevante e oportuna no cenário atual, pois, embora existam estudos que tratam o ESC de maneira ampla ou sob múltiplas abordagens (Fabríz *et al.*, 2019; Madeira *et al.*, 2009; Oliveira *et al.*, 2019), são escassas as investigações que se concentram exclusivamente na análise de conteúdo dos assuntos e subassuntos específicos da disciplina de Contabilidade Geral (Sena & Sallaberry, 2021). Nesse sentido, o presente estudo diferencia-se por realizar uma categorização sistemática e detalhada das questões dessa disciplina, considerando a frequência e a recorrência dos temas ao longo de treze anos de aplicação do exame.



“Dentre os conteúdos contemplados pelo exame, a Contabilidade Geral se destaca como aquele que possui o maior volume de tópicos detalhados no edital, bem como também apresenta o maior número de questões nas edições de 2011 a 2023.”

Essa delimitação temporal permite um diagnóstico do conteúdo efetivamente exigido em Contabilidade Geral, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da formação profissional em Ciências Contábeis. Além disso, o estudo complementa a literatura já existente com uma abordagem atualizada e reflexiva, colabora com a educação contábil, em especial no âmbito da graduação, e beneficia discentes e docentes. A proposta, entretanto, não possui caráter prescritivo ou instrucional, mas, sim dialógico, visando promover reflexões entre os diferentes agentes envolvidos na formação e no exercício da profissão contábil.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Exame de Suficiência em Contabilidade (ESC)

O ESC é uma ferramenta essencial para avaliar e certificar a competência dos profissionais de Ciências Contábeis. Seu objetivo é assegurar que os bacharéis possuam o conhecimento teórico mínimo necessário para o exercício da profissão, compondo uma estratégia do CFC voltada à superação de deficiências identificadas no ensino da Contabilidade e à melhoria da qualidade dos serviços prestados (Bugarim *et al.*, 2014).

Galvão (2016) destaca que a aprovação no ESC constitui requisito fundamental para o pleno exercício da profissão contábil. O exame atua como uma barreira de entrada no mercado, contribuindo para a elevação dos padrões profissionais. A promulgação da Lei n.º 12.249, de 2010, promoveu uma mudança significativa ao extinguir a obrigatoriedade da prova para técnicos em contabilidade, restringindo o exercício da profissão àqueles registrados nos CRCs até 1º de junho de 2015.

Além de certificar competências mínimas, o ESC busca promover a qualidade da formação contábil e incentivar a constante atualização dos profissionais. Essa exigência fortalece a excelência do ensino e favorece a adequação entre a formação acadêmica e as exigências contemporâneas do mercado. Segundo Oliveira Sobrinho e Cruz (2011), a existência do exame contribui para a valorização da profissão e pode influenciar positivamente a remuneração, ao distinguir profissionais mais qualificados.

EXAME DE SUFICIÊNCIA



Nesse cenário, observa-se um crescimento expressivo na oferta de cursos de Ciências Contábeis no país. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC, 2023) indicam que, em 2022, havia 1.573 cursos presenciais e a distância em funcionamento. A graduação em Ciências Contábeis ocupava a 5ª posição em número de matrículas e concluintes, e a 7ª em relação aos ingressantes, o que evidencia a relevância e a abrangência da área no contexto educacional brasileiro.

Diante desse crescimento, torna-se imprescindível a adoção de instrumentos de avaliação da qualidade do ensino contábil. Silva *et al.* (2016) apontam que aspectos como o nível de formação docente, a atualização dos conteúdos programáticos e a infraestrutura das instituições de ensino superior (IES) têm sido utilizados para mensurar o desempenho dos estudantes e profissionais. Nesse conjunto de instrumentos, o ESC se destaca como elemento central na busca por padrões elevados de formação acadêmica e prática profissional.

2.2 Contabilidade Geral

Fabriz *et al.* (2019) compreendem que essa disciplina é essencial para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, uma vez que traz para os discentes o primeiro contato com a carreira que planejam seguir, além de estimulá-los ao pensamento contábil. O conteúdo previsto para a disciplina de Contabilidade Geral, recomendado pelo Conselho Federal de Contabilidade, engloba os conceitos introdutórios, assim como o estudo do patrimônio e suas alterações, juntamente com as práticas elementares dos registros das principais rotinas contábeis (Fabriz *et al.*, 2019).

Com base nessa orientação, importa sublinhar que os conteúdos programáticos de Contabilidade Geral, apresentados nas provas do Exame de Suficiência, abrangem, além da contabilidade básica ou introdutória, conhecimentos in-

termediários e avançados das Ciências Contábeis no âmbito da graduação. Nesse sentido, torna-se significativo expressar que a Contabilidade Geral é a base para as demais temáticas de contabilidade aplicada. Sena e Sallaberry (2021) acrescentam ainda que essa disciplina é o alicerce para especializações e práticas avançadas na profissão contábil, abordando o patrimônio, operações contábeis, regras contábeis, escrituração, inventários, balanços e orçamentos.

2.3 Estudos anteriores

Estudos nacionais (Oliveira Neto & Kurotori, 2010; Bonifácio & Callegari, 2012; Bugarim *et al.*, 2014; Miranda *et al.*, 2017; Sena & Sallaberry, 2021) têm sido realizados com objetivo precípuo de contribuir com a educação contábil, investigando, para isso, os resultados decorrentes da aplicação das provas do Exame de Suficiência sob as mais diferentes abordagens de pesquisa científica.

Oliveira Neto e Kurotori (2010) compararam o potencial alinhamento do referido exame com o mercado de trabalho tendo por base o modelo de currículo proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) e do *International Standards of Accounting and Reporting* (Isar). Os autores verificaram que o exame não estava de acordo com o modelo Isar/UNCTAD, enquanto o mercado parecia estar em melhor sintonia com o modelo utilizado.

Bonifácio e Callegari (2012), por sua vez, investigaram a percepção dos professores do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada do Estado de Santa Catarina quanto ao ESC. Os resultados apontam que os docentes analisados acreditam na importância de

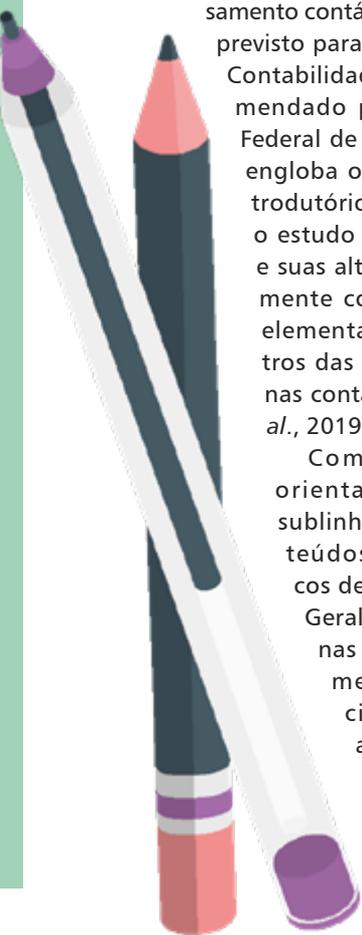


se aplicar testes com um grau de dificuldade semelhante ao do exame, bem como de incluir questões de exames anteriores em avaliações acadêmicas regulares.

Bugarim *et al.* (2014), por sua vez, analisaram o desempenho dos participantes nas diversas edições do ESC e observaram uma redução notável nas taxas de aprovação entre 2000 e 2012. Já em outro estudo, ainda no mesmo ano, examinaram as características particulares de cada região do país, no que diz respeito ao desempenho dos candidatos nas edições de 2000 a 2004 e 2011 a 2012, observando-se uma deterioração no desempenho ao longo das diversas edições do exame, apontando as áreas de maior fragilidade no ensino.

Miranda *et al.* (2017) visaram identificar a percepção de professores e profissionais em relação ao exame, apontando que as questões utilizadas nas provas foram consideradas medianas e que 90% dos entrevistados concordavam com a exigência da prova. No mais, o modelo do exame foi considerado adequado por 53% das pessoas ouvidas e 84,6% entendem que, além do exame, os profissionais deveriam comprovar atualização continuada.

Em 2021, Sena e Sallaberry analisaram a relação entre a carga horária das disciplinas de Contabilidade Geral nas IES baianas e o desempenho dos respectivos estudantes no ESC, e identificaram que não há associação linear entre a carga horária total das disciplinas e o índice de aprovação.



“Além de certificar competências mínimas, o ESC busca promover a qualidade da formação contábil e incentivar a constante atualização dos profissionais. Essa exigência fortalece a excelência do ensino e favorece a adequação entre a formação acadêmica e as exigências contemporâneas do mercado.”

No entanto, percebeu-se que o desempenho dos estudantes possui relação com fatores inerentes ao próprio discente e, principalmente, com a natureza institucional da IES.

A partir dos estudos analisados, conclui-se que o ESC tem sido objeto de múltiplas abordagens investigativas, as quais evidenciam tanto fragilidades no alinhamento entre o exame e as demandas do mercado quanto aspectos relacionados à percepção de docentes e profissionais sobre sua estrutura e relevância. Nesse sentido, o estudo atual pode avançar ao integrar essas perspectivas já exploradas, aprofundando a análise sobre a frequência do conteúdo das questões do exame como instrumento de avaliação profissional e propondo caminhos para seu aprimoramento à luz das exigências contemporâneas da formação contábil e da prática profissional.

3 Metodologia

3.1 Tipologia e posição metodológica do estudo

Esta pesquisa é de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e utiliza a técnica de análise de conteúdo para examinar as questões relacionadas à Contabilidade Geral, bem como identificar os assuntos e subassuntos e suas respectivas frequências nas provas do ESC, no período de 2011 a 2023.

Quanto aos procedimentos, diante da necessidade de coletar as provas e os gabaritos do Exame de Suficiência do CFC dos anos 2011 a 2023, fez-se uma pesquisa documental para reunir esses materiais. Gil (2019, p.51), acrescenta que ela “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Para agregar valor

à discussão, realizaram-se também pesquisas bibliográficas para avaliar as contribuições de diversos autores sobre a temática estudada, com o objetivo de discutir o tema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas e afins, sendo um excelente meio de formação científica (Martins & Theóphilo, 2016).

3.2 Coleta e tabulação dos dados

Para alcançar o objetivo do presente estudo, foram coletadas, a partir do acervo disponível no portal digital do CFC, as provas e os gabaritos oficiais referentes ao ESC para bacharel dos anos de 2011 a 2023, totalizando 26 edições do exame. Posteriormente, tomando por base o conteúdo do edital 2023.1, as questões foram classificadas de acordo com as treze disciplinas existentes. As provas correspondentes ao período de 2011

a 2017, elaboradas pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), apresentavam um único tipo e, a partir de 2018, sob a responsabilidade da Consulplan, passaram a ser aplicados quatro tipos. Levando-se em conta todas as disciplinas, o número total de questões aplicadas no período é de 1.300 (mil e trezentas) questões.

As provas do período de 2018 a 2023 possuíam rigorosamente a cor branca. Após a impressão e encadernação em ordem cronológica, todos os itens de Contabilidade Geral contidos nelas foram identificados e selecionados, em uma primeira triagem, por dois docentes da área e dois discentes monitores da disciplina. As discrepâncias que eventualmente surgem quando se trabalha com análise de conteúdo foram mínimas e devidamente corrigidas pela análise de um terceiro professor. O mesmo procedimento foi adotado como critério para a identificação e seleção dos assuntos de Contabilidade Geral apresentados nas provas que, após serem identificados, foram quantificados, em valores absolutos e relativos.

Para analisar o conteúdo proposto neste estudo, utilizou-se o Microsoft Excel® e empregou-se a Análise de Conteúdo (AC) desenvolvida por Laurence Bardin. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições destas mensagens (Bardin, 2016). De forma sucinta, essa metodologia possui seu desenvolvimento pautado em três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e análise e interpretação dos resultados (Martins & Theóphilo, 2016; Pletsch, et al., 2021).

Figura 1 – Categorização e codificação dos assuntos

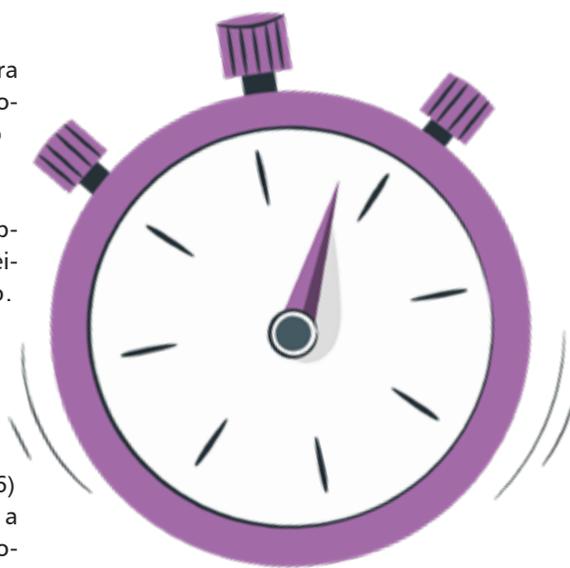
Assunto	Codificação
Patrimônio e Variações Patrimoniais	A
Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração	B
Avaliação de Ativos e Passivos	C
Mensuração e Reconhecimento de Operações	D
Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições	E
Balanco Patrimonial	F
Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente	G
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados	H
Demonstração dos Fluxos de Caixa	I
Demonstração do Valor Adicionado	J
Notas Explicativas	K
Consolidação das Demonstrações Contábeis	L
Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis	M

Fonte: autores (2024).

Na pré-análise, fez-se a leitura fluante dos 26 cadernos de provas do ESC correspondentes ao período estudado (2011 a 2023) com o propósito de obter o primeiro contato textual com o objeto analisado, no que diz respeito ao conteúdo programático. Nessa fase, há uma interação significativa do pesquisador com o material em análise (Campos, 2004).

A partir da exploração do material, Martins e Theóphilo (2016) apontam que nessa etapa se faz a codificação, a escolha de categorias e a classificação, promovendo assim a união de características comuns e a posterior categorização, ordenando as informações de acordo com a correlação das classes de eventos. Essa codificação, além de padronizar os assuntos e subassuntos identificados, permite ao pesquisador retornar a um documento específico quando necessário (Schiavini & Garrido, 2018).

Após terem sido identificados, os assuntos e os subassuntos foram minuciosamente analisados pelos docentes e discentes envolvidos na pesquisa. Esses assuntos e



subassuntos foram categorizados, codificados e expressos, respectivamente, nas figuras 1 e 2.

Os treze assuntos presentes no conteúdo de Contabilidade Geral foram categorizados e codificados alfabeticamente de A a M e expressos conforme apresentado na Figura 1. Os subassuntos, por sua vez, foram categorizados e codificados alfanumericamente, conforme apresentados na Figura 2.

Por fim, na análise e interpretação dos resultados, os assuntos e subassuntos, organizados nas etapas

anteriores, foram criteriosamente interpretados e discutidos em um processo que envolveu a triangulação entre os pesquisadores envolvidos. Essa estratégia de análise e discussão para o tratamento das questões de Contabilidade Geral implica a utilização de abordagens múltiplas para não incorrer em distorções e enviesamento da pesquisa em função de considerar apenas um método, uma teoria ou o olhar de um único pesquisador. Diante do exposto, é crucial apontar ainda os seguintes critérios utilizados:

Como não há disciplina específica para planejamento ou Contabilidade Tributária, as questões envolvendo cálculo dos tributos foram associadas à Contabilidade Geral – no subassunto Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições – e as que envolviam definições das espécies tributárias e outros aspectos gerais do Direito Tributário a Noções de Direito e Legislação Aplicada. Para as questões híbridas, a classificação se deu em função do comando da questão, considerando a alternativa correta.

Para questões que envolvem Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, se houver viés quantitativo e necessidade de algum cálculo, considera-se Contabilidade Geral.

Para questões que tratam de conhecimento realizado por perito contábil ou auditor contábil, independentemente de apresentar abordagem qualitativa ou quantitativa, classificou-se como Perícia ou Auditoria Contábil, conforme o caso.

Para questões que envolvem notas explicativas, independente do contexto, classificou-se como Contabilidade Geral.

Desse modo, a população desta pesquisa é constituída por 502 questões que tratam especificamente de Contabilidade Geral, sendo 480 válidas e 22 anuladas.



Figura 2 – Categorização e codificação dos subassuntos

	(Codificação) Subassunto
A	(A1) Conceituação de patrimônio, ativo, passivo e patrimônio líquido. (A2) Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio. (A3) Formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração de resultado.
B	(B1) Conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras). (B2) Elementos essenciais do lançamento contábil. (B3) Regime de competência. (B4) Balancete de verificação. (B5) Escrituração Contábil Digital.
C	(C1) Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente. (C2) Custo histórico, custo corrente, valor realizável ou valor de liquidação e valor presente. (C3) Valor justo. (C4) Custo amortizado. (C5) Valor recuperável de ativos. (C6) Atualização monetária. (C7) Método da equivalência patrimonial. (C8) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes. (C9) Variação Cambial. (C10) Depreciação, amortização e exaustão.
D	(D1) Operações financeiras. (D2) Adiantamento a fornecedores e de clientes. (D3) Operações com mercadorias, produtos e serviços. (D4) Estoques. (D5) Despesas pagas antecipadamente. (D6) Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada. (D7) Investimentos. (D8) Ativo imobilizado. (D9) Ativos biológicos. (D10) Ativos intangíveis. (D11) Combinação de negócio. (D12) Custo atribuído. (D13) Redução ao valor recuperável. (D14) Vendas de ativos diversos (ganhos e perdas). (D15) Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações. (D16) Constituição de provisões. (D17) Folha de pagamento. (D18) Receitas, despesas, ganhos e perdas. (D19) Apuração e destinação do resultado. (D20) Tributos correntes e diferidos. (D21) Demais operações inerentes à atividade das sociedades empresárias.
E	(E1) Conceitos, contabilização e cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, FGTS e outras operações. (E2) Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos. (E3) Diferença temporária tributável. (E4) Diferença tributária dedutível. (E5) Prejuízos e créditos fiscais.
F	(F1) BP – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
G	(G1) DRE – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. (G2) DRA – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
H	(H1) DMPL – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. (H2) DLPA – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
I	(I1) DFC – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. (I2) DFC – Método direto e indireto, fluxo operacional, de investimento e de financiamento.
J	(J1) DVA – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
K	(K1) Notas explicativas – Aspectos conceituais, finalidades, normatização e conteúdos.
L	(L1) Normatização, mensuração e reconhecimento, conceitos, fundamentos e procedimentos de consolidação, tais como eliminação de resultados não realizados das transações intragrupo, eliminação de ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo e identificação da participação dos não controladores no patrimônio, resultado e consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (joint venture).
M	(M1) Normatização, mensuração, apresentação e reconhecimento de transações em moeda estrangeira. (M2) Investimentos líquidos no exterior e conversão das demonstrações financeiras. (M3) Técnicas e taxas de conversão, itens monetários e não monetários, ganhos e perdas, moeda funcional, moeda estrangeira e moeda de apresentação.

Fonte: autores (2024).

4 Resultados e Discussões

4.1 Representatividade de cada disciplina

O presente estudo coletou e analisou 1.300 (mil e trezentas) questões dos Exames de Suficiência em Contabilidade, classificando-as em treze disciplinas distintas, conforme as dispostas no edital 2023.1. Como pode ser observado na Tabela 1, a Contabilidade Geral é a área que possui maior expressividade em número de questões ao longo das vinte e seis edições realizadas entre os anos de 2011 e 2023, representando 38,62% do total. Tal representatividade está relacionada à extensão do conteúdo programático e ao fato da disciplina ser o alicerce no qual se baseiam as demais áreas da Ciência Contábil, conforme apontado por Sena e Sallaberry (2021).

Constata-se ainda que a disciplina de Contabilidade de Custos ocupa a segunda posição em volume de questões (7,31%) e que as disciplinas de Contabilidade Gerencial e Legislação e Ética Profissional ficam em terceiro lugar com 6,38% cada.

4.2 Incidência dos assuntos de Contabilidade Geral

Focando especificamente na disciplina alvo do presente estudo, é possível visualizar, na Tabela 2, o número de questões, bem como a quantidade de anuladas e validadas em cada edição do exame e o percentual de representatividade em relação à prova como um todo. Desse modo, das quinhentas e duas questões identificadas, quatrocentas e oitenta (95,62%) foram consideradas válidas nos gabaritos definitivos disponibilizados no site do CFC.

A Tabela 2 fornece uma visão geral da porcentagem de questões de Contabilidade Geral por edição e o número de questões válidas por ano, com destaque para 2017, no qual das 100 questões que compuseram

Tabela 1 – Frequência das questões por disciplina (2011 a 2023)

Disciplina	Total	%
Contabilidade Geral	502	38,62
Contabilidade de Custos	95	7,31
Contabilidade Gerencial	83	6,38
Legislação e Ética Profissional	83	6,38
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	79	6,08
Noções de Direito e Legislação Aplicada	74	5,69
Auditoria Contábil	73	5,62
Teoria da Contabilidade	63	4,85
Língua Portuguesa Aplicada	61	4,69
Princípios e Normas de Contabilidade (NBC TG)	60	4,62
Matemática Financeira e Estatística	57	4,38
Perícia Contábil	54	4,15
Controladoria	16	1,23
Total	1300	100,0

Fonte: elaborada pela autora (2024).

as duas edições no ano supracitado, 53% eram de Contabilidade Geral, reforçando o impacto deste conteúdo no ESC. Diante desses resultados, depreende-se que o conteúdo programático da disciplina de Contabilidade Geral equivale ao score mínimo necessário para aprovação do candidato nesse exame. De maneira semelhante, Oliveira *et al.* (2019), analisando as questões de duas edições do ESC (2012 e 2015), apontam que a Contabilidade Geral é a disciplina com maior representatividade nas provas do ESC.

A Tabela 3, por sua vez, apresenta o número de questões por assunto em cada edição, bem como sua frequência absoluta e relativa.

Os números revelados na Tabela 3 mostram que todos os assuntos listados para a disciplina de Contabilidade Geral foram demonstrados ao longo das vinte e seis provas analisadas. Nesse cenário, notou-se que Mensuração e Reconhecimento de Operações (D) foi o conteúdo que apresentou maior frequência, somando cento e quarenta e cinco questões, estando presente em todas as provas analisadas, com uma média de 5,6 questões por edição, representan-

do 30,2% das questões totais e se consagrando como o assunto mais cobrado nas provas do ESC.

Avaliação de Ativos e Passivos (C) foi outro assunto que se fez presente em todas as provas e para o qual foram identificadas setenta e oito questões, com uma média de 3 questões por exame, representando 16,3% do total das questões do exame. Para a Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente (G) – foram identificadas cinquenta e uma questões, estando ausente apenas na edição 2020.1, com uma média de 2 questões por exame, sendo no mínimo uma e no máximo cinco, representando 10,6% das questões totais.

Patrimônio e Variações Patrimoniais (A) e Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração (B) apresentaram o mesmo número de questões, somando, cada um desses assuntos, 21 questões e estando presentes, respectivamente, em quatorze e onze provas analisadas. Notas Explicativas (K) e Consolidação das Demonstrações Contábeis (L) foram os assuntos menos frequentes, evidenciando, respectivamente, nove e onze questões no conjunto de provas analisadas.

Tabela 2 – Número de questões de Contabilidade Geral por prova (2011 a 2023)

Ano	Edição	Questões de Contabilidade Geral	Percentual de representatividade no exame	Questões anuladas	Questões válidas	Total de questões válidas por ano
2011	1	14	28,00%	0	14	26
	2	13	26,00%	1	12	
2012	1	12	24,00%	0	12	28
	2	16	32,00%	0	16	
2013	1	16	32,00%	0	16	35
	2	19	38,00%	0	19	
2014	1	15	30,00%	1	14	30
	2	16	32,00%	0	16	
2015	1	16	32,00%	0	0	33
	2	17	34,00%	0	0	
2016	1	24	48,00%	0	0	50
	2	26	52,00%	0	0	
2017	1	28	56,00%	0	0	53
	2	25	50,00%	0	0	
2018	1	22	44,00%	1	21	39
	2	21	42,00%	3	18	
2019	1	12	24,00%	0	12	28
	2	17	34,00%	1	16	
2020	1	17	34,00%	2	15	40
	2	26	52,00%	1	25	
2021	1	23	46,00%	1	22	41
	2	25	50,00%	6	19	
2022	1	19	38,00%	0	19	37
	2	21	42,00%	3	18	
2023	1	19	38,00%	0	19	40
	2	23	46,00%	2	21	
TOTAL	-	502	-	22	480	480

Fonte: autores (2024).

A média exposta na Tabela 2 representa a relação entre a frequência absoluta de cada assunto e o número de edições nas quais o respectivo assunto se fez presente. Esses resultados podem ser utilizados para orientar discentes e docentes, tendo em vista que, dentro de IES e cursos preparatórios, a aplicação do conteúdo programático, embora previamente definida e aprovada, pode sofrer alterações em função da limitação do número de aulas ou outros fatores internos ou externos, cabendo ao professor avaliar quais temas serão priorizados

e destrinchados com maior riqueza de detalhes. Esse tipo de informação, associada às exigências do mercado, também norteia a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), melhorando o grau de competitividade dos alunos. Além disso, Fraga e Broietti (2016) ressaltam que os conteúdos relativos à Contabilidade Geral são um fator que contribui para aprovação dos discentes no ESC.



O detalhamento desses assuntos em subassuntos torna os resultados da análise de conteúdo mais evidentes, pormenorizados, o que será mostrado na seção seguinte.

Tabela 3 – Número de questões por assunto no ESC (2011 a 2023)

Edição	Assuntos													Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	
11.1	1	–	3	3	1	2	1	1	1	1	–	–	–	14
11.2	–	–	1	5	–	2	1	–	1	–	1	1	–	12
12.1	–	1	1	3	–	–	2	1	1	2	1	–	–	12
12.2	–	1	3	2	–	1	5	1	1	1	–	1	–	16
13.1	3	–	2	2	–	2	2	–	1	1	1	–	2	16
13.2	–	1	2	6	–	1	2	2	1	2	1	–	1	19
14.1	2	–	2	6	–	–	1	1	2	–	–	–	–	14
14.2	1	–	3	5	–	–	4	–	1	1	1	–	–	16
15.1	3	1	3	2	–	2	2	–	1	1	1	–	–	16
15.2	1	–	6	1	–	2	2	1	1	1	1	–	1	17
16.1	–	2	1	10	1	3	3	1	1	–	1	1	–	24
16.2	1	1	7	9	1	2	2	1	1	–	–	–	1	26
17.1	–	2	6	10	5	–	2	–	1	–	1	1	–	28
17.2	2	2	3	7	1	4	2	2	–	1	–	1	–	25
18.1	1	–	2	8	1	3	1	–	2	1	–	–	2	21
18.2	–	2	6	6	1	–	1	–	–	–	–	1	1	18
19.1	–	–	2	5	–	1	1	1	1	1	–	–	–	12
19.2	3	–	1	4	–	2	2	–	–	3	–	1	–	16
20.1	–	1	3	7	–	1	–	–	1	1	–	1	–	15
20.2	2	1	1	9	2	2	3	–	1	–	–	1	3	25
21.1	–	1	1	6	–	6	2	–	1	1	–	2	2	22
21.2	–	2	4	5	–	1	2	1	1	1	–	–	2	19
22.1	–	–	5	9	2	1	1	–	1	–	–	–	–	19
22.2	–	1	4	2	2	2	2	2	3	–	–	–	–	18
23.1	1	–	2	6	2	2	3	1	2	–	–	–	–	19
23.2	–	2	4	7	–	3	2	2	1	–	–	–	–	21
Média	1,8	1,4	3	5,6	1,7	2,1	2	1,3	1,2	1,3	1	1,1	1,7	–
Mín.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Máx.	3	2	7	10	5	6	5	2	3	3	1	2	3	28
Fac	21	21	78	145	19	45	51	18	28	19	9	11	15	480
FR (%)	4,4	4,4	16,3	30,2	4,0	9,4	10,6	3,8	5,8	4,0	1,9	2,3	3,1	100

Legenda: A – Patrimônio e Variações Patrimoniais; B – Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração; C – Avaliação de Ativos e Passivos; D – Mensuração e Reconhecimento de Operações; E – Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições; F – Balanço Patrimonial; G – Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente; H – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados; I – Demonstração dos Fluxos de Caixa; J – Demonstração do Valor Adicionado; K – Notas Explicativas; L – Consolidação das Demonstrações Contábeis; M – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Fonte: autores (2024).

4.3 Incidência dos subassuntos de Contabilidade Geral

A Tabela 4, por sua vez, fornece informações acerca dos subassuntos mais recorrentes com destaque para DRE (G1), Balanço Patrimonial (F1), Mensuração e Reconhecimento de Operações – Operações com mercadorias, produtos e serviços

(D3) classificação e natureza das contas (B1), Formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração de resultado (A3), Depreciação, amortização e exaustão (C10), Estoques (D4), Conceitos, contabilização e cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições

previdenciárias, FGTS e outras operações (E1), DFC (I2), DVA (J1) e Receitas, despesas, ganhos e perdas (D18) somam 258 (duzentos e cinquenta e oito) questões, representando 53,80% do total de questões analisadas.



Tabela 4 – Número de questões por subassunto no ESC (2011 a 2023)

	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		FAc	FR (%)	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2			
A1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,21	
A2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,42
A3	-	-	-	-	2	-	2	1	3	-	-	1	-	2	1	-	-	3	-	2	-	-	-	-	-	1	-	18	3,75
B1	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	2	-	2	2	-	1	-	-	2	1	2	2	-	-	-	2	19	3,96	
B3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	1	6	1,25	
B4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,21	
B5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,21	
C1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,63	
C2	1	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	1	-	1	2	-	1	1	-	1	-	-	-	-	13	2,71	
C3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,21	
C4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,21	
C5	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	5	1,04	
C7	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	1	2	-	1	1	-	-	-	1	10	2,08		
C8	-	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2	-	1	10	2,08		
C9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	0,21		
C10	1	-	-	2	1	1	-	2	1	1	1	1	-	-	1	1	-	1	1	-	-	2	-	1	-	18	3,75		
D1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	6	1,25		
D2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,21		
D3	2	-	1	1	-	2	2	1	1	1	2	3	2	2	3	1	1	2	1	1	1	-	1	1	2	1	35	7,29	
D4	1	2	1	-	-	-	1	1	-	2	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	15	3,13		
D5	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	0,83	
D6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,42	
D7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	4	0,83		
D8	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-	2	-	1	3	14	2,92		
D9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1,04		
D10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	2	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	8	1,67	
D11	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	5	1,04		
D13	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	2	9	1,88		
D14	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	7	1,46		
D16	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	6	1,25		
D17	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	1	1	1	-	11	2,29		
D18	-	1	-	-	-	-	-	2	-	3	2	2	1	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	15	3,13		
D19	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1	-	-	1	1	9	1,88		
D21	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	2	-	-	-	-	7	1,46		
E1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	1	6	1	1	1	-	-	-	1	-	-	2	1	1	-	18	3,75		
E2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,21	
F1	2	2	-	1	2	1	-	-	2	2	3	3	-	4	3	-	1	2	-	1	3	1	1	2	3	3	42	8,75	
G1	1	1	1	5	2	1	1	3	2	2	3	1	2	1	-	1	1	2	-	3	2	1	2	2	2	2	44	9,17	
G2	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	5	1,04		
H1	1	-	1	1	-	2	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	11	2,29		
H2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	1,04	
I1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	12	2,5	
I2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	2	-	-	-	1	1	1	1	1	1	2	2	1	16	3,33

Tabela 4 – Número de questões por subassunto no ESC (2011 a 2023)

	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		FAc	FR (%)
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2		
J1	1	-	2	1	1	2	-	1	-	1	-	-	-	1	1	-	1	3	1	-	1	1	-	-	-	-	18	3,75
K1	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1,67
L1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	-	1	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	11	2,29
M1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	6	1,25
M2	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4	0,83
M3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	6	1,25
TOTAL	14	12	12	16	16	19	14	16	16	17	24	26	28	25	21	18	12	16	15	25	22	19	19	18	19	21	480	100

Legenda: A1) Conceituação de patrimônio, ativo, passivo e patrimônio líquido. (A2) Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio. (A3) Formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração de resultado. (B1) Conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras). (B2) Elementos essenciais do lançamento contábil. (B3) Regime de competência. (B4) Balancete de verificação. (B5) Escrituração Contábil Digital. (C1) Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente. (C2) Custo histórico, custo corrente, valor realizável ou valor de liquidação e valor presente. (C3) Valor justo. (C4) Custo amortizado. (C5) Valor recuperável de ativos. (C7) Método da equivalência patrimonial. (C8) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes. (C9) Variação Cambial. (C10) Depreciação, amortização e exaustão. (D1) Operações financeiras. (D2) Adiantamento a fornecedores e de clientes. (D3) Operações com mercadorias, produtos e serviços. (D4) Estoques. (D5) Despesas pagas antecipadamente. (D6) Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada. (D7) Investimentos. (D8) Ativo imobilizado. (D9) Ativos biológicos. (D10) Ativos intangíveis. (D11) Combinação de negócio. (D13) Redução ao valor recuperável. (D14) Vendas de ativos diversos. (D16) Constituição de provisões. (D17) Folha de pagamento. (D18) Receitas, despesas, ganhos e perdas. (D19) Apuração e destinação do resultado. (D21) Demais operações inerentes à ativ. das soc. empresárias. (E1) Conceitos, contabilização e cálculo de tributos, contrib. previdenciárias, FGTS e outras operações. (E2) Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos. (F1) BP – Apresentação, conceitos, finalidades e normat. critérios de classificação e avaliação, ativos circulante e não circulante, passivos circulante e não circulante e patrimônio líquido. (G1) DRE – Apresentação, conceitos, finalidades, normatização, elaboração e seus elementos. (G2) DRA – Apresentação, conceitos, finalidades, normatiz. elaboração e seus elementos. (H1) DMPL – Apresentação, conceitos, finalidades, normat. elaboração e seus elementos. (H2) DLPA – Apresentação, conceitos, finalidades, normatização, elaboração e seus elementos. (I1) DFC – Apresentação, conceitos, finalidades, normat., elaboração e seus elementos. (I2) DFC – Método direto e indireto, fluxo operacional, de investimento e de financiamento. (J1) DVA – Apresentação, conceitos, finalidades, normatização, elaboração e seus elementos. (K1) Notas Explicativas – Conceitos, finalidades, normat. e conteúdos. (L1) Normatização, mensuração e reconhecimento, conceitos e procedimentos de consolidação, resultado e consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (joint venture). (M1) Normatização, mensuração, apresent. e reconh. de transações em moeda estrangeira. (M2) Investimentos líquidos no exterior e conversão das demonstrações financeiras. (M3) Técnicas e taxas de conversão, itens monetários e não monetários, ganhos e perdas, moedas funcional, estrangeira e de apresentação.

Fonte: autores (2024).

Por outro lado, os assuntos que apresentaram apenas uma questão foram Balancete de verificação (B4), Escrituração Contábil Digital (B5), Valor justo (C3) e Custo amortizado (C4), Adiantamento a fornecedores e de clientes (D2) e Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos (E2), sendo, portanto, os menos frequentes. Esses resultados se aproximam do que observaram Fraga e Broietti (2016), Oliveira *et al.* (2019) e Sena e Sallaberry (2021).

Nota-se ainda que os subassuntos B2 (Elementos essenciais do lançamento contábil), C6 (Atualização monetária), D12 (Custo atribuído), D15 (Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações), D20 (Tributos correntes e diferidos), E3 (Diferença temporária tributável), E4 (Diferença tributária dedutível) e E5 (prejuízos e créditos fiscais) não possuem incidência com base nos critérios do estudo e, por isso, não foram exibidos na Tabela 4.

Tendo em vista a extensão e profundidade dos subassuntos presentes na Contabilidade Geral, os indicativos obtidos direcionam quais precisam ser estudados com mais afinco, baseados nas edições verificadas. Vale salientar que essa análise deve ser contínua para que se mantenha coerente, principalmente quando há alteração de normas e legislações, mudanças de banca organizadora e grandes variações nas tendências do mercado.

“Os achados evidenciam coerência com os objetivos propostos e contribuem para o entendimento da estrutura e das exigências do exame. Ainda que não se possa afirmar que o ESC avalia de forma plena todas as competências exigidas do contador, os resultados indicam uma ênfase em conhecimentos técnicos relevantes à prática profissional.”

5 Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo identificar os assuntos e subassuntos mais recorrentes nas questões de Contabilidade Geral do Exame de Suficiência do CFC, no período de 2011 a 2023, por meio de uma análise de conteúdo sistematizada. A relevância da Contabilidade Geral, demonstrada por sua presença predominante nas provas, justifica a escolha do tema e contribui para reflexões no campo da educação contábil.

Os resultados obtidos confirmam que o conteúdo de Contabilidade Geral tem sido o mais abordado no ESC, com destaque para os temas de Mensuração e Reconhecimento de Operações, Avaliação de Ativos e Passivos, e Demonstração do Resultado. Tais achados respondem ao problema de pesquisa e demonstram que há uma tendência clara na cobrança desses tópicos ao longo das edições analisadas.

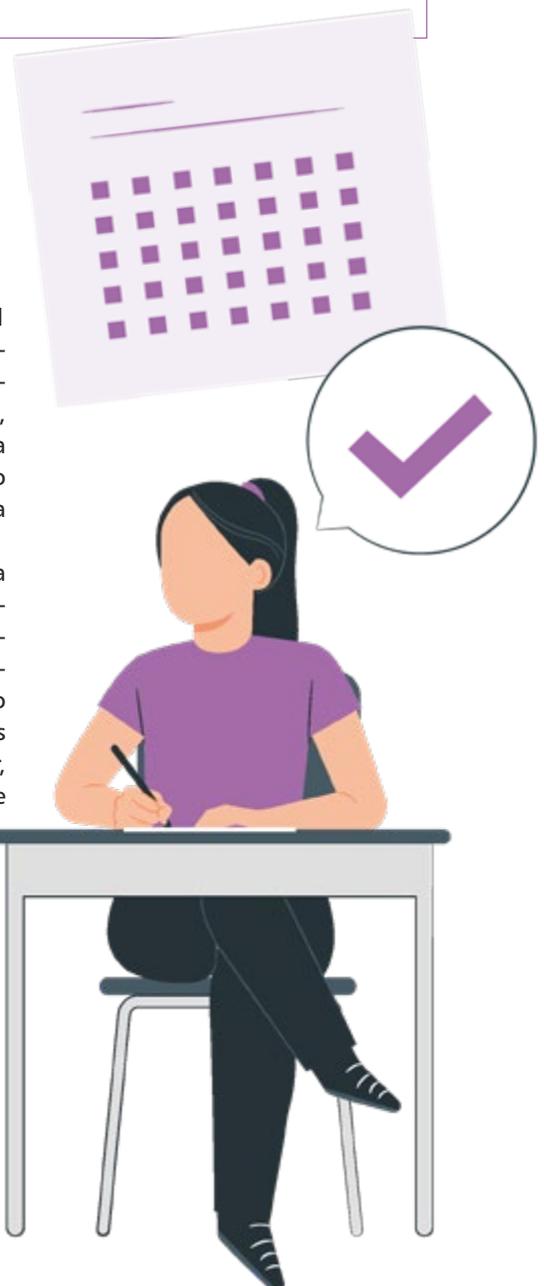
Observa-se que os dados obtidos permitem orientar práticas pedagógicas em cursos de Ciências Contábeis, fornecendo subsídios a discentes, docentes e gestores quanto à priorização de conteúdos nos planos de ensino e estratégias de formação. Além disso, os resultados reforçam a importância do exame como instrumento de aferi-

ção do conhecimento técnico essencial à atuação profissional.

Entretanto, esta investigação apresenta limitações, especialmente por restringir-se à análise das questões de uma disciplina. Embora a Contabilidade Geral seja central, os dados não permitem generalizações sobre as outras áreas do exame. Ademais, alterações na banca organizadora e nas normas contábeis ao longo dos anos podem influenciar a frequência dos temas cobrados.

Os achados evidenciam coerência com os objetivos propostos e contribuem para o entendimento da estrutura e das exigências do exame. Ainda que não se possa afirmar que o ESC avalia de forma plena todas as competências exigidas do contador, os resultados indicam uma ênfase em conhecimentos técnicos relevantes à prática profissional.

Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo da análise, incluindo outras disciplinas presentes no ESC, além de investigar a evolução da complexidade das questões. Estudos longitudinais que relacionem o desempenho no exame com a formação acadêmica e os resultados no mercado de trabalho também podem enriquecer a literatura da área.



Referências

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (3ª reimp. da 1ª ed.). São Paulo, SP: Edições 70

Bonifácio, R.C.; Callegari, O.M. (2012). O Exame de Suficiência Contábil e a percepção dos professores do curso de Ciências Contábeis. In *Anais do 12º Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas* (Vera Cruz, Brasil). UFSC/UNIPEAU.

Bugarim, M. C. C., Rodrigues, L. L., Pinho, J. C. C., & Machado, D. Q. (2014). Desempenho dos profissionais de contabilidade no Exame de Suficiência do CFC: uma análise de conglomerados regionais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(22), 60–71. <https://doi.org/10.11606/rco.v8i22.61176>

Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), 611–614. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. (2015). *Resolução CFC n.º 1.486, de 15 de maio de 2015: Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional em CRC*. https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1486.pdf.

Coelho, C.R.A. (2010). O que esperar com a volta do Exame de Suficiência? *Ativo & Circulante – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará*, (55), 6–8.

Coelho, J. M. A. (1999). Exame de suficiência: um passo adiante. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 28(117), 40–43.

Fabriz, S. M., Souza, R. F., Weiss, L. A. S., & Walter, S. A. (2019). O ensino da Contabilidade Geral no Brasil: um comparativo entre regiões. *Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep*, 6(1), 89–103.

Fraga, S. S., & Broietti, C. (2016). A relação entre as questões do Exame de Suficiência, do Enade e do plano de ensino de um curso de Ciências Contábeis. In *Anais do II Encontro Anual de Iniciação Científica da UNESPAR*.

Galvão, N. (2016). Percepção dos contadores sobre o Exame de Suficiência do CFC. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(45), 49–62. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v15n45p49-62>

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). São Paulo, SP: Atlas.

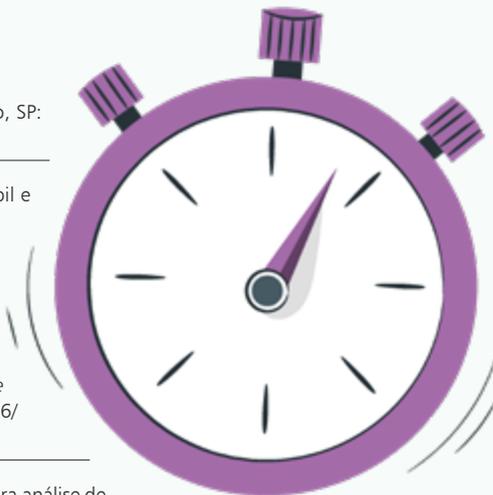
Madeira, G. J., Mendonça, K. F. C., & Abreu, S. M. (2009). A disciplina Teoria da Contabilidade nos Exames de Suficiência e Provão. *Contabilidade Vista & Revista*, 20–39.

Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (3ª ed.). São Paulo, SP: Atlas.

Ministério da Educação - MEC. (2023). *Censo da Educação Superior – 2022*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Miranda, C. de S., Araújo, A. M. P. de, & Miranda, R. A. de M. (2017). O exame de suficiência em contabilidade: Uma avaliação sob a perspectiva dos pesquisadores. *Revista Ambiente Contábil*, 9(2), 158–178. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2017v9n2ID10760>

Oliveira Neto, J. D. De, & Kurotori, I. K. (2010). O retorno do Exame de Suficiência do CFC. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 14(1), 62–79. <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v14i1.5535>.



Oliveira Sobrinho, O. A., & Cruz, M. C. (2011). A importância da regulamentação da profissão contábil: o exame de suficiência. *Portal ICE*, Cuiabá, 1–8.

Oliveira, V. M., Nielson, C. D., Duque, A. P. O., & dos Santos Alves, F. J. (2019). Uma análise comparativa de conteúdo contábil do Exame de Suficiência do CFC e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade): uma expectativa do mercado de trabalho. *Revista Mineira de Contabilidade*, 20(3), 20–33. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2019v20net02>

Pletsch, C. S., Vogt, M., da Silva, M. Z., & Venturini, J. C. (2021). Revisitando pressupostos metodológicos no uso da análise de conteúdo, discurso, conversação e narrativas em contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(48), 89–104. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e77001>

Schiavini, J. M., & Garrido, I. (2018). Análise de conteúdo, discurso ou conversa? Similaridades e diferenças entre os métodos de análise qualitativa. *Revista ADM.MADE*, 22(2), 1–12. <http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392018v22n2p001012>

Sena, T., & Sallaberry, J. (2021). Contabilidade Geral e o desempenho dos estudantes no Exame de Suficiência: uma pesquisa com IES baianas. *RC&C – Revista de Contabilidade e Controladoria*, 13(1). <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v13i1.78581>

Silva, L.; Krombauer, C.A.; Brunozi, A.C., & Sprenger, K. B. (2016). Análise dos desempenhos históricos dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. *Congresso de Contabilidade da UFRGS*. Rio Grande do Sul.

Souza, P. V. S. de, Cruz, U. L. da, & Lyrio, E. F. (2017). A relação do Exame de Suficiência Contábil com o desempenho discente e a qualidade dos cursos superiores em Ciências Contábeis do Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, 9(2), 179–199. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2017v9n2ID10682>.





Estratégias de proteção do resultado no agronegócio: prática do *hedge* econômico e adoção do *hedge accounting*

Este estudo tem por objetivo analisar a prática de *hedge* econômico, por meio do uso de instrumentos financeiros derivativos, e a adoção da contabilidade de *hedge* por empresas brasileiras pertencentes ao agronegócio. O foco no agronegócio se justifica pela relevância do segmento para a economia brasileira e pela exposição a um conjunto de riscos, com destaque aos riscos de natureza financeira, que podem ser mitigados pelo uso de derivativos. Para o alcance do objetivo, foram realizados testes empíricos com base na estimação de modelo de regressão, utilizando dados extraídos de demonstrações financeiras de 22 empresas dos setores agropecuários, listadas na B3, no período de 2010 a 2023. Ademais, foram examinadas as notas explicativas anuais referentes à divulgação da contabilidade de *hedge*, para que fosse averiguada a adoção da prática. Os resultados dos testes empíricos revelam que: há relação negativa entre o resultado com derivativos das entidades e o lucro líquido antes da ação dos instrumentos financeiros, o que confirma o pressuposto de que as empresas analisadas utilizam derivativos com o intuito de proteção (*hedge*) de seus resultados; e em relação à adoção de *hedge* contábil, constatou-se que somente um pequeno percentual das empresas utilizam e divulgam a contabilidade de *hedge*, sendo reduzido o período de adoção, comparado ao período integral analisado na pesquisa. O presente estudo contribui para o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao uso de derivativos e *hedge accounting* por empresas não financeiras, preenchendo o *gap* de estudos e oferecendo *insights* relevantes para a prática contábil e de gerenciamento de riscos.

Lucas Martins Santos

Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: lucas.martins.s.0511@gmail.com

José Alves Dantas

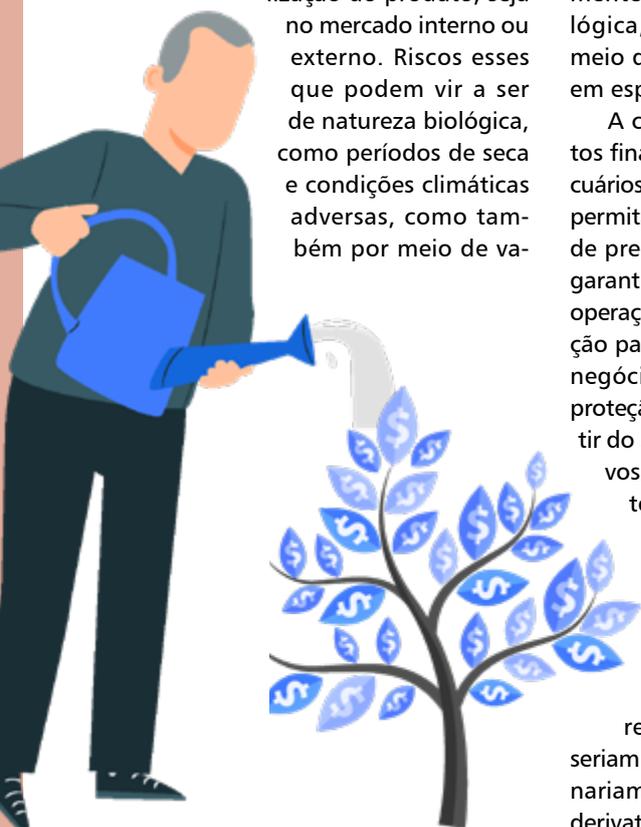
Professor da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCon/UnB), do Mestrado Profissional em Controle da Administração Pública do Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (ISC/TCU) e auditor do Banco Central do Brasil (BCB).

E-mail: josealvesdantas@unb.br

1 Introdução

O Brasil, como um país de dimensão continental, possui sua economia composta por diversos setores. Com Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$10 trilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 23% desse montante é formado por atividades agrícolas e pecuárias (Cepea, 2022). Tais atividades compõem o chamado agronegócio, representadas por transações e operações realizadas na agricultura e na pecuária, desde a obtenção de insumos para a produção até a entrega do produto final ao consumidor (Buranello, 2021).

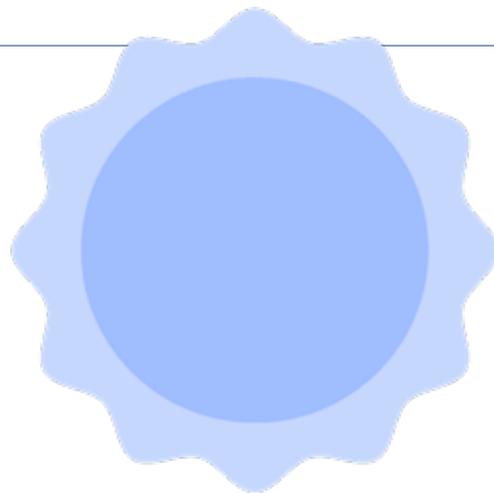
Sendo uma cadeia de produção com diversas etapas, Batalha (2021) destaca que as empresas do setor agropecuário estão sujeitas a riscos no decorrer do processo, desde a preparação do solo, obtenção e coleta de seus cultivos até a comercialização do produto, seja no mercado interno ou externo. Riscos esses que podem vir a ser de natureza biológica, como períodos de seca e condições climáticas adversas, como também por meio de va-



riações desfavoráveis nos preços de insumos e nos valores de venda das mercadorias. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (2018), a produção agrícola e pecuária brasileira obtém uma perda anual de cerca de R\$ 11 bilhões em suas atividades, que corresponde a 0,48% do PIB agropecuário, devido a eventos naturais e climáticos aos quais os produtores estão suscetíveis.

Além disso, considerando que o agronegócio brasileiro possui ampla presença no que diz respeito à exportação de produtos, Miceli (2017) observa que seus resultados tendem a ser fortemente afetados. Isso ocorre pelas oscilações de taxas de juros, pelas cotações de moeda estrangeira e pelo preço das *commodities*, ou seja, as empresas que pertencem ao segmento do agronegócio são, naturalmente, sujeitas a riscos de natureza financeira, que diferentemente daqueles de natureza biológica, podem ser mitigados por meio de instrumentos financeiros, em especial os derivativos.

A contar do uso de instrumentos financeiros, produtores agropecuários podem assumir posições que permitam se proteger de flutuações de preços, cotações e taxas, o que garantiria maior segurança em suas operações (Gambin, 2012). Uma opção para que as empresas do agronegócio possam estabelecer essa proteção em seus resultados é a partir do uso de instrumentos derivativos, definidos como instrumentos financeiros que possuem seu valor dependente de variáveis subjacentes, sendo majoritariamente um ativo-objeto (Hull, 2016). Em relação às atividades agropecuárias, as *commodities* resultantes de sua produção seriam as variáveis as quais determinariam os valores de contratos de derivativos.



Entretanto, esses instrumentos financeiros podem ser utilizados para outros fins, além do intuito de *hedge* (proteção). Agentes econômicos também os utilizam com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir de especulações, estimando que a variação de valores dos contratos estabelecidos será lucrativa (Climeni & Kimura, 2008). Costa (2024) constata que isso é particularmente relevante em entidades do ramo financeiro, que naturalmente possuem maior familiaridade e *expertise* para com o uso de derivativos, divulgarem e fornecerem informações a respeito dos instrumentos financeiros, com maior frequência e rigor às exigências das normas, evidenciando o uso de derivativos. Essa constatação não significa, porém, que isso seja algo restrito às entidades do sistema financeiro. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2015), atesta que, em 2013, o mercado de derivativos no Brasil era constituído por 47,2% de instituições financeiras e 35,6% de investidores institucionais nacionais, enquanto empresas do setor não financeiro ocupavam somente 5,7% do mercado, e os demais 11,5% eram compostos por investidores não residentes. Todavia, com o decorrer dos anos, a presença de instituições não financeiras no mercado de derivativos foi ampliada, tendo em vista a proteção de resultado e os ganhos financeiros que os instrumentos podem oferecer.

“A utilização de estruturas de *hedge* (proteção) com o uso de derivativos, é denominado de *hedge* econômico, que tem como objetivo mitigar riscos e garantir que a entidade tenha seus resultados menos afetados por situações adversas à operação, reduzindo volatilidade dos ganhos e das perdas econômicos (Amaral, 2020).”

A utilização de estruturas de *hedge* (proteção) com o uso de derivativos, é denominado de *hedge* econômico, que tem como objetivo mitigar riscos e garantir que a entidade tenha seus resultados menos afetados por situações adversas à operação, reduzindo volatilidade dos ganhos e das perdas econômicos (Amaral, 2020). Porém, o efeito desse *hedge* pode afetar os resultados da empresa, devido ao reconhecimento contábil dos ajustes dos instrumentos financeiros ao decorrer do tempo, o que causa um descasamento entre a contabilização dos derivativos e dos itens aos quais as companhias desejam proteger. Assim, para evitar esse descasamento e fazer com que os ganhos e as perdas com os derivativos sejam compatíveis com os ajustes dos itens protegidos, contemporaneamente, os padrões contábeis instituíram a prerrogativa da contabilidade de *hedge*. Por esse mecanismo, as entidades aderem ao *hedge* contábil e contabilizam os ajustes dos itens objeto de *hedge* e dos instrumentos de *hedge* no mesmo período, o que garante que as demonstrações financeiras irão refletir de maneira mais apropriada o regime de competência (Dantas, Leite & Teixeira, 2023).

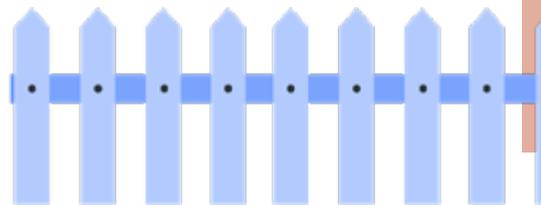
Ao considerar esse contexto, este estudo tem como objetivo exa-

minar a utilização dos instrumentos financeiros por parte das entidades não financeiras do setor agropecuário com o propósito de proteção de seus resultados, o denominado *hedge* econômico, bem como avaliar a adoção da prerrogativa do *hedge* contábil por parte das entidades, para melhor representação e divulgação de resultados dos derivativos. Para esse propósito, os testes empíricos compreenderão a estimação de modelos de regressão e a análise das demonstrações financeiras e notas explicativas divulgadas, entre 2010 e 2023, de 22 empresas pertencentes aos segmentos de agricultura, açúcar e álcool, carnes e derivados, e alimentos diversos que compõem o subsetor de alimentos processados, listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3).

Ao explorar a motivação do uso de derivativos por empresas que não pertencem ao ramo financeiro, o estudo contribui para o desenvolvimento da literatura, sendo complementar a Galdi e Pereira (2007), Perera, Reis Neto e Alves (2011) e Sousa, Dantas e Campos (2021), que analisaram a mesma questão em empresas de outros segmentos econômicos, a Receptuti (2015), que constatou baixa aderência de derivativos e sua liquidação no mercado agropecuário brasileiro, há cerca de uma década, e a Dantas *et al.*

(2023), que examinaram a adoção do *hedge accounting* pelas instituições financeiras. Contribui também com a prática contábil e de gestão de risco, ao reforçar as evidências empíricas sobre a estrutura de gestão de riscos financeiros por meio de derivativos, ao mesmo tempo em que prioriza um dos principais segmentos da economia brasileira, o agronegócio, além de associar a prática do *hedge* econômico com a adoção do *hedge* contábil.

Além desta seção, que contextualiza o tema e define o objetivo do estudo, a pesquisa contempla: o entendimento do agronegócio como segmento econômico, os riscos que o compõem e a contextualização de derivativos como instrumentos financeiros que venham a mitigar tais riscos (Seção 2); a definição dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização dos testes empíricos (Seção 3); a análise dos resultados que determinam a corroboração da hipótese estabelecida (Seção 4); e as conclusões da pesquisa, tendo em vista o cotejamento com as previsões teóricas e os achados empíricos (Seção 5).



2 Referencial Teórico

Com o constante desenvolvimento do agronegócio e sua ampliação no mercado exterior, os riscos aos quais as empresas desse setor estão suscetíveis são diversos. Assim, a utilização de derivativos se mostra promissora. Entretanto, a depender da finalidade ao qual o instrumento seja direcionado, isso pode vir a causar prejuízos à instituição. Nesta seção, são abordados os estudos já realizados voltados ao agronegócio brasileiro e seus riscos, e aos instrumentos financeiros derivativos, que servirão de base para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.1 Agronegócio

O agronegócio representa uma das maiores atividades econômicas do país, influenciando o desenvolvimento brasileiro há décadas. Expandindo-se para o comércio exterior, as atividades agropecuárias estão constantemente sujeitas a riscos de mercado, podendo assim resultar em maiores flutuações em suas atividades voltadas à produção de alimentos, fibras e bioenergia (Nakao, 2017).

A produção agropecuária teve seu início nos primórdios das civilizações, a partir de atividades de subsistência, extraindo recursos, de origem vegetal e animal, da própria natureza. Até se descobrir o potencial de plantar sementes e criar animais em cativeiro, a fim de facilitar a obtenção de alimentos. Conforme as comunidades se ampliavam, novas formas de organizações eram implementadas. Assim, a agricultura e a pecuária se desenvolveram, ao passo que se tornaram atividades regidas por diversos trabalhadores, em múltiplas funções. Desde então, as propriedades rurais, que, outrora, abrigaram o maior foco populacional, se tornaram diversificadas, com variadas culturas e criações, ao ponto de serem independentes e produzirem o que fosse necessário para a sobrevivência de quem habitava nelas. À medida que as atividades agropecuárias se tornavam ainda maiores, e necessitavam de mais fatores para o seu funcionamento, o agronegócio foi se moldando (Araújo, 2007).e

A partir das premissas de John Davis e Goldberg (1957 *apud* Araújo, 2007, p. 16), foi instituída uma nova nomenclatura para o aprimoramento da agricultura, a qual englobaria todos os procedimentos envolvidos nas atividades agropecuárias. Surgiu, então, o termo *agribusiness*, que consiste em todo o processo e nas operações que o compõem, desde a fabricação dos insumos utilizados na produção, a realização das atividades agrícolas e pecuárias, a coleta e possível industrialização do que se utiliza como matéria-prima, até a distribuição do produto final ao consumidor (Davis & Goldberg, 1957, *apud* Araújo, 2007).

De acordo com Parra (2021), o agronegócio consiste

em uma cadeia de produção, com características e riscos particulares em sua dinâmica econômica, social e ambiental, no contexto interno ou internacional. Trata-se de um conjunto de atividades vinculadas que formam uma rede comercial em torno da produção rural.

Segundo Buranello (2021), a evolução do agronegócio se deu com o desenvolvimento de estudo de fertilidade do solo, controle de pragas e aplicação de técnicas de engenharia, e a difusão de tais estudos, por universidades para os agentes e produtores agrícolas. Com o avanço da globalização nos anos 90, o Brasil já apresentava condições favoráveis para garantir a produtividade voltada à atividade de exportação. Ao longo dos anos, o país ampliou e evoluiu tecnologias, permanecendo bem posicionado na atividade econômica.

Na visão de Araújo (2007), o avanço tecnológico e a evolução socioeconômica fizeram com que o agronegócio perdesse sua essência como uma atividade do “setor primário”, pois passa a depender de diversos fatores. Com a diminuição de residentes no meio rural e o aumento da industrialização, as propriedades rurais perdem sua autossuficiência, passando a depender de insumos e serviços de terceiros para a produção e, até mesmo, para depois da fabricação do produto, como armazéns, estradas, portos e aeroportos, para que a mercadoria chegue ao consumidor final, seja em território nacional ou pela atividade de exportação.

O agronegócio é constituído por toda a cadeia produtiva agrícola e pecuária, nos âmbitos comercial e industrial. Sendo assim, são abrangidas todas as atividades que estejam relacionadas ao fornecimento de insumos, à industrialização e à distribuição dos produtos agropecuários, segregadas e classificadas da seguinte forma (Buranello, 2021):



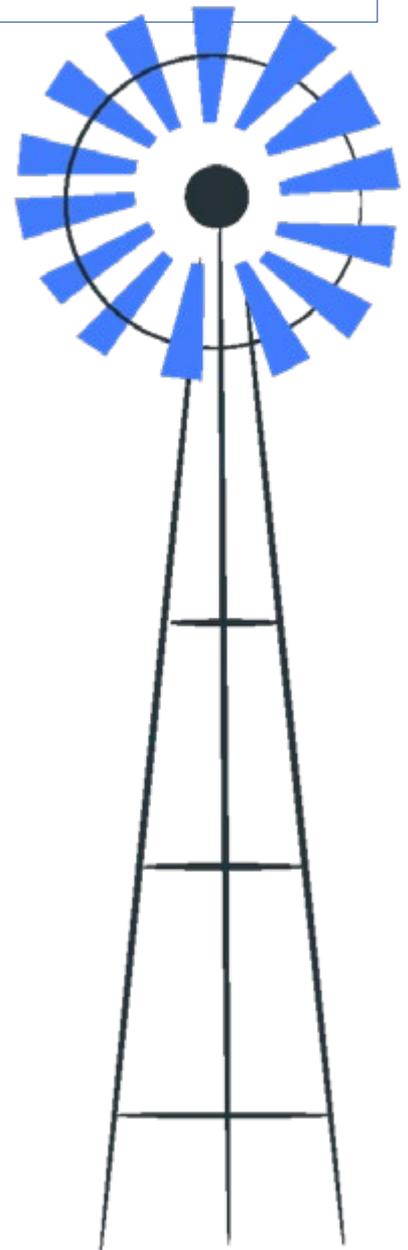
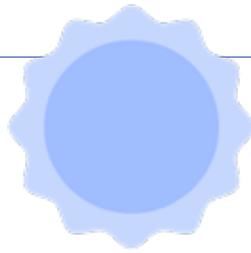
“A produção agropecuária teve seu início nos primórdios das civilizações, a partir de atividades de subsistência, extraindo recursos, de origem vegetal e animal, da própria natureza. Até se descobrir o potencial de plantar sementes e criar animais em cativeiro, a fim de facilitar a obtenção de alimentos.”

- Segmento 1 - Ofertantes de insumos para a agropecuária: também conhecido como atividade “antes da porteira”. São as indústrias que produzem e ofertam os insumos necessários para a atividade agropecuária, como sementes, fertilizantes, agroquímicos.
- Segmento 2 - Agropecuária: é o segmento composto pelas atividades “dentro da porteira”, isto é, as atividades que são propriamente realizadas dentro das fazendas, como o plantio, a colheita, a domesticação, reprodução e cuidados com os rebanhos
- Segmento 3 - Agroindústrias: nessa categoria, se encontram os processos de industrialização dos produtos agropecuários. Araújo (2007) denomina tal etapa como agroindustrialização verticalizada, na qual ocorre o processamento da matéria obtida no estabelecimento agrícola e/ou pecuário, utilizada como matéria-prima para a obtenção de um produto final, como, por exemplo, laticínios, açúcar, álcool, polpas de frutas e outros. Esses procedimentos são realizados ainda dentro da fazenda; porém, não são classificados como “dentro da porteira”, mas, sim, “depois da porteira”.

- Segmento 4 - Distribuição: também diz respeito às atividades “depois da porteira”, que constituem o tráfego dos produtos agropecuários e agroindustriais, sendo distinguidos em atacado e varejo, voltados ao mercado interno e ao mercado externo.

Esses segmentos compõem o chamado complexo agroindustrial, que, ao se incluir as atividades de pesquisa, ensino, fiscalização, financiamento e atividade advocatícia, recebe a denominação de sistema agroindustrial (Buranello, 2021).

Batalha (2021) argumenta que os sistemas de produção agroindustrial vêm se tornando cada vez mais interdependentes e internacionalizados, o que resulta no surgimento das chamadas “cadeias globais de *commodities*”. Isso significa que há uma interdependência crescente que não se aplica apenas aos sistemas de produção. Na realidade, essa cadeia envolve todos os agentes econômicos e sociais que pertencem a cada sistema que compõe o agronegócio.



No Brasil, produtos como café, açúcar, carne, soja, entre outros, são fortemente produzidos e exportados, sendo assim comercializados como *commodities*. Isso acarreta maior atribuição de risco às atividades agropecuárias, devido à volatilidade dos preços no mercado internacional (Nakao, 2017).

2.2 Riscos do agronegócio

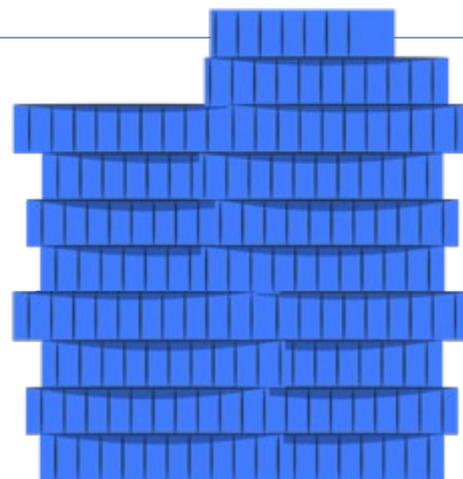
O interesse em questões de riscos econômicos e de gestão dos sistemas agroindustriais de produção está voltado, principalmente, ao “caráter biológico” que as matérias-primas utilizadas nas atividades agropecuárias possuem. As *commodities* apresentam tal caráter adiciona um fator condicionante ao funcionamento dos sistemas de produção e distribuição, devido às particularidades em relação à perecibilidade, sazonalidade, qualidade variável, entre outros fatores (Batalha, 2021).

Adicionalmente, as cadeias de suprimentos agroindustriais apresentam riscos de mercado e riscos

financeiros, os quais são comuns a diversos outros setores de mercado. Somando-se tais riscos àqueles próprios da produção agropecuária, o que inclui instabilidades climáticas e ocorrências de pragas, Batalha (2021) determina que os riscos presentes nas cadeias de produção agropecuárias podem ser classificados como:

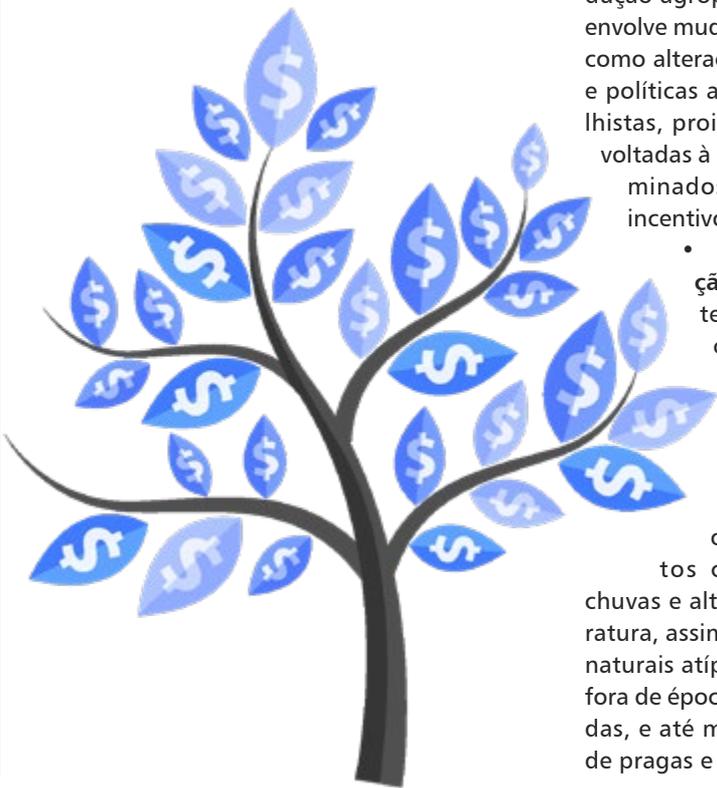
- **Risco de mercado:** baseia-se na oferta e na demanda do mercado, seja dos insumos utilizados na produção ou dos produtos finais que chegam aos consumidores. As flutuações de preços e a cotação dos produtos são influenciadas pela sazonalidade da produção, resultando em uma significativa oscilação nos valores das mercadorias, a qual há uma dificuldade de prever o que venha a ocorrer.
- **Risco institucional:** está relacionado a políticas públicas e ações governamentais, as quais regem como é realizada a produção agropecuária. Esse risco envolve mudanças inesperadas, como alteração de leis, normas e políticas ambientais e trabalhistas, proibições e restrições voltadas à utilização de determinados insumos, fim de incentivos governamentais.

- **Risco de produção:** envolve as incertezas das condições climáticas e biológicas que possam vir a afetar a produção. Não é possível determinar com exatidão a ocorrência de eventos climáticos, como chuvas e alterações de temperatura, assim como fenômenos naturais atípicos, como chuvas fora de época e secas prolongadas, e até mesmo a incidência de pragas e doenças.



- **Risco financeiro:** se dá pelas operações que venham a afetar os fluxos de caixa e os retornos de investimento das atividades do produtor rural. Logo, estão envolvidos variações de taxas de juros que possam desfavorecer as fontes externas de financiamento das atividades; endividamento, em decorrência de desvalorização do produto, oscilação de custos de produção e imobilização de capital; falta de crédito que possa comprometer o acesso a fontes de financiamento das atividades; aumento de inflação e dos custos de insumos; e a falta de garantias de recebimento de vendas, como a de comercialização de animais na atividade pecuária.

Miceli (2017) determina que as variáveis macroeconômicas são os fatores que apresentam maior peso e influenciam na incerteza e na expectativa da produção agropecuária. A variação na cotação do dólar, por exemplo, causa um impacto relevante na atividade, devido à volatilidade dos preços pelos quais os insumos e as *commodities* serão comercializados. Assim, em determinada situação, na qual os produtores venham a adquirir insumos em um momento que a cotação do dólar esteja alta, e posteriormente, vendam a mercadorias quando o câmbio estiver menor, a atividade resultará em um prejuízo cambial.



“As commodities apresentarem tal caráter adiciona um fator condicionante ao funcionamento dos sistemas de produção e distribuição, devido às particularidades em relação à perecibilidade, sazonalidade, qualidade variável, entre outros fatores (Batalha, 2021).”



2.3 Estratégias de proteção (hedge) para o risco financeiro

No que diz respeito aos riscos de natureza financeira, esses que são influenciados pelas variações de valores, cotações e taxas presentes no mercado, há possibilidades de geri-los a partir de ferramentas e, assim, mitigá-los. O mercado financeiro proporciona instrumentos pelos quais é possível se assegurar em relação às flutuações às quais os produtores agropecuários estão sujeitos (Amaral, 2020).

Os instrumentos mais utilizados para esses fins são os denominados instrumentos financeiros derivativos, cujo valor é determinado a partir do valor de outros ativos, denominados ativos de referência ou subjacente, dos quais o instrumento se deriva. Esse consiste em um contrato, que se baseia na negociação do ativo em questão, em uma data futura. O valor desse contrato irá depender dos fatores de mercado no momento da data de encerramento estabelecida, como indexadores e valores futuros (Sousa et al., 2021).

O mercado de derivativos vem se tornando um fator de grande peso e forte presença na questão de proteção aos riscos no agonegocio. De acordo com Jorion (2003), a obtenção e o uso de derivativos propiciam uma seguran-

Finalidade	Descrição
Hedge (proteção)	Busca proteger um ativo das oscilações de preços desfavoráveis. Logo, o usuário adquire o derivativo com o objetivo de garantir uma maior segurança em data futura, a fim de reduzir as chances de obter um prejuízo financeiro, em razão da variação de preços. Os agentes que utilizam derivativos com esse propósito são chamados de <i>hedgers</i> . Costumam ser produtores e comerciantes de <i>commodities</i> , que buscam proteção contra as flutuações de preços de mercado, fixando o valor do produto para uma venda que será realizada no futuro.
Alavancagem	Está voltada à possibilidade de obter ganhos, a partir do acordo de um contrato. Busca-se garantir maior rentabilidade no fato de o investimento realizado na obtenção de um ativo, através do contrato derivativo, ser menor que a compra do mesmo no mercado à vista.
Especulação	Ocorre quando se procura obter lucro financeiro, a partir da variação de preços do ativo-objeto no mercado. Diferente da alavancagem, o especulador não possui interesse em adquirir o ativo referente ao derivativo, mas busca obter lucro em cima das flutuações do mercado e das taxas nele inserido. Dessa forma, o agente fica sujeito ao risco, pois especula a forma que as oscilações do mercado irão agir, e assim operacionaliza buscando obter ganhos. Entretanto, o mercado pode não agir como o esperado, o que irá resultar em prejuízo ao especulador.
Arbitragem	Trata-se da obtenção de lucro através da intermediação entre duas operações, se beneficiando das discrepâncias de preços. O arbitrador opera simultaneamente entre diferentes mercados, adquirindo determinado título ou <i>commodity</i> , no qual o preço esteja mais baixo, e vendendo-o onde a cotação estiver maior. Dessa forma, ele se mantém isento de assumir riscos, pois possui conhecimento de como o mercado está agindo. Ao realizar essa operação, o arbitrador ajusta a discrepância de valores, a partir do efeito que surge na oferta e na demanda do ativo.

Fonte: Gambin (2012).

ça em relação às variáveis de mercado das quais os produtores e as empresas não possuem controle, comparando-os à obtenção de um seguro. O uso desse instrumento pode ser em prol do gerenciamen-

to de riscos, da proteção de investimento ou com o fim de especulação (Toledo Filho, 2006). Gambin (2012), por sua vez, define as finalidades do uso dos derivativos conforme sintetizado na Tabela 1.

2.4 Uso de derivativos como proteção, o *hedge* econômico

Com a ocorrência de exportações e importações de produtos agropecuários, empresas do agronegócio brasileiro estão constantemente sujeitas a riscos em relação ao preço das *commodities* e à cotação de moeda estrangeira, além de riscos próprios do mercado interno, oriundos das incertezas em suas produções e comercializações (Batalha, 2021).

Receputi (2015) verificou que, embora o Brasil possua um mercado agropecuário bem desenvolvido, o volume de contratos de *commodities* agrícolas no mercado financeiro brasileiro apresenta um volume abaixo do esperado, tratando-se de um dos maiores produtores de bens e insumos agropecuários. Porém, Gambin (2012) justifica esse baixo volume, chamando a atenção ao fato de o uso de derivativos por parte dos agentes do sistema agropecuário estar voltado ao conhecimento e à confiabilidade que esses possuem. Com o passar dos anos, a demanda por esses instrumentos vem aumentando, o que proporciona uma eficiência gradativamente positiva na gestão de riscos de empresas do agronegócio, principalmente no que diz respeito à proteção (*hedge*) e às variabilidades de preços.

Segundo Costa (2024), quando se trata de riscos de instituições financeiras, nota-se o

uso mais recorrente de instrumentos como derivativos, por haver um maior entendimento de como funcionam os contratos, e como suas finalidades vão afetar os resultados da empresa. Isso ocorre com menos frequência em instituições não financeiras, devido às maiores perdas que a má aplicação dos derivativos venha a causar.

No que diz respeito ao uso de tais instrumentos por empresas não financeiras, Vieira, Silva e Pinheiro (2023) chamam a atenção para os casos das empresas Sadia S.A. e Aracruz Celulose S.A., que utilizaram derivativos para realizar operações conhecidas como *target forward*, que consistem em venda de dólar no mercado a termo, especulando que haverá ganhos não operacionais em prol da queda do valor da moeda estrangeira. Ambas as companhias sofreram significantes perdas patrimoniais, devido à crise *subprime* de 2008, e juntamente com a falta de divulgação e transparência das informações com os instrumentos financeiros, a situação poderia gerar um risco sistêmico, dada a complexidade da operação.

Sousa *et al.* (2021), por sua vez, realizaram pesquisas acerca do uso de derivativos com o foco nas demais instituições não financeiras. Nesse caso, tendo como objeto de pesquisa empresas que atuam no setor de materiais básicos, observa-se o interesse pelo uso do instrumento financeiro, majoritariamente, com o intuito de *hedge*. Assim como no agronegócio, empresas desse ramo se encontram expostas a constantes riscos voltados à variação cambial, o que faz com os gestores priorizem a proteção de seus resultados aos ganhos financeiros, por meio de operações especulativas.

Castro e Barboza (2021) apresentaram estudos que fortalecem a pre-

missa de que o uso de derivativos se mostra mais efetivo quando os produtores agropecuários os utilizam na intenção de se protegerem contra as flutuações de valores e taxas. Porém, não obtiveram resultados significantes em relação à análise do uso de contratos com os intuitos de especulação e arbitragem, a fim de aumentarem seu faturamento.

Tais pesquisas corroboram para que outros estudos acerca do uso de derivativos por instituições não financeiras sejam realizados. Dadas a complexidade e as possibilidades que os contratos de *commodities* abrangem, podendo ser operados em razões de arbitragem, especulação e proteção, empresas do agronegócio brasileiro têm a oportunidade de proteger seus resultados dos riscos financeiros. Entretanto, também possuem a capacidade de obter ganhos financeiros por meio das variações nas taxas de câmbio e cotações.

Tendo em vista a ocorrência de riscos oriundos de natureza financeira, as empresas presentes no agronegócio estão sujeitas a constantes oscilações de valores, decorrentes de variações de preços de *commodities* no mercado interno e externo, flutuações de taxas de câmbio e inflacionárias. Logo, presume-se que o interesse dessas empresas pelo uso dos derivativos se dá pela proteção que possam obter a tais riscos.

Assim, para o desenvolvimento da hipótese da pesquisa, parte-se da premissa que as empresas que atuam no agronegócio brasileiro possuem como principal interesse, na contratação de derivativos, a proteção de seus resultados. Dessa forma, formula-se a seguinte hipótese a ser testada empiricamente:

H₁: As companhias brasileiras que atuam no setor agropecuário utilizam os instrumentos financeiros derivativos com o intuito de *hedge* (proteção) de seus resultados.



“Tendo em vista a ocorrência de riscos oriundos de natureza financeira, as empresas presentes no agronegócio estão sujeitas a constantes oscilações de valores, decorrentes de variações de preços de commodities no mercado interno e externo, flutuações de taxas de câmbio e inflacionárias.”

2.5 A prática da contabilidade de *hedge*

Quando se trata de proteção, a maneira mais recorrente a qual as empresas buscam mitigar seus riscos é por meio do *hedge* econômico. A utilização de derivativos com o intuito de proteção garante que as entidades sofram menos prejuízos de operações que serão liquidadas no futuro, em que a ação dos instrumentos financeiros impacta o resultado financeiro da empresa. (Amaral, 2020).

A ação dos derivativos pode afetar os resultados do período ou outros resultados abrangentes, devido ao fato de os critérios de mensuração dos itens objeto de *hedge* serem distintos daqueles dos instrumentos de *hedge* (Dantas et al., 2023). Os itens objetos de *hedge* são aqueles que serão protegidos das variações entre valor presente e futuro. No âmbito do agronegócio, podem ser definidos como tal as *commodities* e as operações realizadas em moeda estrangeira, enquanto os instrumentos de *hedge* são aqueles utilizados para mitigar os riscos das flutuações de preços, em especial os derivativos. Para que haja uma representação mais adequada do efeito dos instrumentos financeiros como ferramentas de gestão de riscos, entidades pro-

movem não apenas o *hedge* econômico, como também podem optar pela adoção do *hedge* contábil (Dantas et al., 2023).

Em termos práticos, portanto, o *hedge* contábil visa contabilizar as operações, alocando-as ao mesmo período, de forma que não haja descasamento entre a competência do objeto e do instrumento de *hedge*, o que atribui maior transparência à gestão de riscos realizada pela entidade, diminui a volatilidade dos resultados e garante uma melhor tomada de decisões sobre os derivativos (Dantas et al., 2023). Para a adoção dessa prerrogativa contábil, a *International Financial Reports Standard* (IFRS) 9 prevê três tipos de *hedge accounting*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimentos líquidos no exterior.

O *hedge* de valor justo tem como objetivo proteger o valor justo de determinado ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido contra riscos a exposições e alterações que venham a ocorrer, de forma que os ajustes, tanto do objeto como do instrumento de *hedge*, serão registrados diretamente no resultado do exercício, assim se compensando (Dantas et al., 2023).

O *hedge* de fluxo de caixa visa à proteção da variabilidade de fluxos

de caixas futuros, mitigando riscos que estejam associados à totalidade de ativos ou passivos reconhecidos ou a transações prováveis que venham a afetar o resultado da entidade. Assim, os ganhos e as perdas decorrentes do instrumento de *hedge* serão reconhecidos como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, até o momento em que ocorra a transação, e essa seja reconhecida. Então, o ganho ou a perda será registrado no resultado do período (Capelletto, Oliveira & Carvalho, 2007).

Já o *hedge* de investimentos líquidos no exterior, trata-se de proteção em relação aos riscos de exposição à moeda estrangeira, com investimentos e transações em empresas no exterior, estando essas sujeitas à variação cambial. Assim como o *hedge* de fluxo de caixa, a contabilização do instrumento de *hedge* será reconhecida como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, passando a ser reconhecido no resultado, após o reconhecimento da ocorrência da operação. Vale ressaltar que, para que o investimento no exterior seja classificado como objeto de *hedge*, ele deve ser negociado em moeda funcional diferente da moeda funcional da investidora (Dantas et al., 2023).

Com base na literatura sobre a adoção do *hedge accounting* no mercado brasileiro, pode-se destacar Silva (2014), Pereira, Pereira, Silva e Pinheiro (2017), Rosas, Leite e Portugal (2018) e Dantas *et al.* (2023). Silva (2014), por exemplo, revela que a adoção da contabilidade de *hedge* por companhias abertas na B3 reduz a volatilidade dos resultados das empresas. A partir desse resultado e da melhor divulgação em relação aos objetivos que as empresas possuem com os instrumentos financeiros, obtém-se maior confiabilidade por parte dos investidores, o que resulta também na redução do custo de capital próprio das entidades.

Pereira *et al.* (2017) pesquisaram empresas de consumo não cíclico e constataram que o uso de contabilidade de *hedge* nessas companhias está associado ao endividamento e tamanho da entidade, ou seja, empresas com mais endividamento em longo prazo e de maior porte são as que mais aderem e divulgam o *hedge accounting*. Rosas *et al.* (2018) também avaliaram os determinantes do *hedge accounting* por parte das entidades listadas no segmento Novo Mercado da B3 e concluíram que apenas o nível de faturamento se mostrou um critério relevante para a adoção de *hedge* contábil por parte dessas empresas.

Já Dantas *et al.* (2023) exploraram os determinantes para a adoção de *hedge accounting* em instituições financeiras e obtêm como evidências que os principais motivos para que os bancos realizem a contabilidade de *hedge* são o fato de possuírem investimentos no exterior, serem de natureza privada e listados na B3, e a relevância das carteiras de crédito e dos títulos de valores mobiliários.

O presente estudo se diferencia da literatura pregressa sobre o tema ao associar a adoção do *hed-*

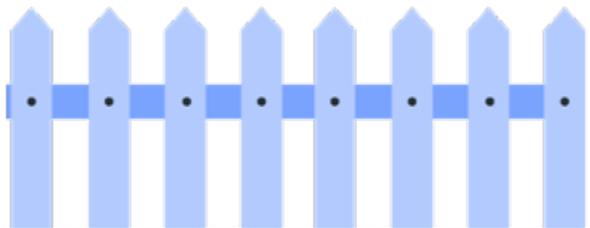


Tabela 2 – Composição da amostra

Companhia	Companhia
Três Tentos Agroindustrial S.A.	São Martinho S.A.
Agrogalaxy Participações S.A.	Camil Alimentos S.A.
Boa Safra Sementes S.A.	Josapar - Joaquim Oliveira SA - Particip
Brasilagro - Cia Bras de Prop Agrícolas	M. Dias Branco S.A. Ind Com de Alimentos
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	Conservas Oderich S.A.
Granja Faria S.A.	BRF S.A.
Humbert Agribrasil Com. e Export. de Grãos S.A.	Excelsior Alimentos S.A.
Siderúrgica J. L. Aliperti S.A.	JBS S.A.
SLC Agrícola S.A.	Marfrig Global Foods S.A.
Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.	Minerva S.A.
Jalles Machado S.A.	Minupar Participações S.A.

Fonte: elaborada pelos autores.

ge accounting à constatação preliminar da adoção do *hedge* econômico no segmento. Além do mais, ao explorar as entidades do agronegócio, oferece evidências empíricas sobre um dos principais segmentos econômicos da economia brasileira, muito suscetível a variações no comportamento de variáveis macroeconômicas e financeiras.

3 Procedimentos Metodológicos

A respeito do uso de instrumentos financeiros derivativos por parte das empresas do agronegócio com o intuito de proteção (*hedge*) e se essas adotam o *hedge accounting*, a fim de estabelecer contabilização e divulgação mais adequada de seus resultados, a pesquisa é inicialmente classificada como quantitativa, por utilizar de métodos e recursos estatísticos para mensurar numericamente a hipótese, e posteriormente, qualitativa, por determinar características e atributos mediante a análise de documen-

tos. Assim, o estudo apresenta caráter exploratório, dado o objetivo de analisar a ocorrência, ou não, de determinado fenômeno, de forma que os resultados possam levar a outras pesquisas correlacionadas, trazendo diferentes abordagens sobre o tema (Matias-Pereira, 2016).

3.1 Amostra

Para a realização dos testes empíricos, foram considerados dados das 22 empresas pertencentes aos setores agropecuários e de alimentos processados, listados na B3. A obtenção dos dados adveio a partir das demonstrações financeiras das companhias, de 2010 a 2023.

A amostra se restringe à utilização de dados de períodos a partir do ano de 2010, para garantir que as informações contábeis das empresas obtidas sejam padronizadas. Dessa forma, há menor ocorrência de diferenças substanciais entre as informações, devido à adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil, com base nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

“Pereira *et al.* (2017) pesquisaram empresas de consumo não cíclico e constataram que o uso de contabilidade de hedge nessas companhias está associado ao endividamento e tamanho da entidade, ou seja, empresas com mais endividamento em longo prazo e de maior porte são as que mais aderem e divulgam o hedge accounting..”

Os dados foram obtidos por meio das demonstrações financeiras anuais, divulgadas pelas próprias entidades, em seus respectivos canais de acesso. A partir da análise dos balanços patrimoniais, das demonstrações de resultado do exercício e das notas explicativas, foram extraídos os valores referentes aos resultados com derivativos, lucro líquido, valor de ativos totais e patrimônio líquido. Também foram identificados o nível de governança corporativa e a firma responsável pela auditoria, a fim de agregar robustez à análise dos resultados, compondo as informações necessárias à realização dos testes empíricos.

Dado o período e a quantidade de entidades da amostra, a expectativa era de que 308 demonstrações financeiras fossem objeto da pesquisa, mas, devido à ausência de informações em determinadas datas-bases, esse número alcançou 249 observações.

3.2 Modelo de análise

Sobre a hipótese da pesquisa, H_1 , que prevê que as empresas brasileiras pertencentes aos setores agropecuários e de alimentos processados listadas na B3 utilizam derivativos com o intuito de proteção (*hedge*), é utilizado o modelo (3.1), similar ao que Sousa *et al.* (2021) desenvolveram em seu estudo voltado às empresas de materiais básicos.

$$RsDer_{it} = \beta_0 + \beta_1(LL-RsDer)_{it} + \beta_2Tam_{it} + \beta_3Alav_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que:

$RsDer_{it}$: resultado com derivativos da entidade i , no período t , relativizado pelos ativos totais;

LL_{it} : lucro líquido da entidade i , relativizado pelos ativos totais no período t ;

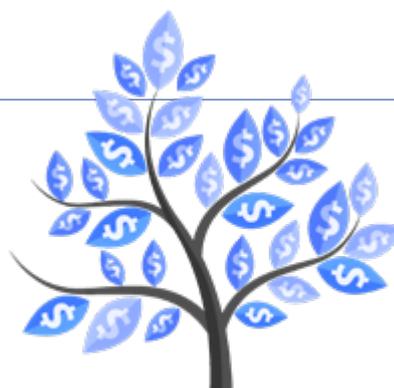
Tam_{it} : tamanho da entidade i , medido pelo logaritmo natural dos ativos totais, no período t ;

$Alav_{it}$: alavancagem da entidade i , representada pela relação entre os passivos exigíveis e os ativos totais no período t .

No modelo (3.1), a variável independente de interesse é determinada pela diferença entre o lucro líquido da empresa e o resultado com derivativos, ou seja, o lucro antes dos resultados com derivativos, representado pelo coeficiente β_1 . A partir do pressuposto de que as empresas utilizam derivativos a fim de proteger seus resultados, espera-se que o lucro ou prejuízo obtido com a carteira de derivativos garanta estabilidade nos lucros das operações da entidade. Logo, caso a companhia apresente lucro antes da ação dos derivativos maior (menor), o resultado com esses instrumentos financeiros será menor (maior), man-

tendo assim o resultado estável. Por consequência, é prevista relação inversamente proporcional (negativa) entre os resultados entre a variável dependente, $RsDer$, e a variável independente de interesse, $LL-RsDer$, que é a condição para que a hipótese H_1 seja corroborada.

Tendo em vista que os resultados com derivativos são dependentes da variação de preços que o ativo-objeto sofre, são naturais oscilações de valores positivos e negativos. De qualquer forma, além do controle da heterogeneidade individual, por meio de efeitos fixos seccionais e no período, também foram incorporadas variáveis de controle ao modelo representativas do tamanho (Tam) e da alavancagem ($Alav$) da entidade. Entende-se que os resultados com derivativos serão mais proeminentes em empresas que possuam mais movimentações e maior porte (Tam) e que estejam mais expostas aos custos de capital de terceiros, impactando o aumento de sua alavancagem ($Alav$).



Cabe pontuar que, devido à natureza oscilatória dos instrumentos financeiros derivativos, há a ocorrência de forte dispersão de dados entre valores positivos e negativos, de maneira estatisticamente atípica e extrema, configurando-se assim como *outliers*. Para lidar com essa situação, no intuito de produzir estimações mais consistentes e estáveis, que reflitam o comportamento padrão médio dos dados estatísticos, foi aplicado o método da *winsorização*, que limita os valores mais baixos e mais altos da amostra em determinada porcentagem. Na análise de estatísticas descritivas (Subseção 4.1), foi realizada a *winsorização* a 5%, em que os valores correspondem aos 5% mais baixos foram substituídos pelo valor referente ao 5º percentil, e os 5% mais altos foram substituídos pelo correspondente ao 95º percentil, visando assim eliminar os efeitos dos *outliers*.

Ademais, para assegurar a robustez dos resultados da estimação de modelo de regressão (Subseção 4.3), foram realizadas diferentes combinações de estimação, utilizando modelo *pooled*, efeitos fixos seccionais, efeitos fixos no período e duplo efeitos fixos. Além disso, foi utilizado o método SUR PCSE, que gera parâmetros robustos, mesmo na presença de autocorrelação e heterocedasticidade nos resíduos (Baltagi, 2008).

Por fim, é importante ressaltar que, exclusivamente na análise das estatísticas descritivas, também será considerada a distribuição das observações de acordo com a identificação das demonstrações financeiras auditadas por uma das *big four* (B4). O pressuposto é que tenham suas informações contábeis referentes ao instrumento financeiro reconhecidas e divulgadas com maior credibilidade, e que se refiram a empresas classificadas em dos níveis de governança corporativa da B3 (GC), apresentando uma melhor gestão de negócios, no que diz respeito ao uso dos derivativos.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas					
Variável	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Base completa					
<i>RsDer</i>	-0,0052	0,0000	-0,2574	0,1465	0,0303
<i>LL-RsDer</i>	0,0279	0,0366	-4,0805	1,7745	0,3546
<i>Tam</i>	14,6006	14,6787	5,6768	19,1536	2,2098
<i>Alav</i>	1,3222	0,6361	0,0651	27,7825	3,9244
Base winsorizada a 5%					
<i>RsDer</i>	-0,0037	0,0000	-0,0407	0,0133	0,0117
<i>LL-RsDer</i>	0,0484	0,0366	-0,0554	0,1751	0,0600
<i>Tam</i>	14,6114	14,6787	10,3242	18,0448	2,0362
<i>Alav</i>	0,6077	0,6361	0,1803	0,9965	0,2332
Variáveis dicotômicas	B4		GC		
	Quant.	%	Quant.	%	
Valor 1	155	62,3%	183	73,5%	
Valor 0	94	37,7%	66	26,5%	

Em que: *RsDer* é o resultado com derivativos, relativizado pelos ativos totais; *LL-RsDer* é o lucro líquido antes do resultado com derivativos, relativizado pelos ativos totais; *Tam* é o tamanho da entidade medido pelo logaritmo natural dos ativos totais; *Alav* é a alavancagem, decorrente do passivo exigível relativizado pelos ativos totais; *B4* variável *dummy*, assumindo 1 quando a firma de auditoria é uma *big four* (PWC, KPMG, E&Y e Deloitte), e 0 para as demais; e GC é uma variável *dummy*, assumindo 1 quando a entidade for listada em um dos níveis de governança corporativa.

Fonte: elaborada pelos autores.

3.3 Análise da divulgação da contabilidade de *hedge*

Para a avaliação da adoção da contabilidade de *hedge* por parte das empresas pertencentes ao agronegócio, foram examinadas as demonstrações financeiras anuais da amostra. Ademais, foram analisadas as notas explicativas, a fim de obter informações a respeito da divulgação do *hedge accounting*, incluindo a identificação do tipo de *hedge*, os itens objetos de *hedge* e os instrumentos de *hedge* designados.

4 Análise dos Resultados

A partir dos dados das demonstrações financeiras das entidades da amostra, a análise dos resultados a

respeito do uso de instrumentos financeiros derivativos com o intuito de proteção (*hedge*) ou especulação compreende a análise das estatísticas descritivas e da matriz de correlação, a estimação do modelo de regressão (3.1) e a compilação de informações referentes ao *hedge* contábil.

4.1 Estatísticas descritivas

A análise das estatísticas descritivas auxilia na apresentação de dados de maneira mais resumida e direta. Tendo por base os dados das demonstrações financeiras de 22 entidades da amostra, no período de 2010 a 2023, foram apuradas as variáveis que compõem o modelo (3.1), cujas estatísticas descritivas são sintetizadas na Tabela 3.

Observa-se, a partir das estatísticas descritivas, que o resultado com derivativos (*RsDer*) apresenta comportamento com oscilações entre resultados positivos e negativos, como já citado anteriormente, demonstrando dispersão entre os valores mínimos e máximos obtidos. É constatada a ocorrência de resultado com derivativos que correspondem a prejuízo de 25% em relação aos ativos totais – dado na empresa Humbert Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos Ltda., em 2019 – enquanto no outro extremo é constatado lucro com esses instrumentos equivalente a 14% dos ativos – ocorrido na empresa Minerva S.A., em 2015. Não obstante, coerente com a perspectiva de oscilações de valores positivos e negativos, com natural compensação entre esses, as medidas de tendência central, média e mediana, registram valores próximos à neutralidade. Exceto quanto a essa neutralidade em termos médios, características equivalentes são verificadas em relação à variável representativa do lucro antes do resultado com derivativos (*LL-RsDer*), o que pode ser compatível com a perspectiva de estabilidade do lucro a partir do uso de derivativos em função de proteção (*hedge*).

Além da variável dependente (*RsDer*) e da variável de interesse (*LL-RsDer*), as variáveis de controle (*Tam* e *Alav*) que compõem o modelo (3.1) também apresentam forte dispersão, com registro de valores extremos (*outliers*), o que justificou o tratamento por meio da *winsorização* a 5%.

Após o tratamento dos *outliers*, por meio da *winsorização*, os dados apresentados no segundo bloco da Tabela 3 demonstram que a média do resultado com derivativos (*RsDer*) permanece próxima ao valor neutro, mantendo a compensação entre valores positivos

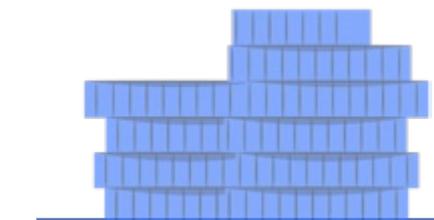


Tabela 4 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis do modelo (3.1)

	<i>RsDer</i>	<i>LL-RsDer</i>	<i>Tam</i>	<i>Alav</i>
<i>RsDer</i>	1,0000			
<i>LL-RsDer</i>	-0,0819	1,0000		
<i>Tam</i>	0,0260	0,0939	1,0000	
<i>Alav</i>	0,0212	-0,2951	-0,3981	1,0000

Em que: *RsDer* é o resultado com derivativos, relativizado pelos ativos totais; *LL-RsDer* é o lucro líquido antes do resultado com derivativos, relativizado pelos ativos totais; *Tam* é o tamanho da entidade medido pelo logaritmo natural dos ativos totais; e *Alav* é a alavancagem, relativizado pelos ativos totais.

Fonte: elaborada pelos autores.



e negativos. Porém, a dispersão entre valores mínimos e máximos se apresenta de forma mais condizente, no que se refere aos percentuais de resultados obtidos com o instrumento financeiro em relação aos ativos totais da entidade. A mediana apresenta valor igual a zero, em razão de determinadas empresas não apresentarem resultados com derivativos em certos períodos, sendo assim o valor central entre as variações positivas e negativas desse resultado.

O lucro líquido antes dos resultados com derivativos (*LL-RsDer*) apresenta média positiva, o que significa que as empresas apresentam um lucro médio, antes da ação dos derivativos, de aproximadamente 5% dos ativos totais, com mediana de 3,7%, e dispersão en-

tre 5% negativos e 17%, em relação aos ativos totais. A alavancagem (*Alav*) das entidades revela que o endividamento médio das entidades do agronegócio gira em torno de 60,7% dos ativos totais, com mediana de 63,6%.

Por fim, é importante ressaltar que cerca de 62,3% das demonstrações financeiras examinadas foram auditadas por uma das principais firmas de auditoria, as chamadas *big four* (*B4*), e que 73,5% dessas demonstrações se referem a empresas listadas em um dos segmentos de governança da B3 (*GC*). A prevalência de informações auditadas por *big four* e divulgadas por empresas integrantes dos segmentos de governança da B3 pode ser interpretada como indicador de qualidade das informações examinadas e do processo de gestão de negócios e transparência.

4.2 Matriz de correlação

A matriz de correlação destacada na Tabela 4 consiste em ferramenta que tem como objetivo calcular o grau de relação linear entre duas variáveis, a fim de apurar a relação univariada entre as variáveis dependente e independentes, e a possibilidade de colinearidade entre as variáveis independentes.

A relação univariada entre os resultados com derivativos (*RsDer*) e o lucro líquido sem o resultado com derivativos (*LL-RsDer*) demonstra haver correlação negativa, evidenciando que quanto maior (menor) o resultado com derivativos, menor (maior) é o lucro líquido antes dos efeitos decorrentes desses instrumentos financeiros. Isso sugere que a contratação dos derivativos tem por consequência o alisamento (estabilidade) do lucro líquido da entidade, corroborando a perspectiva prevista em H_{11} , de que as empresas que pertencem ao segmento agropecuário fazem o uso de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*). É importante ressaltar, porém, que essa análise univariada é insuficiente para se concluir algo sobre a hipótese de pesquisa, tendo em vista a necessidade de se considerar a análise multivariada (estimação do modelo de regressão) para avaliar a relevância estatística da variável de interesse com o controle dos efeitos da heterogeneidade individual e das variáveis de controle, concomitantemente.

A respeito das variáveis de controle, observa-se que o resultado com derivativos (*RsDer*) apresenta relação positiva com o tamanho (*Tam*) e a alavancagem (*Alav*). Entretanto, o grau de correlação apresenta valores baixos, o que pode ser explicado pelas variações positivas e negativas que os resultados com derivativos apresentam.

Tabela 5 – Estimação do modelo (3.1), com dados das companhias dos segmentos agropecuários e de alimentos processados listadas na B3, de 2010 a 2023

Modelo testado: $R_sDer_{i,t} = \beta_0 + \beta_1(LL-RsDer)_{i,t} + \beta_2Tam_{i,t} + \beta_3Alav_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$				
Variáveis	Pooled	EF Seccionais	EF Período	Duplo EF
<i>Const</i>	0,0147	-0,0058	0,1636	-0,0175
	(0,0300)	(0,7791)	(0,0253)	(0,5774)
<i>LL-RsDer</i>	-0,0447	-0,0607	-0,0479	-0,0575
	(0,0004)	(0,0001)	(0,0008)	(0,0010)
	***	***	***	***
<i>Tam</i>	-0,0006	0,0009	-0,0007	0,0018
	(0,1631)	(0,5228)	(0,1430)	(0,3901)
<i>Alav</i>	-0,0118	-0,0135	-0,0129	-0,0172
	(0,0006)	(0,0483)	(0,0003)	(0,0138)
	*	**	**	**
Nº de observações	249	249	249	249
Período	2010-2023	2010-2023	2010-2023	2010-2023
R ²	0,0976	0,2471	0,1550	0,3037
Estatística F	8,8324	3,0639	2,6606	2,4868
F (p-valor)	0,0000	0,0000	0,0007	0,0000

Em que: *RsDer* é o resultado com derivativos, relativizado pelos ativos totais; *LL-RsDer* é o lucro líquido antes do resultado com derivativos, relativizado pelos ativos totais; *Tam* é o tamanho da entidade medido pelo logaritmo natural dos ativos totais; e *Alav* é a alavancagem, relativizado pelos ativos totais.

Nível de significância: *** 1%, ** 5%, * 10%. P-valores ente parênteses.

Fonte: elaborada pelos autores.

No tocante à variável de interesse, em si, o lucro líquido antes dos efeitos dos derivativos (*LL-RsDer*) é positivamente associado ao tamanho das entidades (*Tam*). Em contrapartida, é menos relevante quanto maior for o índice de alavancagem (*Alav*). Isso sugere que empresas maiores e menos endividadas são mais rentáveis, antes dos efeitos dos resultados com derivativos.

Das correlações entre as variáveis independentes, nenhuma delas alcança o patamar de 0,8, considerado por Gujarati (2006) como indício de alto risco de multicolinearidade. Assim, as evidências empíricas indicam baixo risco de multicolinearidade entre as variáveis independentes, o que se traduz em um dos elementos de robustez dos achados.

4.3 Estimação de modelo

A etapa de testes empíricos que possui maior importância para a determinação a respeito dos resultados com instrumentos financeiros derivativos é realizada a partir das estimativas do modelo (3.1). Os resultados são consolidados na Tabela 5.

“A respeito das variáveis de controle, observa-se que o resultado com derivativos (*RsDer*) apresenta relação positiva com o tamanho (*Tam*) e a alavancagem (*Alav*). Entretanto, o grau de correlação apresenta valores baixos, o que pode ser explicado pelas variações positivas e negativas que os resultados com derivativos apresentam.”

Os resultados obtidos demonstram que a variável de interesse (*LL-RsDer*) possui relação negativa com a variável dependente (*RsDer*) nas quatro formas de estimação, o que determina a relação inversamente proporcional entre o lucro líquido antes da ação dos instrumentos financeiros derivativos e o resultado com derivativos. Tais resultados confirmam a premissa de que as companhias dos setores agropecuários e de alimentos processados da B3 utilizam instrumentos financeiros derivativos com o intuito de *hedge*, o que garante proteção de seus resultados, corroborando a hipótese *H₁*, ou seja, quanto menor (maior) o lucro líquido antes da ação dos instrumentos financeiros, maior (menor) o resultado com derivativos, indicando que esse promove a suavização do resultado final, protegendo-o de variações significativas.

Esses achados empíricos voltados às empresas pertencentes ao agronegócio brasileiro, listadas na B3, são compatíveis com aqueles obtidos por Sousa *et al.* (2021) com companhias do setor de materiais básicos, assim como por Galdi e Pereira (2007) em relação às instituições financeiras. Ademais, complementam as dis-

Tabela 6 – Empresas do agronegócio, por adoção do *hedge* contábil entre 2010 e 2023

Descrição	Quantidade de empresas	% em relação ao total de empresas	% em relação à adoção de <i>hedge</i> contábil
Adotam o <i>hedge</i> contábil	7	31,8%	100,0%
- De valor justo	-		-
- De fluxo de caixa	7		100,0%
- De investimento líquido no exterior	-		-
Não adotam o <i>hedge</i> contábil	15	68,2%	
Total	22	100,0%	

Fonte: elaborada pelos autores.

cussões que Perera *et al.* (2011) trazem a respeito dos riscos de entidades não financeiras utilizarem instrumentos financeiros derivativos com o intuito de especulação e não de proteção.

Em relação às variáveis de controle, observa-se que os resultados apontam a relação negativa da variável dependente (*RsDer*) com o nível de alavancagem (*Alav*), o que demonstra que companhias mais endividadas registram resultados menos expressivos com derivativos, podendo indicar menor frequência desses instrumentos financeiros por parte de tais entidades. Já a variável referente ao tamanho da entidade (*Tam*), não apresentou relação estatística relevante com a variável dependente (*RsDer*), o que pode ser explicado

pela variação pendular dos resultados com derivativos, decorrente da oscilação de valores dos ativos de referência dos derivativos.

4.4 – Adoção da contabilidade de *hedge*

Constatada a prática do uso de instrumentos financeiros derivativos com o fim de proteção, o denominado *hedge* econômico, a etapa seguinte consistiu em avaliar se as entidades da amostra utilizam a prerrogativa da contabilidade de *hedge*. Tendo em vista esse caráter facultativo e por possuírem uma maior complexidade para a sua documentação e registro, os dados revelam que essa prática foi adotada por menos de um terço das empresas que compõem a amostra, como destacado na Tabela 6.

Verifica-se que somente 31,8% das empresas analisadas aderem à contabilidade de *hedge*. Das empresas que realizam o *hedge* contábil, todas fazem o uso de *hedge* de fluxo de caixa, o que pode ser explicado pelo fato de as empresas que pertencem ao agronegócio estarem mais propensas aos riscos decorrentes de negociações de *commodities* em mercado exterior, tendo de lidar com as flutuações de valores de moeda estrangeira, assim como se encontram propensos a variações de preços no mercado nacional, devido a taxas de juros e inflação.

De forma geral, designam o *hedge accounting* de fluxo de caixa, tendo como instrumento de *hedge* operações de *swap*, a fim de proteger seu resultado contra variação cambial em suas operações, ou contratos a termo e opções, para que estipule e estagne o valor de suas *commodities*, mitigando os riscos de

oscilações. Assim, as variações nesses derivativos, decorrentes das oscilações de valores das *commodities* ou de flutuações de moeda estrangeira em suas transações, os objetos de *hedge* em questão, são contabilizadas no patrimônio líquido da empresa, quando normalmente seriam reconhecidas no resultado do período. Para o atendimento ao regime de competência, os ganhos e as perdas com derivativos, que são contabilizados em outros resultados abrangentes, são reclassificados para o resultado somente nos períodos em que as negociações e transações futuras, as quais deseja-se a proteção dos fluxos de caixa, afetem o resultado da empresa.

Se o número de empresas que adota a contabilidade de *hedge* é inferior a um terço das companhias da amostra, é importante salientar que mesmo em relação a essas entidades a prática nem sempre é persistente, conforme demonstra a Tabela 7.

Observa-se que três empresas realizaram o uso de *hedge* contábil durante todo o período analisado, o que dá a entender que tais entidades possuem um maior entendimento do funcionamento do instrumento, de forma que a contabilização de suas operações é realizada sem uma maior volatilidade nos resultados. Outras três empre-

sas aderiram ao *hedge accounting* durante três anos do período, sendo esses em períodos mais recentes ou nos últimos anos. É possível que apenas mais recentemente concluíram pela relação custo-benefício da adoção da contabilidade de *hedge*. Destaca-se a empresa Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A., que passou a divulgar o uso de contabilidade de *hedge* em suas demonstrações no ano de 2018 e não deu continuidade a partir de 2021. É possível que a adoção dessa prerrogativa contábil não tenha gerado benefícios relevantes à empresa.

Em termos consolidados, a combinação do percentual de empresas que utilizam o *hedge* contábil (32,8%) com a proporção dos períodos em que essa prerrogativa é adotada (67,9%) revelam que a proporção dos demonstrativos financeiros em que a contabilidade de *hedge* é utilizada alcança 22,3% das demonstrações financeiras examinadas.

Em síntese, os resultados demonstram que, de forma geral, as empresas do agronegócio brasileiro utilizam os instrumentos financeiros derivativos com o propósito de proteção, *hedge* econômico, mas a prática do *hedge* contábil é bem mais restrita, limitada a 22,3% das demonstrações financeiras examinadas.



Tabela 7 – Empresas do agronegócio que adotaram o *hedge* contábil entre 2010 e 2023

Empresas que adotam <i>hedge</i> contábil	Período de adoção	Número de períodos	% em relação ao período analisado
BRF S.A.	2010 a 2023	14	100,0%
São Martinho S.A.	2010 a 2023	14	100,0%
SLC Agrícola S.A.	2010 a 2023	14	100,0%
Marfrig Global Foods S.A.	2013 a 2023	11	78,6%
Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.	2018 a 2020	3	21,4%
JBS S.A.	2021 a 2023	3	21,4%
M. Dias Branco S.A.	2021 a 2023	3	21,4%
Média de períodos			67,9%
%Empresas (32,8%) x %Períodos (67,9%)			22,3%

Fonte: elaborada pelos autores.

5 Conclusões

Este estudo teve como objetivo examinar a utilização de instrumentos financeiros por parte das entidades financeiras do setor agropecuário com o propósito de proteção de seus resultados, denominado *hedge* econômico, e a adoção da contabilidade de *hedge*. Essa prerrogativa contábil pode ser utilizada para que a contabilização das ações de proteção não provoque flutuações indesejadas no resultado das entidades.

Tendo por base as informações financeiras de 2010 a 2023 de 22 empresas do segmento do agronegócio, listadas na B3, os resultados dos testes empíricos evidenciam, inicialmente, que os resultados com derivativos apresentam relação negativa e relevante com o lucro líquido antes dos efeitos desses derivativos, corroborando a premissa de que quanto maior (menor) o lucro líquido, sem a ação do instrumento financeiro, menor (maior) será o resultado com derivativos, mantendo os resultados da companhia estáveis. Essas evidências empíricas corroboram a hipótese de pesquisa H_1 , a qual presume que as empresas brasileiras que atuam no setor agropecuário utilizam derivativos com o intuito de proteção, confirmando a perspectiva do *hedge* econômico.

Na sequência, a análise da evidênciação do *hedge accounting* nas demonstrações financeiras revelou que um percentual relativamente baixo de empresas do agronegócio adota o *hedge accounting*, sendo constatado em pouco mais de 20% das demonstrações examinadas, e que essa prática se concentra especificamente no *hedge* de fluxo de caixa. Isso pode ser explicado pela preocupação com a variação de preços das *commodities*, com os consequentes impactos no fluxo de caixa e no resultado de tais entidades.

O conjunto dessas evidências empíricas demonstra que as empresas do agronegócio brasileiro utilizam instrumentos financeiros derivativos com o propósito de *hedge* econômico. Porém, a prática do *hedge* contábil é bem restrita, o que pode estar associado à relação custo-benefício da documentação dessa prerrogativa contábil.

Os achados contribuem para o desenvolvimento da literatura a respeito do tema, por explorar empiricamente o uso de instrumentos financeiros derivativos e a adoção de *hedge* contábil em segmento econômico tão relevante para a economia brasileira, o agropecuário, preenchendo esse *gap* de pesquisas. Além disso, oferece *insights* relevantes para a prática contábil e de gerenciamento de riscos, considerando a distinção dos efeitos do *hedge*

econômico e do *hedge accounting* nas informações financeiras.

Como limitações, destaca-se que algumas das entidades que compõem a amostra não divulgaram suas demonstrações financeiras durante todo o período analisado, o que reduziu o número de observações para os testes empíricos. A falta da padronização da divulgação do *hedge accounting* também se mostrou um fator limitador, na medida em que dificulta a exploração de fatores como a dimensão dos itens objeto de *hedge* e dos instrumentos de *hedge*, limitando a avaliação sobre quanto das carteiras está sendo protegida. Essa divulgação era bem limitada em várias demonstrações, impedindo uma análise mais ampla na pesquisa.

Para trabalhos futuros, sugere-se a ampliação de estudos que avaliem a adoção de *hedge* contábil, abordando e identificando os objetos e instrumentos de *hedge* mais recorrentes utilizados na estrutura de proteção, o que pressupõe superar a limitação de evidênciação destacada em relação às entidades do agronegócio. Também seria recomendável a realização de pesquisas que evidenciem o uso de derivativos como instrumento de *hedge* em outros segmentos econômicos, a fim de analisar as similaridades e distinções entre motivações para o uso desses instrumentos financeiros.

Referências

Alcântara, L. T. (2020). *Gerenciamento de riscos no agronegócio: um estudo empírico sobre a percepção dos produtores rurais do Distrito Federal, Goiás e entorno*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UnB].

Amaral, R. S. (2020). *Motivos que levam as instituições financeiras brasileiras a deixarem de utilizar a opção do hedge accounting* [Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie]. Biblioteca George Alexander.

Araújo, M. J. (2007). *Fundamentos de agronegócios*. (2ª ed. rev.). São Paulo: Atlas.

Baltagi, B. H. (2008). *Econometric Analysis of Panel Data*. 4th ed. Chichester, UK: John Wiley & Sons.

Batalha, M. O. (2021). *Gestão agroindustrial* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Atlas. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597028065>.

Buranello, R. (2021). *Direito aplicado ao agronegócio*. (Prefácio, pp 24-31). Paraná: Editora Thoth.

Capelletto, L. C., Oliveira, J. L., & Carvalho, L. N. (2007). Aspectos do *hedge accounting* não implementados no Brasil. *Revista de Administração da USP-RAUSP*, 42(4), 511-523

Castro, L. P. & Barboza, F. (2021). Eficiência do mecanismo do contrato futuro de operações de *hedge* em derivativos agropecuários: um estudo sobre a cana-de-açúcar. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 15(2), 17-35. Blumenau, SC.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). (2022). *Afinal, quanto o agronegócio representa no PIB brasileiro?* São Paulo, Universidade de São Paulo. Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/afinal-quanto-o-agronegocio-representa-no-pib-brasileiro.aspx#_ftnref1.

Climeni, L. A., & Kimura, H. (2008). *Derivativos financeiros e seus riscos*. São Paulo: Atlas.

Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (2007). *Enterprise risk management – COSO ERM. Integrated Framework*. New Jersey: AICPA.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (2015). *Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro* (1ª ed.). Rio de Janeiro: BM&F.

Costa, H. V. (2024). *Derivativos no Brasil: revisão de literatura e sugestões para pesquisas futuras*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Ciências Contábeis - UFU].

Dantas, J. A., Leite, G. B., & Teixeira, E. E. (2023). Determinantes da adoção do *hedge accounting* pelos bancos brasileiros. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 22(1), 1-17. Florianópolis, SC. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-766220233339>.

Davis, J. H. & Goldberg, R. A. (1957). *Concept of Agribusiness*. Boston: Harvard University.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). (2018). *Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira*. Brasília, DF: Agropensa.

Galdi, F. C., & Pereira, L. (2007). Fair Value dos Derivativos e Gerenciamento de Resultados nos Bancos Brasileiros: Existe Manipulação? *7º Encontro Brasileiro de Finanças*. Sociedade Brasileira de Finanças (SBFin).

Gambin, M. (2012). *Análise da Eficiência dos Derivativos Agropecuários na Gestão da Variabilidade de Preços*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS].

Gujarati, D. N. (2006). *Econometria Básica*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Hull, J. C. (2016). *Opções, futuros e outros derivativos*. (9ª ed). Porto Alegre: Bookman. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582603932>.

International Accounting Standards Board. (2009). IFRS 9 - Financial Instruments. Londres (UK): IFRS.

Jorion, P. (2003). *Value at Risk: A nova fonte de referência para a gestão do risco financeiro* (2ª ed.). São Paulo: BM&F.

Matias-Pereira, J. (2016). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Atlas.

Miceli, W. M. (2017). *Derivativos de Agronegócios: Gestão de Riscos de Mercado* (2ª ed.). São Paulo: Saint Paul Editora. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580041231>.

Nakao, S. H. (2017). *Contabilidade Financeira no Agronegócio*. São Paulo: Atlas. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597012156>

Parra, R. A. (2021). *Direito Aplicado ao Agronegócio* (Prefácio, pp 18-23). Paraná: Editora Thoth.

Pereira, M.R., Pereira, C. M., Silva, M. M., & Pinheiro L. E. T. (2017). Características econômicas de empresas e uso de *hedge accounting*: um estudo em empresas do setor de consumo não-cíclico listadas no novo mercado da BM&FBovespa. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(2), 74-87.

Perera, L. C. J., Reis Neto, C. R., & Alves, R. C. (2011). Derivativos e crise financeira: os custos da especulação no Brasil. O caso da Aracruz e da Sadia. *XVIII Congresso Brasileiro de Custos*.

Receputi, R. R. (2015). *Derivativos Agrícolas: Comparação do Mercado Americano e Brasileiro* [Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UnB].

Rosas, V. C., Leite, R. O. & Portugal, G. T. (2018). Determinantes para utilização de *Hedge Accounting*: Um estudo empírico em companhias brasileiras listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea*, 1(1),59-73.

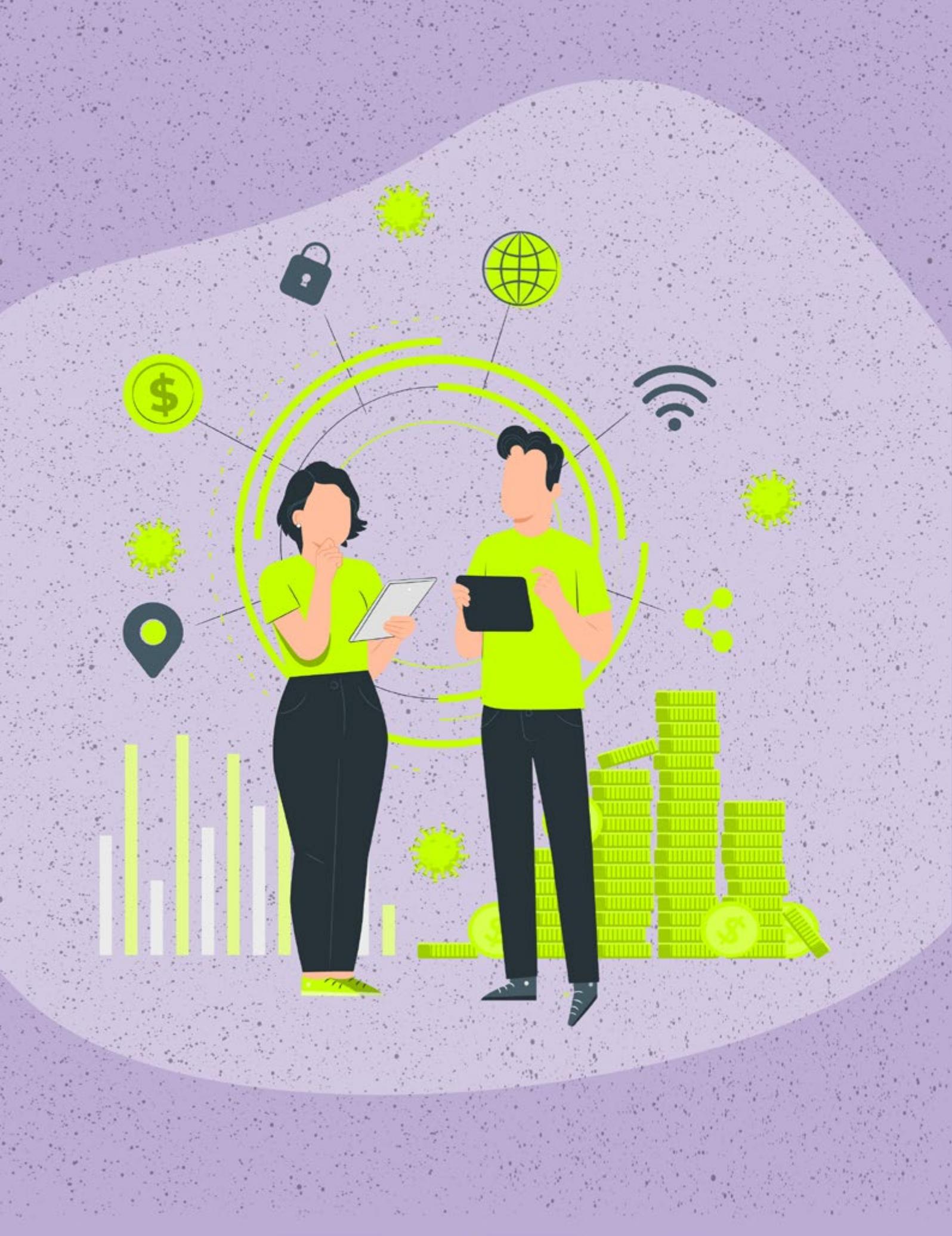
Silva, F. C. (2014). *Hedge accounting no Brasil*. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.

Sousa, R. R. C., Dantas, J. A. & Campos, L. A. (2021). Derivativos com finalidade de *hedge* ou especulação? Estudo com empresas de materiais básicos da B3. *Revista Inovar Contábil*, 2(1), 2-16. Rio Grande do Norte, RN.

Toledo Filho, J. R. D. (2006). *Mercado de capitais brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Cengage Learning Brasil. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522108190>.

Vieira, L. K., Silva, M. O. & Pinheiro, J. L. (2023). Análise das demonstrações financeiras de empresas que usaram derivativos do tipo *target forwards* na crise do subprime: os casos Sadia S.A. e Aracruz Celulose S.A. *Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 10(1), 62-79.





O uso de *proxies* nas auditorias financeiras

O uso de *proxies* nas auditorias financeiras pode gerar informações relevantes e confiáveis para os objetivos da auditoria. De modo similar ao uso de amostras, a utilização de *proxies* envolve cuidados que devem ser tomados pela equipe de auditoria. No presente artigo, discute-se o uso de indicadores inflacionários como *proxies* para apuração de desatualização dos valores de imóveis no setor público nacional. Os procedimentos realizados envolveram a simulação de Monte Carlo para avaliar a eficácia de indicadores inflacionários na mensuração de variações nos valores de imóveis em auditorias financeiras. Foram geradas séries aleatórias com 1.000 observações cada, sendo empregados indicadores inflacionários e indicadores do mercado imobiliário nacional. Os resultados sinalizam que os indicadores inflacionários foram eficazes na estimação de distorções relacionadas à desatualização de bens imóveis no mercado brasileiro, especialmente em períodos de curto prazo e em ambientes com incertezas, como durante a pandemia da Covid-19. O uso de *proxies*, como os indicadores inflacionários, é relevante para auxiliar os auditores na estimação de distorções não factuais, sendo uma alternativa com boa relação custo-benefício para avaliar o valor de itens patrimoniais.

Janilson Antonio da Silva Suzart

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). É pesquisador no Instituto de Contabilidade Pública e Democracia (ICPD).
E-mail: suzart@suzart.cnt.br

Diones Gomes da Rocha

Pós-doutor em Contabilidade Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Doutor em em Administração Pública e Governo - EASP/FGV. É auditor federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União (TCU).
E-mail: dionesgr222@hotmail.com

Robson Zuccolotto

Doutor em Controladoria e Contabilidade Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Atua como professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
E-mail: robsonzuccolotto@gmail.com

1 Introdução

Independentemente do tipo de auditoria, o auditor busca evidências relacionadas ao objeto auditado para fundamentar suas conclusões. Evidências são informações capazes de auxiliar o auditor a entender as principais situações que envolvem o tema da auditoria e a concluir a sua adequabilidade (ou não) em relação ao critério utilizado para análise. A informação pode estar direta ou indiretamente relacionada com o objeto auditado.

Em termos de auditoria financeira, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA) 500 (Revisão 1 – R1) – Evidências de Auditoria, discute os principais as-

pectos relacionados a esse tema, a partir da definição de evidências de auditoria, passando por suas características e concluindo com o tratamento, pelo qual o auditor é responsável, para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes para a fundamentar a sua opinião (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b).

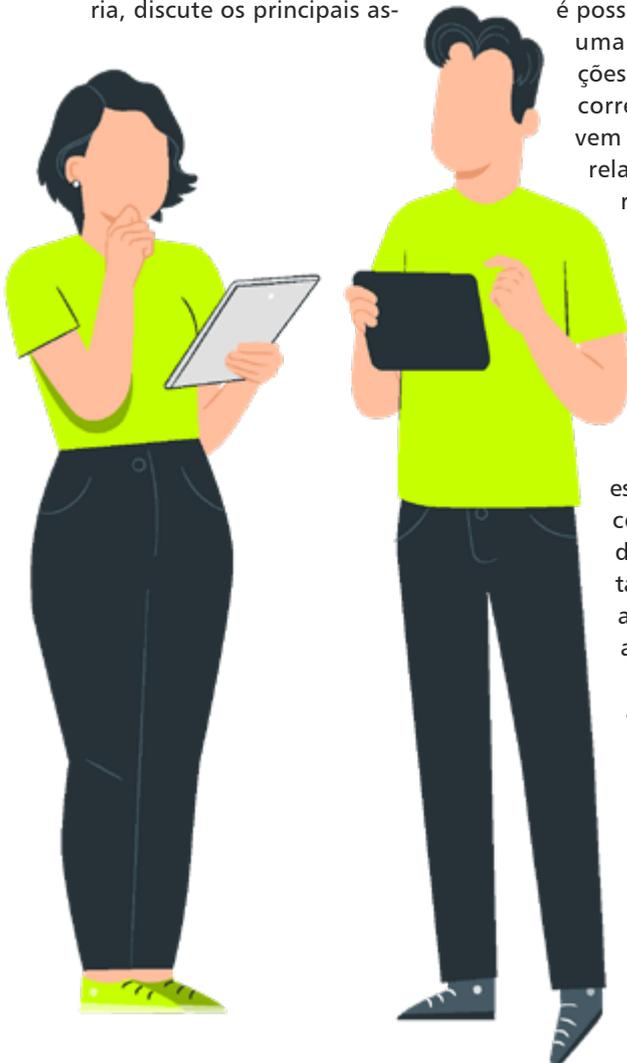
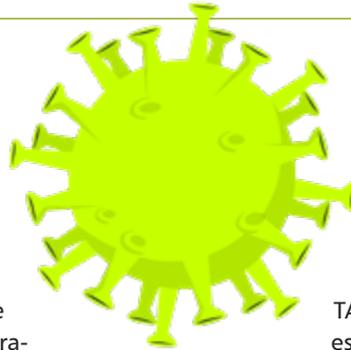
De igual maneira aos demais tipos de auditoria, não é incomum que o auditor financeiro tenha dificuldades quanto à avaliação das evidências encontradas ao longo da execução dos trabalhos de auditoria. Em algumas situações, não é possível trabalhar com toda uma população de transações, e o auditor precisa recorrer a amostras, que devem ser representativas em relação à população, para realizar o cálculo da distorção. Em outras palavras, quando não é possível trabalhar com a população, o auditor encontra dificuldades para definir parâmetros capazes de permitir uma estimativa de mensuração confiável para um item das demonstrações contábeis e tem que recorrer a uma *proxy* para estimar a distorção.

Proxy, em termos de auditoria, refere-se a um indicador ou uma medida substitutiva que os auditores utilizam para inferir informações sobre o objeto auditado quando o real parâmetro não pode ser diretamente observável ou mensurável. As

proxies são utilizadas quando é difícil ou impossível obter evidências diretas. Um destaque importante é que as NBC TA possuem uma norma específica para o tratamento de amostras (a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria), mas não possuem norma exclusiva para tratar as questões sobre o uso das *proxies* nas auditorias financeiras.

A ausência de norma pode trazer dúvidas quanto ao uso de *proxies*, mas com os conceitos e as definições oriundos das NBC TA, o auditor financeiro pode obter evidências apropriadas e suficientes sobre distorções estimadas com o uso de *proxies*. Por exemplo, quando se está avaliando a mensuração de imóveis no setor público, nem sempre haverá disponibilidade de informações sobre o mercado daqueles imóveis, quer seja por sua localização, quer seja pelas demais características do imóvel.

O uso de *proxies* para mensurar o valor de um imóvel é um bom exemplo do uso de tais valores nos trabalhos de auditoria financeira. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP) 07 – Ativo Imobilizado, os imóveis podem ser mensurados pelo modelo de custo ou pelo modelo de reavaliação (Conselho Federal de Contabilidade, 2017). Quando os imóveis são mensurados pelo modelo de custo, o valor justo desses imóveis é necessário em testes de redução ao valor recuperável (de acordo com as NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa e NBC TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa). Quando mensurados pelo modelo de reavaliação, o valor contábil dos imóveis será o seu respectivo valor justo.



“*Proxy*, em termos de auditoria, refere-se a um indicador ou uma medida substitutiva que os auditores utilizam para inferir informações sobre o objeto auditado quando o real parâmetro não pode ser diretamente observável ou mensurável.”



De acordo com a NBC TSP 07 (Conselho Federal de Contabilidade, 2017): “O valor justo de terrenos e edificações é normalmente determinado a partir de evidências baseadas no mercado, por meio de avaliações”, as quais podem ser obtidas pela contratação de profissionais específicos e qualificados ou obtidas nos preços correntes de mercado. Na ausência de um mercado ativo e líquido para imóveis, “o valor justo do item pode ser estabelecido com referência a outros itens com características semelhantes, em circunstâncias e locais semelhantes.” (Conselho Federal de Contabilidade, 2017).

Nota-se que a própria norma contábil admite o uso de uma *proxy* para estimar o valor de um imóvel. Tal uso não é restrito apenas aos elaboradores das demonstrações contábeis, podendo ser aplicada a mesma lógica pelos auditores financeiros, quando não for possível obter o valor justo diretamente da observação dos valores do mercado ou quando não utilizar o trabalho de especialistas, nos moldes previstos na NBC TA 620 –

Utilização do Trabalho de Especialistas. O uso das *proxies* também não se limita apenas a itens idênticos, ou seja, é possível o uso de indicadores relacionados com itens diferentes, desde que sejam capazes de capturar as variações de valor do item que está sendo avaliado.

A partir da discussão anteriormente apresentada, o presente artigo possui como questão central a seguinte: **Qual o nível de eficácia do uso de indicadores inflacionários para mensurar variações nos valores de imóveis nos trabalhos de auditoria financeira?** O objetivo do artigo é avaliar se as distorções calculadas a partir do uso de indicadores inflacionários (*proxies*) diferem (ou não) estatisticamente daquelas calculadas a partir de indicadores específicos das variações dos valores de imóveis. Tal situação decorre de uma necessidade prática do setor público nacional, pois, na maioria das vezes, não estarão disponíveis indicadores específicos para a localidade e/ou outras características específicas do imóvel avaliado.

O presente artigo é composto de cinco partes, além da introdu-

ção ora apresentada. A segunda, destina-se à apresentação das discussões sobre as evidências e as *proxies* no contexto da auditoria financeira. Na terceira, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa. A quarta e a quinta partes, destinam-se à apresentação dos principais resultados e das considerações finais da pesquisa, respectivamente.

2 Evidências em auditoria financeira

Evidências são informações usadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões de auditoria, obtidas diretamente dos registros contábeis subjacentes e em outras fontes informacionais (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Nas auditorias financeiras, as evidências se relacionam com a identificação de que as demonstrações contábeis estão, ou não, livres de distorções relevantes. Essas informações resumem as situações identificadas pela equipe de auditoria, ao longo da execução, que fornecem comprovação da presença ou ausência de distorções em itens das demonstrações contábeis.

A formação da opinião do auditor é diretamente afetada pelas evidências que foram obtidas durante a auditoria. Evidências bem fundamentadas propiciam a formação de uma base confiável para que o auditor expresse a opinião de auditoria, ou seja, para que ele consiga concluir se há distorções relevantes e com que intensidade elas afetam o conjunto das demonstrações contábeis.

De acordo com a NBC TA 500 (R1) (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b), a qualidade de uma auditoria depende da suficiência e da adequação das evidências obtidas pelo auditor. Suficiência se relaciona com a quantidade de evidências de auditoria, que irá depender da avaliação dos riscos de distorção pelo auditor (quanto maior o risco avaliado, maior probabilidade de maior quantidade de evidência), para formar uma base razoável para conclusões e opiniões. Adequação se relaciona com a qualidade das evidências, isto é, essas devem ser relevantes e confiáveis para sustentar as conclusões e opiniões.

Quando trata da adequação das evidências de auditoria, a NBC TA 500 (R1) destaca que essas devem ser relevantes e confiáveis (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b).

A relevância se relaciona com as afirmações e os objetivos do procedimento de auditoria, isto é, uma evidência de auditoria será relevante se fornecer suporte direto para as conclusões do auditor sobre a área avaliada. A relevância de uma evidência de auditoria está relacionada à capacidade dessa em ajudar o auditor a formar uma opinião sobre se as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

A confiabilidade se relaciona com o grau de confiança que o auditor pode ter na evidência de auditoria. A confiabilidade depende da fonte e da natureza da evidência, bem como das circunstâncias sob as quais ela foi obtida.

As evidências de auditoria podem ser originadas de fontes internas ou externas, além da observação direta da equipe de auditoria. As fontes internas incluem documentos e registros da entidade auditada, como relatórios, contratos, documentos etc. As fontes externas incluem confirmações de terceiros, relatórios de especialistas e informações obtidas de fontes independentes em relação à entidade auditada. Por meio das observa-

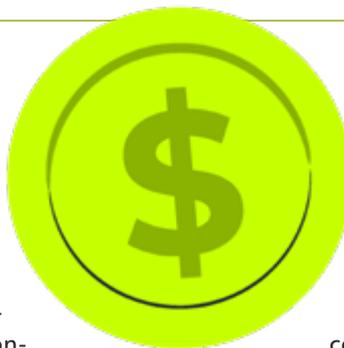
ções, a equipe de auditoria coleta diretamente as informações, como, por exemplo, nas inspeções físicas e observações de processos.

Considerando-se a fonte, em geral, evidências de auditoria obtidas de fontes independentes e externas são consideradas mais confiáveis do que aquelas obtidas internamente. Tendo em conta a natureza, evidências documentais são geralmente mais confiáveis do que evidências orais. De igual modo, as evidências originadas de sistemas de informação robustos são mais confiáveis do que aquelas de sistemas fracos.

As evidências de auditoria são resultantes da aplicação dos procedimentos escolhidos na etapa de planejamento, tais como: inspeção, observação, indagação, confirmação externa, recálculo, reexecução e procedimentos analíticos, aplicados isolados ou em conjunto. A NBC TA 500 (R1) destaca que o auditor pode usar evidências obtidas em auditorias anteriores, desde que verifique se ainda são relevantes e confiáveis para a auditoria atual (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b).

Conforme já apresentado, as evidências de auditoria financeira estão relacionadas com a identificação da presença ou da ausência de distorções relevantes nas demonstrações contábeis. Por distorção, entende-se "a diferença entre o valor divulgado, classificação, apresentação ou divulgação de um item nas demonstrações contábeis e o valor, classificação, apresentação ou divulgação que é requerido" pela "estrutura de relatório financeiro aplicável." (Conselho Federal de Contabilidade, 2016a).

As distorções podem ser originadas em erros ou fraudes.



A NBC TA 450 (R1) – Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria descreve que “pode ser útil distinguir entre distorção factual, distorção de julgamento e distorção projetada.” (Conselho Federal de Contabilidade, 2016a).

A distorção factual “é aquela que não deixa dúvida” (Conselho Federal de Contabilidade, 2016a), como, por exemplo, a ausência de reconhecimento de um bem imobilizado adquirido no exercício. A distorção de julgamento se relaciona com as escolhas do elaborador das demonstrações contábeis sobre “reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação”, quando as NBC TSP permitem mais de uma alternativa (Conselho Federal de Contabilidade, 2016a). Por exemplo, a escolha do modelo de custo para avaliação de obras de arte, um dos modelos possíveis para a mensuração do imobilizado segundo a NBC TSP 07, pode não ser adequado quando no acervo existem obras de artistas renomados. Distorção projetada “é a melhor estimativa do auditor de distorções em populações, envolvendo a projeção de distorções identificadas em amostras [...]” (Conselho Federal de Contabilidade, 2016a). Por exemplo, ao calcular a taxa de desvio das distorções encontradas em relação a uma amostra de contas a receber, o auditor aplica o percentual da taxa de desvio para toda a população de contas a receber, obtendo a distorção projetada.

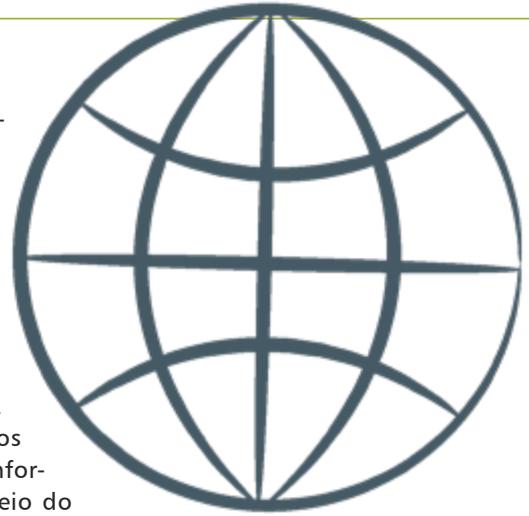
As informações sobre as distorções constituem as principais evidências nos trabalhos de auditoria financeira. Embora as NBC TA não utilizem o termo *proxies* diretamente, as normas fornecem diretrizes sobre o uso de estimativas, indicadores e outras formas de evidência indireta que podem ser consideradas *proxies* na prática. Desse modo, pode-se afirmar que o uso das *proxies* propiciaria a obtenção de distor-

ções projetadas, não por estarem relacionadas ao uso de amostras, mas por não serem distorções factuais.

Um exemplo do uso de *proxies* em auditoria financeira é a aplicação de procedimentos analíticos, à luz da NBC TA 520 – Procedimentos Analíticos. Os procedimentos analíticos envolvem a avaliação de informações financeiras por meio do estudo de relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros (Conselho Federal de Contabilidade, 2009). Isso pode incluir o uso de *proxies* como indicadores de desempenho operacional para avaliar a razoabilidade de saldos contábeis. Por exemplo, métricas de desempenho operacional, como a taxa de produção ou a taxa de erro, podem ser utilizadas como *proxies* para avaliar a eficiência dos processos internos e calcular a razoabilidade das perdas reconhecidas na produção de materiais para a distribuição gratuita.

Outro exemplo é a avaliação das estimativas contábeis, à luz da NBC TA 540 (R2) – Auditoria de Estimativas Contábeis, Inclusive do Valor Justo, e Divulgações Relacionadas. A taxa média anualizada da efetiva recuperabilidade dos créditos a receber pode ser utilizada como *proxy* para avaliar a razoabilidade dos saldos do ajuste para perdas e dos créditos a receber, por exemplo.

O uso de *proxies* não é limitado às auditorias financeiras. Nas auditorias operacionais, as *proxies* podem ser usadas para avaliar a eficiência e a eficácia de programas e atividades governamentais, pois indicadores substitutos podem ser utilizados quando dados diretos não estão disponíveis (International Organization of Supreme Audit Institutions, 2019a). Na auditoria de conformidade, as *proxies* podem ajudar a avaliar se uma entidade



está cumprindo leis e regulamentos aplicáveis, especialmente quando a evidência direta é limitada (International Organization of Supreme Audit Institutions, 2019b).

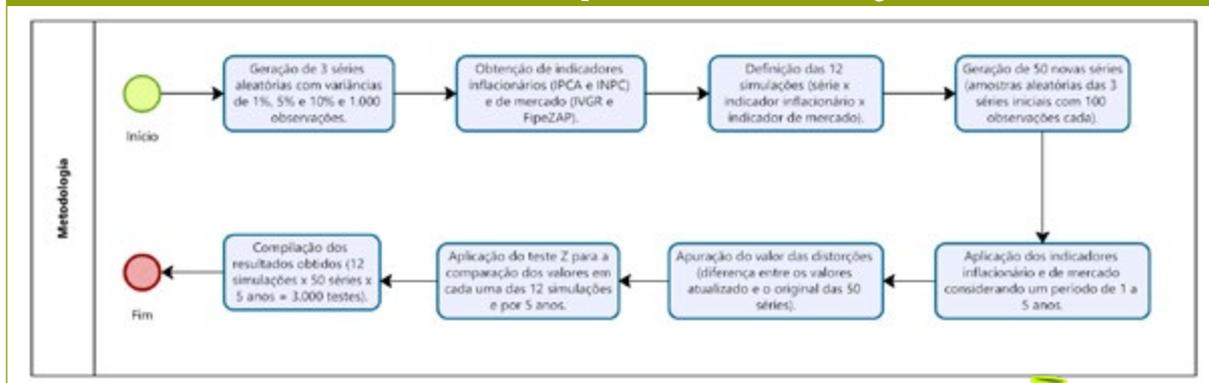
O uso das *proxies* somente é recomendável quando tal uso é capaz de gerar informações relevantes para os objetivos da auditoria e sejam provenientes de fontes confiáveis. As informações também devem ser consistentes e os resultados devem ser comparados com outras evidências coletadas.

De acordo com a NBC TA 500 (R1), o auditor deve documentar os procedimentos de auditoria realizados, as evidências obtidas e as conclusões alcançadas (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). No caso de uso de *proxies*, esse uso deve ser bem documentado, incluindo a justificativa para sua utilização e a metodologia aplicada.

3 Metodologia

A partir do objetivo de avaliar o nível de eficácia de indicadores inflacionários para mensurar variações nos valores de imóveis nos trabalhos de auditoria financeira, foi escolhido o método de Monte Carlo para a realização de simulações. Em síntese, o Quadro 1 apresenta um resumo da metodologia que será detalhada na continuação.

Quadro 1 – Resumo dos procedimentos metodológicos



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A simulação de Monte Carlo é uma técnica computacional que utiliza números aleatórios para simular uma vasta gama de cenários possíveis de um sistema ou processo, permitindo a análise de sua variabilidade e comportamento sob diferentes condições. Segundo Walter e Barke (2014), a ideia básica da simulação de Monte Carlo é propor iterativamente uma pequena mudança aleatória em uma configuração inicial, gerando diversas configurações para a realização de um teste.

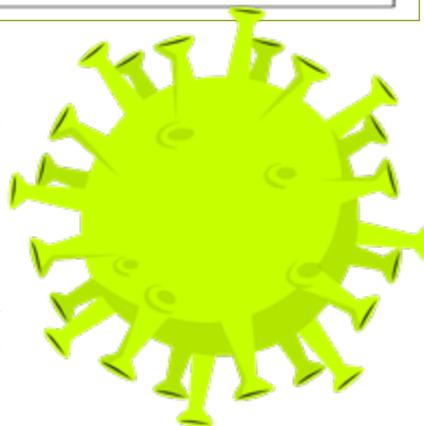
No primeiro momento, foram geradas três séries aleatórias com 1.000 observações cada. Assim, cada série simula os valores dos imóveis reconhecidos na demonstração contábil que estaria sendo auditada em um determinado exercício. As séries devem apresentar apenas valores positivos, gerados no intervalo entre 1 e 1.000.000, com distribuição normal. As três séries possuem uma variância de 1%, 5% e 10% em relação à média, respectivamente.

Em relação aos indicadores inflacionários, foram selecionados os seguintes: (i) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e (ii) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo IBGE. Em relação aos indicadores específicos do mercado imobiliário, foram selecionados os seguintes: (i) Índice de Va-

lores de Garantia de Imóveis Residenciais (IVGR), apurado pelo Banco Central do Brasil (BCB); e (ii) Índice FipeZAP, (FipeZAP, doravante), apurado pelo Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

É importante destacar que, no Brasil, não há um indicador específico para analisar a variação dos valores dos imóveis para as entidades do setor público. Desse modo, o uso dos indicadores IVGR e FipeZAP consiste na utilização de *proxies*, de igual maneira, ao uso dos indicadores inflacionários. Contudo, para fins de comparação, os indicadores específicos do mercado imobiliário foram utilizados como referência para comparar o comportamento da aplicação dos indicadores inflacionários como *proxies*.

Os indicadores IVGR e FipeZAP são considerados *proxies*, não apenas por não se relacionarem com o mercado de imóveis do setor público, mas por conta das suas particularidades. O IVGR está relacionado apenas aos imóveis residenciais que foram transacionados com o uso de financiamento bancário, o que exclui os valores transacionados à vista. Ademais, para o IVGR, o valor dos imóveis se refere ao seu uso como garantia nas operações de alienação fiduciária ou de hipoteca residencial, o que pode afetar a mensuração que seria feita em um livre mercado. O FipeZAP está rela-



cionado com os valores que foram pedidos pelos vendedores e não pelo valor final da transação, refletindo apenas as expectativas de valores dos vendedores e não as dos compradores. O valor final de um bem em um mercado livre é definido pela intersecção das expectativas de valores dos vendedores e as dos compradores. Ademais, o FipeZAP não tem abrangência nacional, cobrindo apenas algumas cidades brasileiras.

Os dados sobre os indicadores selecionados foram obtidos nos sítios eletrônicos das respectivas entidades responsáveis por suas apurações, para um período entre os anos de 2018 e 2023, em bases anuais. Como se referem a números-índice, a variação dos indicadores no ano $x + 1$ é obtida a partir da comparação do indicador no ano em análise ($x + 1$) e o indicador do ano anterior ($x + 0$). Desse modo, resultou em um total de cinco períodos para análise.

No segundo momento, foram geradas 50 séries (amostras aleatórias com 100 observações cada, sorteadas a partir das três séries geradas inicialmente) para cada uma das dozes simulações realizadas e para cada um dos cinco períodos analisados (3.000 amostras no total). As séries geradas se referem à aplicação dos indicadores nas séries originalmente simuladas, considerando os intervalos temporais de um a cinco anos. A ideia é avaliar a aplicação dos indicadores, tendo em conta uma desatualização dos valores dos imóveis de um a cinco anos, respectivamente. Por exemplo, se a auditoria financeira fosse realizada nas demonstrações contábeis do exercício de $x + 3$, uma desatualização de dois anos, significa que os valores de imóveis se referem a $x + 1$ (ano da última reavaliação).

Nas simulações, foi assumido que o modelo de reavaliação era o utilizado pela entidade auditada, conforme descrito na NBC TSP 07. Contudo, os resultados das simulações são válidos também se se tratasse da aplicação de testes de redução ao valor recuperável, na questão de apuração do valor justo dos imóveis, à luz das NBC TSP 09 e 10.

Na Tabela 1, é apresentada a composição de cada uma das simulações realizadas:

Depois da formação das séries a serem comparadas, foram computadas as distorções considerando a diferença entre os valores originalmente simulados e aqueles obtidos pela aplicação dos indicadores do mercado imobiliário. Conforme explicado anteriormente, a aplicação dos indicadores do mercado imobiliário foi tida como a melhor estimativa disponível, ainda que, na prática, tal aplicação seja também o uso de uma *proxy* tal qual a aplicação de um indicador inflacionário.

Na sequência, apuraram-se as distorções que foram obtidas com o uso dos indicadores inflacionários.



Tabela 1 – Composição das simulações

Simulação	Indicador do mercado imobiliário	Indicador inflacionário	Desvio-padrão da série inicial
Simulação 01	IVGR	IPCA	1%
Simulação 02			5%
Simulação 03			10%
Simulação 04		INPC	1%
Simulação 05			5%
Simulação 06			10%
Simulação 07	FipeZAP	IPCA	1%
Simulação 08			5%
Simulação 09			10%
Simulação 10		INPC	1%
Simulação 11			5%
Simulação 12			10%

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das séries geradas relacionadas com a população

Séries	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Assimetria	Curtose
Série 1%	2,75x10 ⁷	4,78x10 ⁷	3,72x10 ⁷	4,53x10 ⁶	0,174	2,275
Série 5%	1,37x10 ⁸	2,22x10 ⁸	1,66x10 ⁸	1,93x10 ⁷	0,619	3,228
Série 10%	2,67x10 ⁸	4,39x10 ⁸	3,28x10 ⁸	3,85x10 ⁸	0,668	3,385

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

O total das distorções, obtido pela aplicação dos indicadores inflacionários, foi comparado com o total obtido pela aplicação dos indicadores do mercado imobiliário, considerando-se um intervalo de confiança. Como se tratava de uso de *proxies*, a comparação indicada seria a estatística, ou seja, verificar se o valor obtido estava em intervalo específico e não seria um valor pontual matemático. Foi utilizado um erro tolerável de 1% do valor total das séries inicialmente simuladas (pois representaria o saldo da conta de imóveis), o valor da distorção obtida pela aplicação do indicador do mercado imobiliário (pois representaria a melhor estimativa disponível) e o valor da

distribuição Z para um intervalo de confiança de 95%.

Finalmente, os resultados obtidos em cada uma das doze simulações foram comparados e organizados. Também houve a realização de testes para a detecção da normalidade das séries. Toda a geração aleatória das séries e os demais cálculos e testes estatísticos foram realizados com o apoio do aplicativo Stata, versão 17.

4 Resultados

Na Tabela 2, são apresentadas as estatísticas descritivas das séries iniciais utilizadas nas simulações de Monte Carlo.

Nota-se que as séries geradas, cada uma com 1.000 observações, atenderam aos pré-requisitos da simulação. De acordo com os resultados do teste de Shapiro-Francia (Shapiro & Francia, 1972), para detecção de normalidade, as três séries possuem distribuição normal. Assim sendo, foi empregada a distribuição normal padronizada (distribuição Z) para o cálculo dos intervalos de confiança (isto é, foi empregado o teste Z para comparação dos valores). Na continuação, são apresentados, na Tabela 3, os valores médios das distorções calculadas a partir do uso dos indicadores.

Em relação aos indicadores do mercado imobiliário, percebe-se que o IVGR gerou as estimativas mais conservadoras (menor valor para a atualização dos imóveis), com exceção do período de cinco anos, em valores nominais. Em relação aos indicadores inflacionários, o INPC gerou as estimativas mais conservadoras, nos três primeiros períodos. É importante destacar que os exercícios de 2020 e 2021 (e com algum impacto nos anos seguintes) foram afetados pela pandemia do coronavírus (Covid-19), o que afetou o desempenho econômico e a percepção dos participantes de diversos mercados, como, por exemplo, o mercado imobiliário. A Tabela 4 apresenta a comparação das séries para um período de cinco anos.

Conforme explicado no item sobre a metodologia do presente artigo, os indicadores do mercado imobiliário foram considerados a referência para a comparação da eficiência dos indicadores inflacionários, no cálculo das distorções em uma auditoria financeira. Para isso, foram calculadas as distorções que seriam obtidas pelo uso da aplicação do indicador do mercado imobiliário e o intervalo de confiança a um nível de 95%. Desse modo, quando o valor da distorção calculado com o uso do indicador inflacionário estava dentro

Tabela 3 – Distorções médias estimadas nas simulações

Indicador – Série	Ano				
	1	2	3	4	5
IVGR – Série 1%	1,19x10 ⁶	1,78x10 ⁶	4,23x10 ⁶	7,96x10 ⁶	1,02x10 ⁷
IVGR – Série 5%	5,31x10 ⁶	7,95x10 ⁶	1,89x10 ⁷	3,56x10 ⁷	4,56x10 ⁷
IVGR – Série 10%	1,05x10 ⁷	1,57x10 ⁷	3,72x10 ⁷	7,00x10 ⁷	8,98x10 ⁷
FipeZAP – Série 1%	1,90x10 ⁶	4,32x10 ⁶	6,52x10 ⁶	8,12x10 ⁶	8,12x10 ⁶
FipeZAP – Série 5%	9,87x10 ⁶	1,93x10 ⁷	2,91x10 ⁷	3,63x10 ⁷	3,63x10 ⁷
FipeZAP – Série 10%	1,68x10 ⁷	3,80x10 ⁷	5,73x10 ⁷	7,14x10 ⁷	7,15x10 ⁷
IPCA – Série 1%	1,72x10 ⁶	3,98x10 ⁶	8,12x10 ⁶	1,02x10 ⁷	1,22x10 ⁷
IPCA – Série 5%	7,68x10 ⁶	1,77x10 ⁷	3,63x10 ⁷	4,54x10 ⁷	5,45x10 ⁷
IPCA – Série 10%	1,51x10 ⁷	3,50x10 ⁷	7,14x10 ⁷	8,95x10 ⁷	1,07x10 ⁸
INPC – Série 1%	1,38x10 ⁶	3,67x10 ⁶	7,83x10 ⁶	1,03x10 ⁷	1,24x10 ⁷
INPC – Série 5%	6,16x10 ⁶	1,64x10 ⁷	3,50x10 ⁷	4,59x10 ⁷	5,54x10 ⁷
INPC – Série 10%	1,21x10 ⁷	3,23x10 ⁷	6,89x10 ⁷	9,05x10 ⁷	1,09x10 ⁸

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Tabela 4 – Comparação entre os indicadores inflacionários e os do mercado imobiliário

Simulação – Indicador de referência	Ano				
	1	2	3	4	5
01 – IVGR x IPCA	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
02 – IVGR x IPCA	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
03 – IVGR x IPCA	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
04 – IVGR x INPC	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
05 – IVGR x INPC	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
06 – IVGR x INPC	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
07 – FipeZAP x IPCA	No intervalo	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
08 – FipeZAP x IPCA	No intervalo	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
09 – FipeZAP x IPCA	No intervalo	No intervalo	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
10 – FipeZAP x INPC	No intervalo	Subavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
11 – FipeZAP x INPC	No intervalo	Subavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação
12 – FipeZAP x INPC	No intervalo	Subavaliação	Superavaliação	Superavaliação	Superavaliação

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

do intervalo de confiança, o resultado foi considerado “no intervalo”. Quando o valor obtido com o uso do indicador inflacionário ultrapassou o intervalo, o resultado foi con-

siderado “superavaliação”. Quando o contrário, ou seja, o valor do indicador inflacionário foi inferior ao intervalo, o resultado foi considerado como “subavaliação”.

“As simulações realizadas adotaram como premissa que todos os valores reconhecidos estavam desatualizados no período. Tal premissa é possível, porém, pode não corresponder a uma parcela significativa dos casos que serão encontrados no mundo real em uma auditoria financeira.”

Em cada simulação foram geradas 50 séries com 1.000 observações cada. Em todas as simulações, observou-se que a variação de comportamento aconteceu apenas entre as mudanças de períodos, não havendo divergência dentro de um mesmo período. Em relação às comparações com o IVGR, verificou-se que os indicadores inflacionários foram eficientes apenas no primeiro período, gerando valores acima do intervalo de confiança nos demais períodos analisados. Em relação às comparações com o FipeZAP, verificou-se que os indicadores inflacionários foram eficientes nos dois primeiros períodos, destacando-se que as distorções estimadas com o uso do INPC, no segundo período, foram mais conservadoras do que a aplicação do indicador FipeZAP.

Tais resultados conduzem a discussões interessantes. Inicialmente, é importante destacar que a escolha de exercícios que foram afetados por grandes variações causadas pelas consequências socioeconômicas da Covid-19 e a obtenção de eficácia dos indicadores inflacionários, ainda que em períodos mais curtos, demonstram que o auditor deve avaliar sempre as condições específicas de cada entidade e/ou classe de itens patri-

moniais que será avaliada, não elegendo a aplicação desse ou daquele indicador como ‘verdade absoluta’.

Conforme descrito, o uso de indicadores IVGR e FipeZAP é, na prática, a aplicação de *proxies* em uma auditoria financeira no setor público, pois esses indicadores são obtidos em mercados que podem apresentar comportamentos diferentes do mercado de imóveis do setor público nacional.

A eficácia dos indicadores inflacionários não deve ser entendida como ‘mero golpe de sorte’, mas deve ser analisada a técnica contábil que a envolve. Em um passado não tão remoto (mais precisamente até os primeiros anos da década de 1990), algumas entidades brasileiras aplicavam uma técnica contábil chamada correção monetária, que, de modo resumido, implicava a aplicação de indicadores inflacionários para atualizar os valores de alguns itens das demonstrações contábeis do exercício anterior. A vantagem da técnica é que ela era mais prática, rápida e barata do que aplicação de uma reavaliação de itens patrimoniais, isto é, o valor do item era corrigido median-



te a aplicação do indicador inflacionário. Observou-se que em períodos curtos o uso do indicador inflacionário foi tão eficaz quanto a aplicação do indicador do

mercado imobiliário, o que atesta a sua aplicabilidade para fins de auditoria financeira.

As simulações realizadas adotaram como premissa que todos os valores reconhecidos estavam desatualizados no período. Tal premissa é possível, porém, pode não corresponder a uma parcela significativa dos casos que serão encontrados no mundo real em uma auditoria financeira. É possível que apenas uma parcela dos imóveis esteja desatualizada, o que aumentaria a eficácia dos indicadores inflacionários. O intervalo de confiança adotado considerou o erro tolerável de 1% do saldo da conta imobilizada. À medida que o volume de itens desatualizados diminua (ou seja, é menor do que o 100% utilizado na simulação) ou o erro tolerável aumenta (maior do que 1%), aumentam-se as chances de as distorções calculadas com o uso dos indicadores inflacionários ficarem dentro do intervalo de confiança, até mesmo para períodos mais longos.

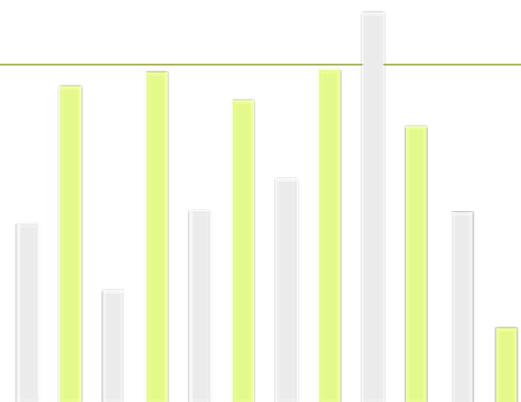
Outro aspecto a ser destacado é que, em condições normais de 'temperatura e pressão', espera-se que bens como imóveis funcionem como reserva de valor, ou seja, preservem o poder de compra do capital investido. Desse modo, os indicadores inflacionários podem capturar a movimentação regular da mudança nos preços dos imóveis, visto que esses preços irão refletir, entre outras coisas, os aumentos ou as reduções do poder de compra da moeda local. Assim, ainda que no setor público a preocupação seja com a manutenção da capacidade de prestação de serviços ou fornecimento de bens para a população (e não a manutenção do poder de compra do capital investido), os custos para a manutenção, ampliação ou construção de bens imóveis irão ser impactados pelas mudanças do poder de compra da moeda local.

Dentre os indicadores utilizados na presente pesquisa, é necessário destacar que o IVGR naturalmente seria aquele que geraria as menores estimativas. Além das características específicas desse indicador, conforme destacado no item sobre a metodologia, é importante ressaltar que, nesse indicador, o valor dos imóveis não é exatamente o valor de mercado daqueles bens, mas uma avaliação feita sob a ótica de inadimplemento futuro dos contratos de empréstimos. Como os

imóveis são a principal garantia da operação de crédito, naturalmente, o valor de avaliação reflete aquele que será obtido pela instituição de crédito quando de sua tomada, após certo período de inadimplência do devedor. Assim, o valor do imóvel, enquanto garantia, representa um valor com deságio, ou seja, o seu valor justo na data da operação de crédito menos as prováveis perdas oriundas do uso (que em alguns casos podem ser aceleradas), dos custos para a cobrança e tomada de posse do imóvel e das despesas relacionadas ao imóvel que não tenham sido quitadas pelo contratante da operação de crédito (taxas condominiais, por exemplo).

Sendo o IVGR o indicador que naturalmente geraria as menores estimativas, não seria ele a escolha mais conservadora em uma auditoria financeira no setor público brasileiro? A resposta é não, pois o auditor financeiro busca a melhor estimativa possível para avaliar se o valor apresentado em demonstração contábil é livre de distorção relevante, ou seja, se o valor apresentado é uma representação fidedigna da realidade da entidade auditada. Conforme explicado ao longo deste artigo, o auditor financeiro precisa analisar o contexto da entidade para identificar qual indicador pode ser confiavelmente utilizado como uma *proxy*, quando não houver informações suficientes sobre o comportamento de determinado item patrimonial.

É necessário destacar que o objetivo da auditoria financeira não é encontrar o valor exato de todas as distorções que porventura existam em um conjunto de demonstrações contábeis. Como nem todas as distorções serão factuais, o auditor precisará realizar estimativas das distorções existentes de modo consistente e razoável.



5 Considerações Finais

De acordo com os resultados das simulações realizadas, verificou-se que os indicadores inflacionários apresentaram eficácia na estimação de distorções relacionadas à desatualização de bens imóveis no mercado brasileiro. Isso ocorre ainda que em períodos de curto prazo e em um ambiente com muitas incertezas, como o que foi vivenciado nos últimos anos, por conta da pandemia da Covid-19.

A utilização de indicadores inflacionários como *proxy* para avaliar as variações em preços de imóveis não é necessariamente uma inovação nos trabalhos de auditoria financeira. Tal uso se assemelha à aplicação da técnica de correção monetária de balanços, bastante utilizada até a década de 1990 por entidades brasileiras, devido à hiperinflação.

O uso de *proxies* em auditoria financeira é relevante para auxiliar o auditor a calcular distorções não factuais. Esse uso costuma ser a alternativa com a melhor relação custo-benefício de estimação do real valor de item patrimonial. Mesmo assim, o auditor precisará certificar-se que o uso de uma *proxy* permite a geração de um resultado consistente e razoável com outras evidências sobre o comportamento dos valores do item patrimonial avaliado. No caso dos imóveis do setor público nacional, é importante destacar que não há um indicador oficial das variações desse tipo de ativo, assim, qualquer outro indicador aplicado será um uso de *proxy* em uma auditoria financeira.



Em auditoria financeira, o uso de *proxies* se assemelha à utilização de amostras para se projetar as distorções para uma população. As estimações são feitas do ponto de vista estatístico, ou seja, considerando um intervalo de valores, um nível de confiança e os erros associados às estimações, não se tratando de uma estimativa exata do valor da distorção. É necessário repisar, mais uma vez, que o objetivo da auditoria financeira não é encontrar os valores exatos de todas as distorções, mas estimar valores consistentes e razoáveis, de modo a orientar o julgamento do auditor sobre a presença ou ausência de distorções relevantes. Também é importante ressaltar que é possível o uso de amostras e de *proxies* ao mesmo tempo para estimar distorções, exigindo bastante atenção por parte da equipe de auditoria.

De modo geral, as simulações executadas têm como principal limitação o controle de aspectos que, na realidade, o auditor não conseguirá

realizar. No mundo real, nem sempre será possível o exame de toda a população; as séries formadas pelos lançamentos contábeis não possuirão uma distribuição estatística conhecida ou serão homogêneas; limitações ou ausência de informações conduzirão o auditor naturalmente à complementação das amostras etc. Entretanto, os resultados das simulações, além de válidos, são importantes para auxiliar o auditor na realização de auditorias financeiras, pois o ajuda a entender as técnicas disponíveis e qual a mais adequada para alcançar o nível razoável de asseguarção.

Ademais, outras situações limitam os resultados das simulações realizadas. Por exemplo, não foram testados períodos superiores a cinco anos de desatualização ou populações com desvios-padrões acima de 10% da média populacional. Portanto, não se deve esperar o mesmo comportamento com distribuições mais dispersas ou para períodos muito longos. Outra situação a ser des-

tacada é que nenhum dos indicadores utilizados leva em consideração aspectos específicos que podem afetar os imóveis no setor público, tais como localização, uso do imóvel, estado de conservação, ser pertencente ao patrimônio histórico-cultural, ser ativo de infraestrutura, ser ativo militar etc. De igual modo, é de se esperar que algumas dessas características possam afetar os resultados aqui apresentados.



Referências

Conselho Federal de Contabilidade. (2009). *NBC TA 520 - Procedimentos Analíticos*. Brasília: CFC.

Conselho Federal de Contabilidade. (2015). *NBC TA Estrutura Conceitual*. CFC. Brasília: CFC.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016a). *NBC TA 450 - Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria (R1)*. Brasília: CFC.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016b). *NBC TA 500 - Evidência de Auditoria (R1)*. Brasília: CFC.

Conselho Federal de Contabilidade. (2017). *NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado*. CFC, Brasília.

International Organization of Supreme Audit Institutions. (2019a). *ISSAI 300 – Performance Audit Principles*. INTOSAI, Copenhagen: INTOSAI.

International Organization of Supreme Audit Institutions. (2019b). *ISSAI 400 - Compliance Audit Principles*. INTOSAI, Copenhagen.

Shapiro, S. S., & Francia, R. S. (1972). An Approximate Analysis of Variance Test for Normality. *Journal of the American Statistical Association*, 67(337), pp. 215-216.

Walter, J. C., & Barkema, G. T. (2014). An introduction to Monte Carlo methods. *Physica A*, 418, pp. 78-87.



Competências exigidas do contador no contexto da transformação digital: uma análise baseada em revisão sistemática

Este estudo objetivou analisar e sintetizar as competências técnicas e comportamentais exigidas do contador no contexto da transformação digital, identificando tendências por meio de uma revisão sistemática da literatura. A abordagem metodológica qualitativa envolveu a busca e análise de 57 documentos publicados nos últimos 15 anos em diversas bases de dados, utilizando termos-chave relacionados à transformação digital e às competências contábeis. Os principais resultados revelam um crescente reconhecimento da importância das competências digitais para o profissional da contabilidade, com uma mudança de foco da adoção de tecnologias específicas para um conjunto mais amplo de habilidades. Destacam-se o conhecimento digital, a comunicação digital, a computação avançada, o pensamento crítico, a resolução de problemas, a gestão de informações, as habilidades sociodigitais, a aprendizagem colaborativa, a criatividade e a liderança digital. Observou-se uma valorização de competências analíticas, críticas e comportamentais em resposta à automação. A principal contribuição deste trabalho reside na identificação e síntese das competências digitais cruciais para a atuação contábil na era digital, de modo a oferecer um panorama atualizado para profissionais e instituições de ensino. A proficiência digital é essencial para o sucesso e a relevância do contador na era da transformação digital, demandando uma formação que contemple o desenvolvimento dessas habilidades para preparar os futuros profissionais para as exigências do mercado.

Lohana Silva Medeiros

Formação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Imperatriz). Disciplinas destaque: Prática contábil, Análises das demonstrações contábeis, Planejamento estratégico. Atua como assistente de departamento pessoal.
E-mail: lohanasmedeiros@gmail.com

Lorran Silva Medeiros

Formação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Imperatriz). Disciplinas destaque: Métodos quantitativos aplicados à Contabilidade, Auditoria financeira, Planejamento estratégico. Atua como assistente de departamento pessoal.
E-mail: lorrans.medeiros2@gmail.com

Hélio Rodrigues Araújo

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia de Imperatriz (CCSST). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: controle, informação contábil, informática, gerenciamento, tributação e empreendedorismo, entre outros.
E-mail: helio.araujo@ufma.br

1 Introdução

As tecnologias digitais têm sido um motor de transformação social ao longo do tempo, gerando rupturas e um conjunto de desafios e oportunidades para as empresas e suas formas de gestão e trabalho. Consequentemente, as transformações digitais induzem mudanças sociais e influenciam os comportamentos individuais com a disseminação dessas ferramentas no mercado (Valente & Almeida, 2022).

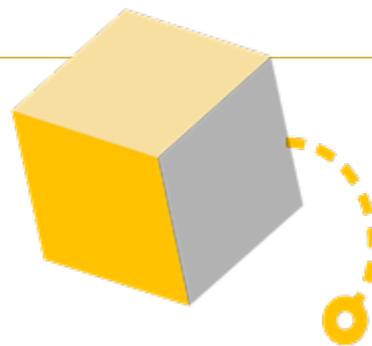
O avanço tecnológico impulsiona novas formas de trabalho e atividades cotidianas, e remodela o mercado como um todo. Isso altera dinâmicas, influencia o perfil de consumo e aprimora a qualidade de produtos e serviços. As tecnologias podem gerar disrupções, ou seja, transformações abruptas nas organizações, introduzindo novos hábitos, produtos e processos que revolucionam o mercado (Busulwa & Evans, 2021).

Em meio a essa transição tecnológica, a contabilidade acompanha as tendências globais, evoluindo significativamente. Outrora, os profissionais da contabilidade eram conhecidos como “guarda-livros”, dedicando-se à escrituração mercantil, ao preenchimento de guias e ao cálculo de impostos (Brandão & Buesa, 2013). No entanto, as mudanças econômicas transformaram a profissão, dando lugar a um profissional mais valorizado (Angelim & Barreto, 2020).

O desenvolvimento contínuo da área contábil, impulsionado por novas tecnologias, exige adaptação e reinvenção dos profissionais, culminando na contabilidade digital. Essa inovação disruptiva transcende os serviços tradicionais, além de oferecer consultorias financeiras e outras soluções por meio de sistemas integrados em nuvem. Dessa forma, otimizam-se processos, eleva-se a qualidade dos serviços e simplificam-se rotinas (Andrade & Mehlecke, 2020).

A globalização e as novas tecnologias impulsionam o setor a romper com atividades repetitivas, com o foco em trabalhos críticos que promovem desenvolvimento e competitividade, exigindo habilidades além do conhecimento técnico (Sledgianowski et al., 2017).

Diante desse contexto, o presente trabalho se propõe a responder à seguinte questão de pesquisa: **Quais são as competências técnicas e comportamentais exigidas do contador no contexto da transformação digital, e como essas competências têm evoluído nos últimos anos?**



O estudo tem como objetivos gerais analisar e sintetizar as competências técnicas e comportamentais exigidas do contador no contexto da transformação digital, identificando as tendências e a evolução dessas competências por meio de uma revisão sistemática da literatura.

A relevância deste estudo reside no fato de que a profissão contábil está entre as mais suscetíveis à automação (Busulwa & Evans, 2021). No entanto, a severidade desse impacto depende da capacidade de reinvenção e adaptação dos profissionais. A transformação digital também oferece oportunidades para que os contadores assumam papéis mais estratégicos e relevantes. Este trabalho se justifica por fornecer um panorama atualizado das competências essenciais para o contador na era digital, auxiliar profissionais a identificarem lacunas e planejarem seu desenvolvimento, preparar futuros contadores para as demandas do mercado e estimular pesquisas futuras na área.

2 Transformação Digital na Contabilidade

O cenário empresarial atual, impulsionado pela crescente integração de mercados e pelo avanço da tecnologia da informação, demanda uma contínua evolução do profissional da contabilidade. Conforme Nascimento (2018), é crucial que os contadores se mantenham atualizados e desenvolvam as melhores soluções para demonstrar suas habilidades e atender às exigências desse novo contexto.



“As tecnologias digitais transformam modelos e sistemas de informação contábil, culminando na contabilidade digital, que simplifica atividades, aumenta a produtividade, a eficiência e oferece novas oportunidades para a prestação de contas.”

Nesse sentido, tanto a prática quanto a profissão contábil estão passando por uma significativa transformação, impulsionada pelo desenvolvimento e pelas mudanças no ambiente de negócios global da era digital. A profissão contábil reconhece a importância do progresso tecnológico para o sucesso organizacional, pois ele proporciona um ambiente de trabalho mais flexível e aprimora a eficiência, a qualidade, a comunicação e o engajamento com os clientes (Kroon *et al.*, 2021; Tan & Laswad, 2018).

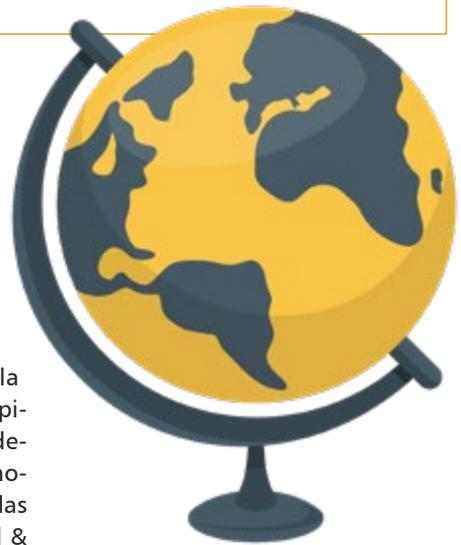
Moura e Lima (2018) enfatizam a essencialidade de o profissional da contabilidade adquirir conhecimento e habilidades, manter-se atento às mudanças e adaptar-se a elas, transformando-se, assim, em um profissional capacitado. Em outras palavras, torna-se relevante observar as tendências futuras das relações humanas, econômicas e sociais, visto que elas influenciam diretamente as demandas que o contador enfrentará no exercício de suas funções.

Dessa forma, considerando os avanços tecnológicos, entende-se que a transformação digital afeta a profissão contábil, alterando as tarefas e as formas como são executadas. Consequentemente, as competências necessárias para executar

essas atividades e ter sucesso em uma carreira contábil tornam-se cada vez mais complexas, contudo, essenciais (Silva, 2023).

A prática contábil, uma profissão historicamente em constante evolução, tem sido profundamente impactada pela revolução tecnológica e pela rápida transformação digital, que demandam adaptações para aprimorar a precisão e a transparência das informações empresariais (Moll & Yigitbasioglu, 2019; Schmidt & Gass, 2018). A eficácia da contabilidade reside em seu alinhamento com as práticas comerciais impulsionadas por tecnologias emergentes, exigindo que os profissionais da contabilidade possuam conhecimento aprofundado dessas ferramentas (Chiu *et al.*, 2019; Oladele *et al.*, 2021).

As tecnologias digitais transformam modelos e sistemas de informação contábil, culminando na contabilidade digital, que simplifica atividades, aumenta a produtividade, a eficiência e oferece novas oportunidades para a prestação de contas (Esposito *et al.*, 2021; Lombardi & Secundo, 2021; Mancini, 2016; Staats & Macedo, 2021). Nesse cenário de mudanças significativas, os contadores podem ari-



morar suas competências para contribuir com a transformação digital (Busulwa & Evans, 2021).

A contabilidade tem passado por transformações multifacetadas, ligadas à convergência de normas e ao desenvolvimento tecnológico, com a adoção de sistemas integrados de gestão, como o ERP e a Inteligência Artificial (Souza, 2014). O progresso tecnológico elimina tarefas operacionais, permitindo foco em análises complexas e estratégicas, o que demanda novas habilidades (Thomson, 2018). A digitalização otimiza atividades, eleva a eficiência e a qualidade da informação, desafiando os profissionais a adquirirem novos conhecimentos (Zaini *et al.*, 2020; Zakaria *et al.*, 2017).

A transformação digital na contabilidade se fundamenta na gestão e análise de grandes volumes de dados para otimizar a eficiência e agilidade organizacional, com tecnologias como *big data*, *business intelligence* e *blockchain* (Busulwa & Evans, 2021; Lombardi & Secundo, 2021). No Brasil, o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) é um marco da contabilidade digital, uma vez que moderniza o envio de informações fiscais. Estudos sobre o Sped evidenciaram seu impacto na fidedignidade das informações, mas também a necessidade de profissionais capacitados e o desalinhamento de competências (Campos, 2012; Origuela, 2017).

Apesar dos desafios, a contabilidade digital impulsionada pelo Sped trouxe benefícios como a reestruturação da escrituração e novas oportunidades para os escritórios contábeis, demonstrando um processo contínuo de adaptação e desenvolvimento de novas competências. Moura e Lima (2018) reforçam a necessidade de o profissional da contabilidade adquirir conhecimentos e habilidades, manter-se atento às mudanças e adaptar-se a elas para se tornar um profissional capacitado, observando as tendências futuras das relações humanas, econômicas e sociais que influenciam as demandas da contabilidade.

A tecnologia da informação e comunicação (TIC) tem impactado todas as áreas da atividade humana, intensificando a digitalização e exigindo novas estratégias no ambiente corporativo (Rahmat *et al.*, 2022; Tsiligiris & Bowyer, 2021). As novas exigências do mercado de trabalho demandam profissionais com proficiência digital, que pode ser desenvolvida por meio de formação baseada em competências (Silva, 2023).

Na contabilidade, a ruptura tecnológica transformou o perfil do profissional, o que exige multifuncionalidade e contribuição ativa para o desenvolvimento organizacional (Bowles *et al.*, 2020; Jackson *et al.*, 2023; Souza & Arruda, 2021). Competências profissionais antes menos valorizadas tornaram-se cruciais, impulsionando a necessidade de um profissional da contabilidade mais diversificado e atualizado digitalmente. Habilidades relacionadas à tecnologia da informação são identificadas como algumas das mais importantes para os profissionais da área (Coman *et al.*, 2022; Jackson *et al.*, 2023).

2.1 Competências exigidas do contador na Era Digital

A TIC tem exercido um impacto abrangente em todas as áreas da atividade humana. A intensificação do processo de digitalização de diversas atividades cotidianas no século XXI impôs aos indivíduos a adoção de novas estratégias no ambiente corporativo. As transformações decorrentes da quarta revolução industrial influenciaram significativamente os cenários de negócios, demandando a capacitação dos jovens para lidar



com essa nova realidade (Rahmat *et al.*, 2022; Tsiligiris & Bowyer, 2021).

Nesse contexto, as novas exigências do mercado de trabalho requerem profissionais com proficiência digital. O desenvolvimento eficaz de competências digitais pode ser alcançado por meio da formação baseada em competências, o que envolve a implementação de novos cursos, estruturas e currículos para capacitar profissionais com habilidades digitais, tanto técnicas quanto não técnicas, ainda durante a formação acadêmica (Silva, 2023).

No que concerne ao universo da Contabilidade, a situação não tem sido diferente. Uma área antes dominada por um profissional tecnicamente competente, porém, muitas vezes, discreto e reservado, passou por uma transformação em seu perfil no mercado de trabalho devido à ruptura tecnológica, econômica e social (Bowles *et al.*, 2020). A transformação digital demandou que esse profissional se tornasse multifuncional, contribuindo ativamente para o desenvolvimento da organização (Jackson *et al.*, 2023; Souza & Arruda, 2021).

Alinhado a essa perspectiva, Bowles *et al.* (2020) destacam que competências profissionais que frequentemente não eram valorizadas agora se tornaram cruciais para os profissionais da área. Consequentemente, as mudanças constantes impulsionaram a necessidade de um profissional da contabilidade mais diversificado e atualizado digitalmente (Tsiligiris & Bowyer, 2021). Entre as habilidades e competências requeridas pelos profissionais, aquelas relacionadas à tecnologia da informação são identificadas como algumas das mais importantes que os profissionais da área contábil devem possuir (Coman *et al.*, 2022; Jackson *et al.*, 2023).

“A segurança da informação emerge como uma competência indispensável, incluindo a implementação de técnicas e procedimentos para proteger ativos, garantir a confidencialidade dos dados e assegurar a conformidade com requisitos legais e de apresentação.”

Em razão da rápida evolução tecnológica, Thomson (2018) aponta um novo conjunto de competências cruciais para o contador que busca manter sua relevância no mercado. Primeiramente, destaca-se o conhecimento de *big data*, essencial para a extração e o tratamento de grandes volumes de dados, estruturados ou não, permitindo a identificação de *insights* valiosos. Complementar a essa habilidade é a capacidade de empregar ferramentas de análise de dados, transformando informações brutas em conhecimento útil para a tomada de decisões. No âmbito do gerenciamento estratégico, o contador moderno deve dominar a análise competitiva, ser capaz de realizar projeções e orçamentos precisos, gerenciar os riscos inerentes ao negócio e fomentar a inovação dentro da organização.

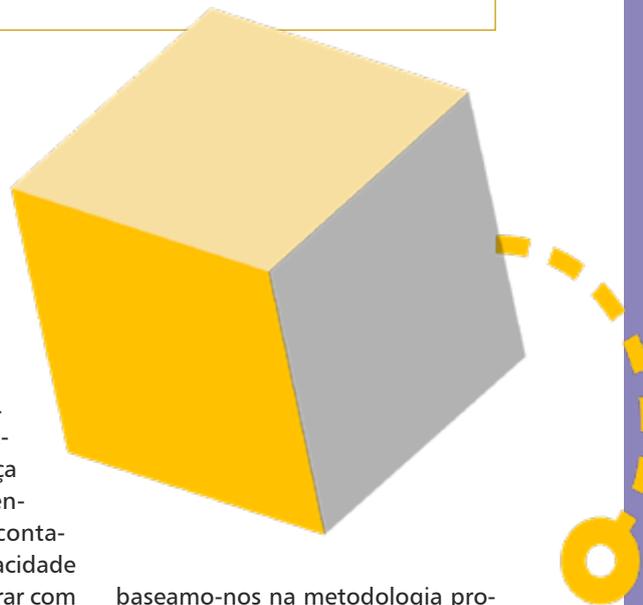
Com a crescente robotização das tarefas contábeis rotineiras, o papel do contador se desloca para o controle e acompanhamento da eficiência e da eficácia desses processos automatizados. A segurança da informação emerge como uma competência indispensável, incluindo a implementação de técnicas e procedimentos para proteger ativos, garantir a confidencialidade dos dados e assegurar a conformidade com requisitos legais e de apresen-

tação. Uma visão abrangente de negócios e operações é igualmente importante, o que exige conhecimentos específicos do setor em que atua, bem como domínio de controle de qualidade, melhoria contínua e habilidades em gerenciamento de projetos (Thomson, 2018).

No campo das habilidades interpessoais, a liderança destaca-se como um diferencial para o profissional da contabilidade, englobando a capacidade de motivar equipes e colaborar com essas, comunicar-se de forma eficaz, negociar e gerenciar conflitos de maneira construtiva, especialmente para contadores em funções gerenciais. Por fim, a ética profissional e os valores ganham ainda mais relevância diante dos novos dilemas éticos suscitados pela tecnologia (Thomson, 2018).

3 Metodologia

Este artigo científico adota uma abordagem qualitativa, com revisão sistemática da literatura, para investigar as competências exigidas do contador no contexto da transformação digital. Para a condução da revisão sistemática da literatura,

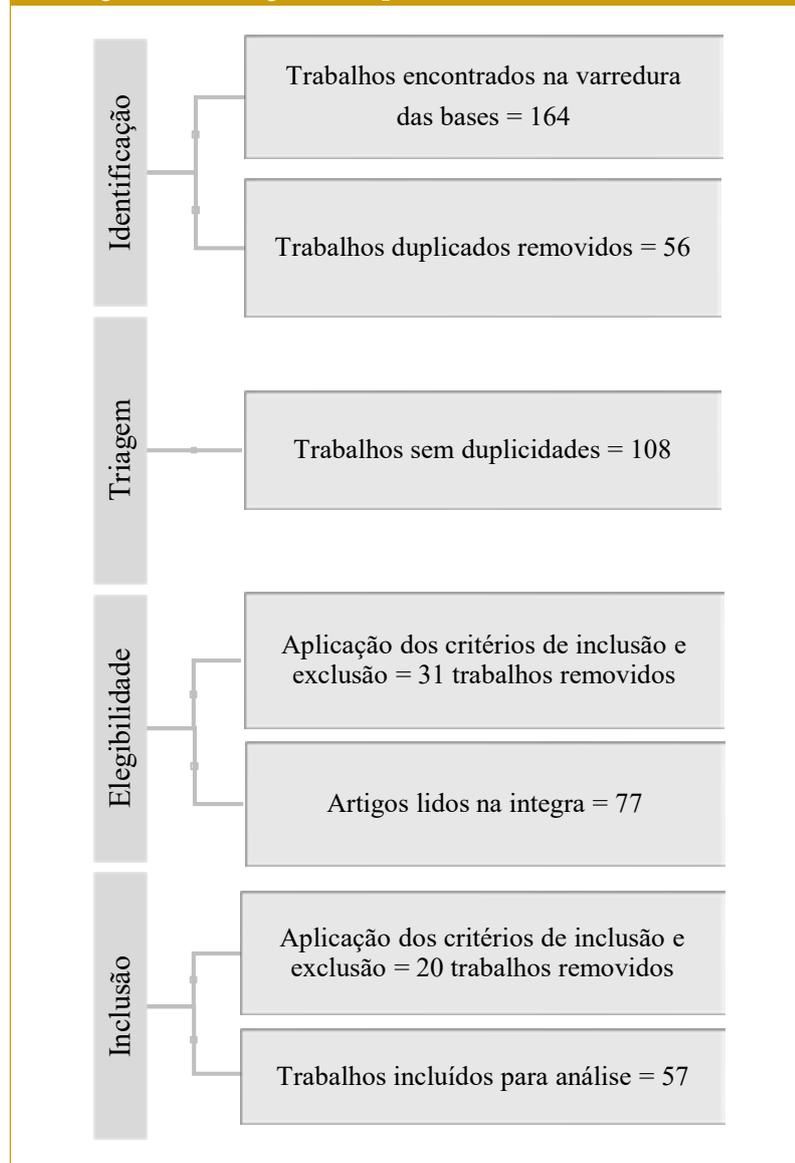


baseamo-nos na metodologia proposta por Denyer e Neely (2004), que consiste nas seguintes etapas: definição da questão de pesquisa, desenvolvimento da estratégia de busca, seleção e avaliação dos estudos, síntese dos dados e análise e interpretação dos achados.

A estratégia de busca foi desenvolvida para abranger uma ampla gama de fontes relevantes, incluindo bases de dados bibliográficas, tais como: *Scopus*, *Web of Science*, *PubMed*, *Google Scholar* e outras bases relevantes para a área de contabilidade e tecnologia. Foram utilizadas combinações de termos como: “transformação digital”, “contabilidade digital”, “competências profissionais” e “tecnologia na contabilidade”.



Figura 1 – Fluxograma do processo de revisão sistemática



Fonte: autoria própria.

Para garantir a relevância e a qualidade dos estudos incluídos nesta revisão, foram definidos como critérios de inclusão: artigos científicos publicados em periódicos, anais de congressos e livros ou capítulos de livros que abordem diretamente as competências exigidas do contador no contexto da transformação digital; estudos publicados em português e inglês; e estudos publicados nos últimos 15 anos. Já os critérios de exclusão foram: estudos sem embasamento científico e outros materiais que não se enquadrem como pesquisa científica; estudos publicados em outros idiomas que não português ou inglês; e estudos duplicados ou fora do recorte temporal estabelecido.

A etapa de coleta de dados foi realizada de forma sistemática e organizada. A estratégia de busca definida foi implementada nas bases de dados selecionadas. Os estudos identificados durante a busca foram analisados criteriosamente para a remoção de duplicidades. Em seguida, os títulos e resumos dos artigos selecionados foram triados aplicando os critérios de inclusão e exclusão definidos. Logo após a etapa de triagem, os artigos foram lidos na íntegra, aplicando novamente os critérios de inclusão e exclusão para confirmar a elegibilidade dos estudos.

O fluxograma apresentado na Figura 1 ilustra as etapas percorridas na busca e seleção dos artigos, desde a identificação inicial nas bases de dados até a inclusão final dos estudos que atenderam aos critérios de elegibilidade predefinidos.

A presente seção detalha o panorama da revisão sistemática, apresentando a quantidade de estudos selecionados e sua distribuição nas bases de dados consultadas. A seleção final da literatura

resultou em 57 trabalhos, os quais foram tabulados considerando as diferentes combinações de palavras-chave utilizadas na estratégia de busca. Especificamente, foram identificados 27 trabalhos na base de dados *Scopus*, 8 na *Web of Science*, 9 na *PubMed* e 13 no *Google Scholar*.

A análise da distribuição temporal das publicações revela uma tendência ao longo dos anos de 2018 a 2022, com 46 trabalhos identificados. Observa-se uma predominância de publicações científicas relacionadas às competências digitais e à transformação digital dos profissionais da contabilidade nos anos de 2020 e 2021.

No que concerne à análise temática dos trabalhos científicos selecionados, os assuntos abordados foram categorizados em consonância com os objetivos desta pesquisa. O mapeamento dos temas permitiu identificar duas categorias principais: (a) as competências digitais consideradas mais relevantes para a área contábil e (b) os impactos e desafios decorrentes da transformação digital para a profissão contábil. As seções subsequentes trazem uma discussão mais detalhada sobre essas categorias temáticas, explorando os achados da revisão sistemática.

4 Síntese e Discussão dos Resultados

A era da transformação digital enfatiza a importância fundamental das competências e do conhecimento digital, bem como da capacidade de aplicá-los em contextos específicos. Dessa forma, é essencial que os indivíduos invistam no desenvolvimento e na atualização contínuos de suas competências digitais, uma exigência impulsionada pela rápida e crescente adoção de tecnologias digitais no ambiente profissional e pelo ritmo incessante das inovações (Shakina *et al.*, 2021).

Esse desenvolvimento abrange não apenas a *expertise* em informática, mas também a integração de habilidades digitais com o intraempreendedorismo, o que representa um passo essencial para a digitalização. A natureza multifacetada das competências digitais se manifesta de maneiras diversas, sendo influenciada pela profissão, pelo contexto específico e pelas constantes mudanças tecnológicas (Silva, 2023).

Dentro desse panorama, a Contabilidade, enquanto campo do saber intrinsecamente ligado ao meio social e empresarial, também é im-

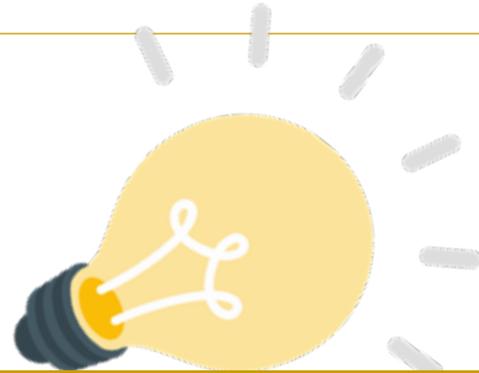


Tabela 1 – Matriz de competências digitais essenciais para o profissional da contabilidade na era da transformação digital.

Competência digital	Descrição detalhada e implicações para a contabilidade	Principais referências
Conhecimento digital	Compreensão de tecnologias, ferramentas e conceitos digitais para interpretar informações e dados com precisão, crucial na contabilidade digital.	Hennig, 2018; Macedo, 2020; Silva, 2018
Comunicação digital	Habilidade de transmitir informações financeiras e estratégicas de forma clara por canais digitais.	Bowles <i>et al.</i> , 2020; Jackson <i>et al.</i> , 2023
Computação e tecnologias avançadas	Capacidade de operar e integrar sistemas e tecnologias emergentes (e.g., ERP, IA, blockchain) para otimizar processos contábeis e aumentar a eficiência.	Almeida, 2020; Ferreira, 2021; Merlugo <i>et al.</i> , 2021
Habilidades sociodigitais	Competências interpessoais e colaborativas em ambientes virtuais, incluindo trabalho em equipes remotas e gestão de relacionamentos on-line.	Cunha <i>et al.</i> , 2022; Da Silva Barbosa <i>et al.</i> , 2021
Pensamento crítico, resolução de problemas e tomada de decisões	Habilidade de analisar dados complexos, identificar problemas e propor soluções estratégicas, extrapolando a execução técnica.	Carvalho & Almeida, 2022; Gaibazzi <i>et al.</i> , 2021; Sabuncu, 2022
Gestão de informações	Capacidade de coletar, organizar, manipular e interpretar grandes volumes de dados (incluindo big data) de forma estratégica para planejamento financeiro e auditoria.	Covaci, <i>et al.</i> , 2022
Tecnologia e realidade virtual	Reconhecimento do potencial de tecnologias inovadoras (e.g., VR, AR) e sua aplicação futura em áreas como treinamentos e visualização de dados.	Oesterreich & Teuteberg, 2016
Criatividade e inovação	Capacidade de utilizar o conhecimento tecnológico para desenvolver novas soluções, processos e serviços contábeis, criando valor.	Herawati <i>et al.</i> , 2021; Raghavan, 2021
Liderança digital	Habilidade de liderar e motivar equipes em ambientes virtuais e digitais, adaptando-se às novas dinâmicas de colaboração e impulsionando a adoção de tecnologias.	Carvalho & Almeida, 2022
Ética profissional e valores	Manutenção de integridade e princípios éticos diante dos desafios e dilemas impostos pelas tecnologias digitais (e.g., privacidade de dados, IA).	Thomson, 2018

Fonte: autoria própria (2025).

pactada pela transformação digital. Essa influência se manifesta em diversos aspectos e abrange suas ocupações, atividades, mercado de trabalho, formação profissional, habilidades e competências requeridas (Aguar & Gouveia, 2020).

A análise de estudos prévios revela uma diversidade de abordagens no que concerne às competências

digitais exigidas do profissional da contabilidade. Destacam-se os trabalhos de Gaibazzi *et al.* (2021) e Kruskopf *et al.* (2020), que contemplam dez competências digitais distintas, convergindo ao apontá-las como cruciais para o mercado de trabalho. A Tabela 1 apresenta essas competências principais, com suas descrições e referências.

Em contraste, uma parcela significativa da literatura analisada dedicou-se a investigar uma única competência digital considerada fundamental para a atuação na profissão contábil (Daff, 2021). Notavelmente, alguns estudos convergem ao destacarem o conhecimento digital como a competência de maior relevância, o que justifica essa ênfase no entendimento de que a aquisição de um conhecimento digital aprofundado e com uma visão integrada capacita os profissionais da contabilidade a interpretar informações com maior precisão e discernimento, elemento crucial no contexto da transformação digital (Hennig, 2018; Macedo, 2020; Silva, 2018).

A análise da frequência com que as competências digitais foram abordadas revela a centralidade do pensamento crítico, a resolução de problemas e a tomada de decisões (Carvalho & Almeida, 2022; Gaibazzi *et al.*, 2021; Sabuncu, 2022). Os autores enfatizam que essa competência capacita o profissional a abordar

desafios sob uma perspectiva de antecipação de cenários, análise aprofundada de informações e identificação das soluções mais adequadas para cada contexto específico.

Covaci *et al.* (2022) direcionam o foco para a gestão de informações como uma competência digital fundamental para a área contábil. Essa perspectiva ressalta a evolução da função contábil, que transcende o mero registro de dados, abrangendo também a acumulação, manipulação e interpretação de conhecimento estratégico. Adicionalmente, é interessante notar que dois estudos pioneiros já vislumbravam a importância da tecnologia e da realidade virtual como tecnologias emergentes com potencial significativo para a profissão contábil no futuro (Oesterreich & Teuteberg, 2016).

A competência computação e tecnologia avançada também se apresentou como um diferencial significativo. Sua relevância reside na capacidade de navegar efetivamente em um ambiente impulsionado pela tecnologia e na melhoria da acessibilidade da informação e da eficiência operacional (Almeida, 2020; Ferreira, 2021; Merlugo *et al.*, 2021).

Em relação ao crescimento de sua importância e à crescente necessidade no desenvolvimento profissional nos últimos anos, a competência sociodigital obteve notável destaque. Os estudos realizados por Cunha *et al.* (2022) e Da Silva Barbosa, Firmino e Amorim (2021) convergem ao considerarem as competências sociodigitais como altamente relevantes para as demandas de trabalho atuais e futuras. Essas habilidades são tidas como cruciais para a criação de vantagem competitiva para as organizações na era digital.

Ademais, diversos estudos apontam para a necessidade de os profissionais da



contabilidade desenvolverem a comunicação digital, uma competência valiosa para atender às novas exigências da profissão. A mera geração de informações nos sistemas e a posse de tecnologias avançadas não são suficientes; torna-se fundamental transmitir essas informações de maneira eficaz aos interessados por meio de ferramentas digitais (Bowles *et al.*, 2020; Carvalho & Almeida, 2022; Jackson *et al.*, 2023; Matana *et al.*, 2021).

As duas últimas competências digitais identificadas nesta análise são a criatividade e inovação e a liderança digital. A primeira refere-se à capacidade de utilizar o conhecimento tecnológico para promover renovação, estabelecer conexões e explorar resultados potenciais para a criação de novas ideias ou inovações (Herawati *et al.*, 2021; Raghavan, 2021). A segunda, a liderança digital, torna-se cada vez mais crucial devido à necessidade de liderar equipes de trabalho distribuídas em rede e em ambientes digitais (Carvalho & Almeida, 2022).

Diante desse perfil emergente de competências digitais, torna-se evidente que os profissionais da área contábil precisarão aprimorar suas habilidades na forma de pensar, agir, analisar dados e reportar informações no ambiente digital. Essa constatação corrobora os estudos de Bowles *et al.* (2020), que destacam a necessidade de uma combinação dinâmica de competências cognitivas e metacognitivas, interpessoais, intelectuais e práticas para alcançar sucesso no futuro profissional.



“As duas últimas competências digitais identificadas nesta análise são a criatividade e inovação e a liderança digital. A primeira refere-se à capacidade de utilizar o conhecimento tecnológico para promover renovação, estabelecer conexões e explorar resultados potenciais para a criação de novas ideias ou inovações.”

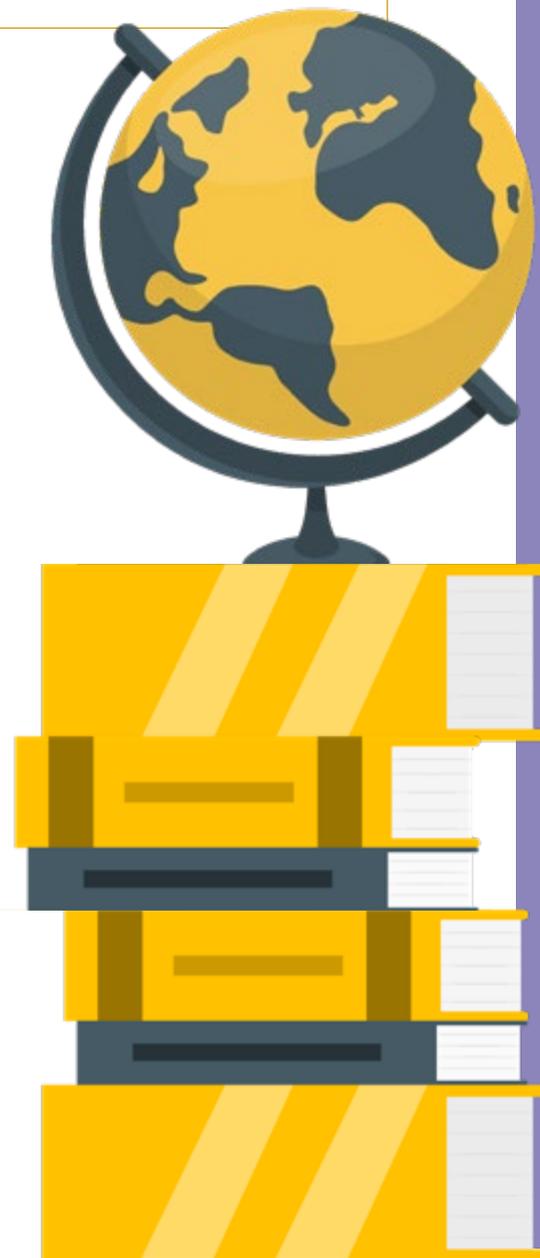
A análise da literatura demonstra um crescente reconhecimento da importância das competências digitais para o profissional da contabilidade, alinhando-se com a presente pesquisa que também enfatiza essa demanda. Inicialmente, os estudos tendiam a focar na adoção de tecnologias específicas e seus impactos operacionais (Busulwa & Evans, 2021; Sledgianowski *et al.*, 2017). Contudo, a pesquisa evoluiu para enfatizar um conjunto mais amplo de habilidades digitais, que transcendem o conhecimento técnico de *softwares*, abrangendo capacidades analíticas, comunicacionais e de liderança no ambiente digital (Bowles *et al.*, 2020; Jackson *et al.*, 2023).

Observa-se uma progressiva valorização de competências que permitem ao contador atuar de forma estratégica e consultiva em resposta à automação de tarefas rotineiras (Angelim & Barreto, 2020). As diferentes perspectivas nos estudos refletem a dinâmica da transformação digital, com alguns trabalhos focando em competências técnicas específicas (Macedo, 2020; Thomson, 2018), enquanto outros adotam uma visão mais holística, incorporando habilidades comportamentais e a necessidade de aprendizado contínuo (Rahmat *et al.*, 2022).

Apesar do crescente corpo de pesquisa, identifica-se uma lacuna na literatura no que concerne a estudos que contemplem um perfil detalhado de competências digitais especificamente requerido por profissionais da contabilidade. Adicionalmente, nota-se uma carência de pesquisas que investiguem de forma aprofundada o nível de proficiência digital dos profissionais em diferentes estágios de carreira e setores, bem como estudos que quantifiquem o impacto direto do desenvolvimento dessas competências no desempenho individual e organizacional (Appelbaum *et al.*, 2017; Silva, 2023).

5 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivos gerais analisar e sintetizar as competências técnicas e comportamentais exigidas do contador no contexto da transformação digital, identificando as tendências e a evolução dessas competências, em face das significativas transformações tecnológicas que remodelam o mundo do trabalho. Os resultados convergiram para a constatação de que a proficiência digital se configura como uma habilidade essencial para o sucesso e a relevância dos contadores na atualidade.



A análise sistemática da literatura permitiu a identificação de uma matriz abrangente de dez competências digitais de maior relevância para a atuação profissional da contabilidade, as quais foram abordadas no decorrer do estudo. As competências digitais intrinsecamente ligadas à capacidade analítica e crítica, como pensamento crítico, resolução de problemas e tomada de decisões, juntamente com conhecimento digital, habilidades sociodigitais e computação e tecnologias avançadas, se destacam como as de maior importância.

Essa ênfase reflete o impacto das tecnologias disruptivas emergentes, que exigem dos profissionais da contabilidade habilidades

que transcendam a mera execução técnica, e demandando uma postura analítica, interpretativa e estratégica diante de um volume crescente de dados e novas ferramentas.

Nesse contexto, a pesquisa reforça a necessidade de que a formação dos futuros profissionais da contabilidade contemple o desenvolvimento dessas competências digitais, preparando-os de forma eficaz para as demandas do mercado de trabalho. Em termos de futuras investigações, sugere-se a realização de estudos empíricos que apliquem essa matriz de competências digitais em amostras significativas de profissionais, buscando correlacionar o domínio dessas competências com indicadores de

sucesso profissional e organizacional. Outras áreas que demandam maior investigação incluem a análise das metodologias de ensino e aprendizagem mais eficazes para o desenvolvimento dessas competências nos cursos de Ciências Contábeis, bem como a identificação de barreiras e facilitadores para a adoção de práticas de desenvolvimento profissional contínuo em competências digitais.



Referências

Aguiar, E., & Gouveia, L. (2020). A transformação digital na pesquisa acadêmica em contabilidade: revisão de literatura. *Journal of Organizational Knowledge Management*, 2020, 1-9.

Almeida, J. E. F. (2020). Revolução tecnológica no mundo dos negócios e algumas oportunidades e desafios na área contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, e165516-e165516.

Andrade, C. B. H., & Mehlecke, Q. T. C. (2020). As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do Vale do Paranhana/RS. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, 9(1), 93-122.

Angelim, V. R., & Barreto, T. V. (2020). As contribuições da contabilidade consultiva: um estudo de caso/The contributions of advisory accounting: a case study. *ID on line. Revista de psicologia*, 14(52), 317-331.

Appelbaum, D., Kogan, A., & Vasarhelyi, M. A. (2017). Impacto da análise de negócios e sistemas empresariais na contabilidade gerencial. *International Journal of Accounting Information Systems*, 25, 29-44.

Bellato, R. L., et al. (2021). *Percepções sobre as competências digitais para os profissionais da área de contabilidade: um estudo de caso* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Santa Catarina, Santa Catarina-RS.

Blanka, C., Krumay, B., & Rueckel, D. (2022). The interplay of digital transformation and employee competency: A design science approach. *Technological Forecasting and Social Change*, 178, 121575.

Bowles, M., Ghosh, A., & Thomas, S. (2020). Digital literacy skills: a critical skill set for accounting graduates. *Accounting Education*, 29(6), 611-631.

Brandão, E. A. C., & Buesa, N. Y. (2013). O papel do escritório contábil: consultoria versus serviços tradicionais. Estudo de caso em empresa de Vargem Grande Paulista. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*, 4(1), 1-25.

Busulwa, R., & Evans, N. (2021). *Transformação digital na contabilidade*. Routledge.

Campos, S. J. de B. (2012). *Competências necessárias à implementação eficaz do SPED: percepção dos operadores da Contabilidade do RN* (Dissertação de Mestrado). Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Carvalho, C., & Almeida, A. C. (2022). The adequacy of accounting education in the development of transversal skills needed to meet market demands. *Sustainability*, 14(10), 5755.

Chiu, V., et al. (2019). A bibliometric analysis of accounting information systems journals and their emerging technologies contributions. *International Journal of Accounting Information Systems*, 32, 24-43.

Coman, M. I., et al. (2022). Digital Skills and the Accounting Profession in Romania. *Informatica Economica*, 26(1), 63-77.

Covaci, F. L., Buchmann, R. A., & Dragos, R. (2022). Towards a Knowledge Graph-specific Definition of Digital Transformation: An Account Networking View for Auditing. In *JCAART* (3) (pp. 637-644).

Crestani, J. dos S. (2019). *Equipes de trabalho e a metodologia de Nano Challenge Based Learning: desenvolvimento de habilidades em estudantes de ciências contábeis* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Cunha, T., et al. (2022). Not practicing what you preach: how is accounting higher education preparing the future of accounting. *Education Sciences*, 12(7), 432.

Daff, L. (2021). Employers' perspectives of accounting graduates and their world of work: Software use and ICT competencies. *Accounting Education*, 30(5), 495-524.

Eposito, E., et al. (2023). The strategic governance of the digital accounting environment: insights from virtual museums. *Meditari Accountancy Research*, 31(2), 366-380.

Ferreira, S. da S. (2021). *Digital Accountant: Competências e o Papel do Contabilista na Era Digital* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Politécnico do Porto, Portugal.

Gaibazzi, M. F., Berizzo, M. L., & Trottini, A. M. (2021). Demanda de competencias digitales al contador público. Una mirada desde la educación superior. *SaberEs*, 13(1), 73-90.

Hennig, T. R. (2018). *Competências requeridas do contador pelo mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre-RS* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Porto Alegre-RS.

Herawati, H., Sutrisno, T., & Baridwan, Z. (2021). Transformation of accountants in Industry 4.0 and the new normal era. *Review of International Geographical Education Online*, 11(5), 859-865.

Jackson, D., Michelson, G., & Munir, R. (2023). Developing accountants for the future: New technology, skills, and the role of stakeholders. *Accounting Education*, 32(2), 150-177.

Kroon, N., Alves, M. do C., & Martins, I. (2021). Os impactos das tecnologias emergentes no papel e nas habilidades dos contadores: conectando-se à inovação aberta – uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Inovação Aberta: Tecnologia, Mercado e Complexidade*, 7(3), 163.

Kruskopf, S., Schneider, S., Schiller, J., & Buder, J. (2020). Digital competencies of students in business and economics: Development and validation of a measurement instrument. *Computers & Education*, 146, 103752.

Lira, R. V. de O., Gomes, F. P. C., & Musial, N. T. K. (2021). Habilidades e competências profissionais exigidas dos contadores: quais os requisitos dos anúncios de emprego?. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 20, e3227.

Lombardi, R., & Secundo, G. (2021). The digital transformation of corporate reporting—a systematic literature review and avenues for future research. *Meditari Accountancy Research*, 29(5), 1179-1208.

Macedo, M. A. (2020). *Competências digitais em contabilidade: um estudo com estudantes de uma instituição de ensino superior* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Mancini, D. (2016). Accounting information systems in an open society: Emerging trends and issues. *Management Control*: 1, 5-16.

Matana, L. L., et al. (2021). Conhecimentos de tecnologia da informação para formação do profissional contábil: a percepção de contadores do Estado do Paraná. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 16(2), 25-47.

Merlugo, W. Z., Carraro, W. B. W. H., & Pinheiro, A. B. (2021). Transformação digital na contabilidade: os contadores estão preparados?. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 15(1), 180-196.

Moll, J., & Yigitbasoglu, O. (2019). *The role of internet-related technologies in shaping the work of accountants: New directions for accounting research*. *The British Accounting Review*, 51(6), 100833.

Moura, L. V., & Lima, G. A. S. (2018). A evolução da profissão contábil: do guarda-livros ao consultor estratégico. *Revista Universo Contábil*, 14(3), 108-126.

Nascimento, R. S. (2018). *A evolução do profissional contábil no contexto da tecnologia da informação* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Oesterreich, T. D., et al. (2019). The controlling profession in the digital age: Understanding the impact of digitisation on the controller's job roles, skills and competences. *International Journal of Accounting Information Systems*, 35, 100432.

Oladele, F., et al. (2021). Accountants' Training Framework and Use of Technologies among Nigerian Professional Accountants. *Journal of Accounting and Finance*, 1(1), 01-26.

Origuela, L. A. (2017). Os principais impactos do Sped na profissão contábil: uma análise da percepção dos profissionais de contabilidade. *Caderno Profissional de Administração da UNIMEP*, 7(1), 45-62.

Raghavan, K. (2021). Impact of pandemic and digital transformation on global accounting profession. *Journal of Global Awareness*, 2(1), 7.

Rahmat, N. H., et al. (2022). Digital Competencies among Accounting Students: A Systematic Literature Review. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 12(1), 375-386.

Receita Federal do Brasil – RFB. (2021). *Conheça o Sped*. <http://sped.rfb.gov.br/>

Sabuncu, B. (2022). The effects of digital transformation on the accounting profession. *Ömer Halisdemir Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi Dergisi*, 15(1), 103-115.

Schmidt, P., & Gass, J. de M. (2018). Estudo comparativo entre a história da contabilidade tradicional e a sua nova história. *Ciência & Trópico*, 42(2).

Shakina, E., Parshakov, P., Al sufiev, A., & Shakina, A. (2021). Rethinking the corporate digital divide: The complementarity of technologies and the demand for digital skills. *Technological Forecasting and Social Change*, 162, 120405.

Silva, F. C., Firmino, F. F., & Amorim, D. S. (2021). Competências digitais na formação do contador: um estudo em instituições de ensino superior. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 15(3), 356-374.

Silva, L. M. da. (2018). *Competências comportamentais consideradas pelo profissional contábil nas organizações empresariais* (Dissertação de mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP.

Silva, D. R. da. (2023). *Perfil de competências digitais requerido dos profissionais da área contábil diante da transformação digital* (Dissertação de mestrado). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado-FECAP, São Paulo, SP.

Sledgianowski, D., Gomaa, M., & Tan, C. (2017). Toward the integration of big data, technology and information systems competencies into the accounting curriculum. *Journal of Accounting Education*, 38, 81-93.¹

Souza, M. C. de. (2014). *O uso da Inteligência Artificial no Ensino da Contabilidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo.

Souza, F. A. de, & Arruda, P. H. T. (2021). Competências e habilidades demandadas em um profissional contábil atuante em escritório de contabilidade e como elas se relacionam às diretrizes curriculares nacionais propostas para o curso superior. *Pensar acadêmico*, 19(3), 800-831.

Staats, C., & Macedo, F. (2021). As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil de Joinville/SC. *Revista Controladoria e Gestão*, 2(1), 348-369.

Tan, L. M., & Laswad, F. (2018). Professional skills required of accountants: what do job advertisements tell us?. *Accounting Education*, 27(4), 403-432.

Thomson, J. C. (2018). New Accounting Skills for the Digital Age. *Strategic Finance*, 99(11).

Tsiligiris, V., & Bowyer, D. (2021). Exploring the impact of 4IR on skills and personal qualities for future accountants: a proposed conceptual framework for university accounting education. *Accounting Education*, 30(6), 621-649.

Valente, J. A., & Almeida, M. E. B. de. (2022). Tecnologias digitais, tendências atuais e o futuro da educação. *Panorama Setorial da Internet*, 2(14), 1-11.

Zaini, W. H. A., Hamad, M. K., & Najim, A. S. (2020). Factors affecting the adoption of an accounting information system based on UTAUT2 and its implementation in a tourism corporation. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 9(1), 1-14.

Zakaria, W. Z. W., Ilias, N., & Wahab, N. (2017). A survey on the impact of accounting information system on tasks efficiency: Evidence from Malaysian public sector agencies. *International Review of Management and Marketing*, 7(1), 183-190.

